DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS:

Tecnologia, trabalho, saúde e inclusão social na sociedade

Estanislau Ferreira Bié
Raimundo Ferreira Lima
Oriel Vieira de Sousa Junior
Henrique Cunha Junior
Leide Daiana Carvalho Cunha

(Orgs.)

Uma nova abordagem revoluciona silenciosamente o ser e o fazer da segurança pública no estado do Ceará, que é a reflexão sobre a missão das instituições que lhe compõem sob o viés da produção científica. A Série "Segurança Pública, Direito e Justiça Brasileira" emerge para sinalizar esta revolução cultural que entremeia todas as categorias e níveis hierárquicos no âmbito da Segurança Pública. Esta obra possibilita que o conhecimento produzido na busca de soluções para os problemas cotidianos que afetam a sociedade seja compartilhado. Desse modo, as coletâneas de artigos publicados visam a reinvenção organizacional, a avaliação de estratégias, inovação, aplicação de novas tecnologias, a reflexão da ética e deontologia profissional, a formação profissional e a educação continuada, a governança corporativa e tudo mais que possa afetar a gestão da segurança pública. Diante deste novo cenário esta série pretende estimular o livre pensar e convida a todos a debaterem e refletirem, sob o viés da ciência, "Segurança Pública, Direito e Justiça Brasileira".

Apoio Cultural:

ASPRA Ceará 1961

Bienal Internacional do Livro do Ceará XV

Editora Via Dourada

DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

TECNOLOGIA, TRABALHO, SAÚDE E INCLUSÃO SOCIAL NA SOCIEDADE

Série
Segurança Pública
Direito e Justiça Brasileira

Diretores da série

Prof. Dr. Estanislau Ferreira Bié
Prof. Dr. Henrique Cunha Júnior
Prof. Francisco José R. Abreu

Comitê Científico

Dra. Cícera Nunes
Universidade Regional do Cariri-URCA

Dra. Dawn Duke
University Tennessee/ EUA

Dr. Estanislau Ferreira Bié
Universidade Federal do Ceará-UFBA

Dr. Jectan Vital de Oliveira
Universidade de Coimbra - UC

Dr. Henrique Cunha Júnior
Universidade Federal do Ceará-UFBA

Dra. Maria Sílvia Bacila
Universidade Tecnológica Federal do Paraná-UTFPR

Dr. Ricardo Rodrigues Catanho de Sena
Universidade Estadual do Ceará - UECE

DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

TECNOLOGIA, TRABALHO, SAÚDE E INCLUSÃO SOCIAL NA SOCIEDADE

Estanislau Ferreira Bié
Raimundo Ferreira Lima
Oriel Vieira de Sousa Junior
Henrique Cunha Junior
Leide Daiana Carvalho Cunha
(Organizadores)

Editora Via Dourada
Fortaleza - Ceará
2025

Diagramação: Estanislau Ferreira Bié

Capa: Estanislau Ferreira Bié

Todos os livros publicados pela Editora Via Dourada estão sob os direitos da Creative Commons 4.0 https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.

Série Segurança pública, direito e justiça brasileira - 18

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Catalogação elaborada por F. Jose R. Abreu CRB 3/1725

BIÉ, Estanislau Ferreira; et al. (Orgs.)

Desafios contemporâneos: Tecnologia, trabalho, saúde e inclusão social na sociedade [recurso fisíco] / Estanislau Ferreira Bié; Raimundo Ferreira Lima; Oriel Vieira de Sousa Junior; Henrique Cunha Junior; Leide Daiana Carvalho Cunha (Orgs.) -- Fortaleza, CE: Editora Via Dourada, 2025.

207p.

ISBN - 978-65-89622-85-7

Disponível em: http://www.editoraviadourada.org

1. Desafios contemporâneos; 2. Tecnologia; 3. Inclusão social. I. Título. II. Série

CDD 360

Índices para catálogo sistemático:

1. Serviço social 360

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DA SÉRIE 10

CAPÍTULO 1 13

INFORMAÇÃO NA GESTÃO DO CONHECIMENTO: NOVOS DESAFIOS PARA A SOCIEDADE BRASILEIRA

Raimundo Ferreira Lima
Adriana da Costa Silva

CAPÍTULO 2 19

PROJETO DE CRIAÇÃO DA REDE CUCA

Estanislau Ferreira Bié
Henrique Cunha Junior

CAPÍTULO 3 30

TERRITÓRIO E ASSISTÊNCIA SOCIAL: OS SENTIDOS DO LUGAR PIRAMBU NA ÓTICA DOS SEUS MORADORES

Adriana Castro Camelo
Bruna Reis Alves
Marinelsa Nunes de Sousa
Raimundo Ferreira Lima
Leiriane de Araújo Silva

CAPÍTULO 4 43

IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS NAS ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SEM FINS LUCRATI-

VOS DO TERCEIRO SETOR
Christina Bianca Castro Ventura
Raimundo Ferreira Lima
Thiago Barreto Portela

CAPÍTULO 5 **55**
A LEI No 12.764/2012 COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL NA EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS COM ESPECTRO AUTISTA
Christina Bianca Castro Ventura
Daiane Lourenço de Freitas
Thiago Barreto Portela

CAPÍTULO 6 **107**
HUMANIZAÇÃO: UM PROCESSO NECESSÁRIO NA ÁREA DA SAÚDE
Adriana da Costa Silva
Raimundo Ferreira Lima
Adriana de Oliveira Alcântaras

CAPÍTULO 7 **118**
A ATUAÇÃO DE ASSISTENTE SOCIAL RESIDENTE EM SAÚDE MENTAL NO CAPS's EM INTERIOR DO CEARÁ DURANTE A PANDEMIA DO COVID – 19: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA
Viviane e Vasconcelos Damasceno
Raimundo Ferreira Lima
Leide Daiana Carvalho Cunha

Edna Maria Leite Dias

CAPÍTULO 8 **131**
A REDE CUCA: UM ESTUDO SOCIODEMOGRÁFICO DE SUA CRIAÇÃO
Estanislau Ferreira Bié
Henrique Cunha Junior

CAPÍTULO 9 **165**
A IMPORTÂNCIA DA ESCRITA NA HISTÓRIA DA HUMANIDADE
Leide Daiana Carvalho Cunha
Ana Rosalin Ribeiro Leite
Elizangela Lima Ramos
Michelle Maria dos Santos Feitosa
Raimundo Ferreira Lima
Viviane e Vasconcelos Damasceno

CAPÍTULO 10 **175**
O INGRESSO TARDIO NO ENSINO SUPERIOR E SEUS DESAFIOS: REAPRENDENDO A APRENDER
Roseane Carvalho de Souza
Raimundo Ferreira Lima
Evânia Maria Oliveira Severiano

APRESENTAÇÃO DA SÉRIE

Estanislau Ferreira Bié[1]

2º TEN QOAPM Estanislau Ferreira Bié

Cavaleiro das Forças de Paz do Brasil

Uma nova abordagem revoluciona silenciosamente o ser e o fazer da segurança pública no estado do Ceará, que é a reflexão sobre a missão das instituições que lhe compõem sob o viés da produção científica. A Série "Segurança Pública, Direito e Justiça Brasileira" emerge para sinalizar esta revolução cultural que entremeia todas as categorias e níveis hierárquicos no âmbito da Segurança Pública Estadual. Esta obra possibilita que o conhecimento produzido na busca de

1 Cavaleiro das Forças de Paz do Brasil (ABFIP/ONU); Pós-doutorando em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade da Bahia - UFBA; Doutor e Mestre em Ciências da educação pela UNISAL; Especialista em Policiamento comunitário pela UFC; Segurança pública pela FATE; Ciências política sociedade e governo pela UVA/UNIPACE; Ciências da educação; pela FACULDADE EVOLUÇÃO; História e cultura afro-brasileira e indígena pela FATE; Bacharel em Teologia pelo UNINTA; Bacharel em Serviço Social pelo UNIBTA; Licenciatura em Ciências da religião pelo UNINTA; Licenciatura em História pelo UNINTA e Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade KURIOS. Aprovado no concurso para Soldado de Fileira da Polícia Militar do Ceará - PMCE, no ano de 1989. Atualmente ocupa o posto de 2º Tenente QOAPMCE, lotado na 2ª CPG/ALECE. Atua como professor na Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará – AESP/CE, Editor da Editora Via Dourada, Diretor da Série Segurança pública direito e justiça brasileira. Publicou mais de 100 livros em diferentes áreas de conhecimento, como autor/coautor e/ ou organizador.

soluções para os problemas cotidianos que afetam a sociedade sejam compartilhados. Parte dessa produção é fruto da lida acadêmica, mas outra parte advém da busca que policiais e bombeiros militares, policiais civis e peritos forenses, policiais penais e operadores do direito, dentre outros profissionais de encontrar meios de expressarem os dilemas do cotidiano e contribuir para o aperfeiçoamento das suas instituições e, encontraram na metodologia e no rigor científico a chave para dialogar com a sociedade.

Desse modo, as coletâneas de artigos publicados visam a reinvenção organizacional, a avaliação de estratégias, inovação, aplicação de novas tecnologias, a reflexão da ética e deontologia profissional, a formação profissional e a educação continuada, a governança corporativa e tudo mais que possa afetar a gestão da segurança pública. Diante deste novo cenário esta série pretende estimular o livre pensar e convida a todos a debaterem e refletirem, sob o viés da ciência, "Segurança Pública, Direito e Justiça Brasileira".

CAPÍTULO 1

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NA GESTÃO DO CONHECIMENTO: NOVOS DESAFIOS PARA A SOCIEDADE BRASILEIRA

Raimundo Ferreira Lima[1]
Adriana da Costa Silva[2]

RESUMO

O presente artigo aborda os desafios da sociedade brasileira para o acesso ao conhecimento através da tecnologia voltada para a informação. O levantamento bibliográfico confirma a imediata necessidade de adequação da sociedade brasileira. Na conjuntura atual, presenciamos um momento em que as tecnologias de informação são oferecidas ao público para serem acessadas para garantir os seus direitos. Contudo, só vai ser alcançado o domínio completo dessas tecnologias quando as instituições públicas e privadas encontrarem um caminho para superar os casos de exclusão digital ainda bem presentes na sociedade. O conteúdo deste artigo é decorrente de uma pesquisa qualitativa. A metodologia empregada foi

1 Centro Universitário Fametro - Unifametro. raimundo.lima@aluno.unifametro.edu.br
2 Centro Universitário Fametro - Unifametro. adrianacw22@gmail.com

o estudo exploratório, por meio da realização de pesquisa bibliográfica sobre os conhecimentos relacionados ao assunto estudado.

Palavras-chave: Tecnologia da Informação. Inclusão Digital. Exclusão Digital.

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento tecnológico que envolve a sociedade moderna, as instituições e a população alcançam na realidade completamente todas as tarefas e beneficia a circulação rápida de uma grande quantidade de informações através de vários instrumentos, especialmente pela Internet.

Tais progressos tecnológicos viabilizam inovações que permanecem interferindo claramente na gestão do conhecimento em todas as categorias da sociedade, proporcionando a expansão da tecnologia da informação.

Nessa perspectiva, esse artigo tem por finalidade descrever os desafios que a sociedade brasileira enfrenta na atualidade para acessar uma tecnologia de informação para a conquista do conhecimento.

2. METODOLOGIA

Com base nos objetivos desse artigo, identificamos essa pesquisa como exploratória e quanto aos procedimentos técnicos de pesquisa bibliográfica. De acordo com

Gil (2008, p.27), as pesquisas exploratórias têm como finalidade de:

> Desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. De todos os tipos de pesquisa, estas são as que apresentam menor rigidez no planejamento. Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso. Procedimentos de amostragem e técnicas quantitativas de coleta de dados não são costumeiramente aplicados nestas pesquisas.

Quanto à abordagem, adotamos a pesquisa qualitativa. Segundo Tatiana Gerhardt e Silveira (2009), assinala que:

> A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria.

Desta forma, foi realizada uma contextualização descrevendo o momento atual da tecnologia da informação na gestão do conhecimento, a partir do reconhecimento de vários aspectos positivos e negativos que podem vir a contribuir ou não para o seu desenvolvimento tecnológico na gestão do conhecimento.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para Cruz (2008), o emprego da Tecnologia da Informação permanece distribuída em 4 fases conforme apresentado no Quadro 1:

Quadro 1 – Evolução do emprego da Tecnologia da Informação.

Fase	Décadas Equivalentes	Características da Fase
1ª	Nos anos de 1960 e 1970	**Processamento de dados:** A presença de profissionais caros e inexperientes, sistemas isolados e processamento em lote.
2ª	Nos anos de 1970 e 1980	**Sistemas de Informações:** caracterizada pelo surgimento de discos magnéticos e terminais que começaram a substituir o papel na comunicação com o computador.
3ª	Nos anos de 1980 e 1990	**Informações estratégicas:** Transição entre os mainframes e as novas tecnologias de informação. O surgimento do computador pessoal (Personal Computer), softwares muito mais confiáveis, melhoria considerável na comunicação de dados entre os computadores, bem como a utilização do processamento distribuído, no qual as informações não mais eram processadas em um servidor central (mainframe), mas por vários computadores servidores.
4ª	Nos anos de 1990 até os dias atuais	**Tecnologia de Informação:** É considerada a era da globalização, com o mundo sem fronteiras e a rede mundial de computadores - a Internet.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019, conforme Cruz (2008).

Na contra mão dessa evolução tecnológica do conhecimento aparece o fenômeno da exclusão digital que

pode estar vinculada a exclusão social. Segundo Amaro (2004), os fatores de exclusão social podem ser reunidos, conforme apresentado no Quadro 2:

Quadro 2 – Fatores de exclusão social

Fatores	Características
Fatores de natureza estrutural	Estão relacionados com o funcionamento global das sociedades: tipo de sistema econômico, regras e imposições do sistema financeiro, modelo de desenvolvimento, estrutura e características das relações econômicas internacionais, estratégias transacionais, princípios sociais e ambientais dominantes, paradigmas culturais, condicionantes do sistema político, atitudes e comportamentos face à natureza, modelos de comunicação e de informação, processos de globalização, etc.
Fatores de âmbito local	Situam-se no quadro das relações e das condições de proximidade que regulam e interferem no cotidiano dos indivíduos. Podem ter origem em áreas tão diversas como: características do mercado local de trabalho, modelo de funcionamento do organismo de administração pública local, preconceitos sociais e culturais, normas e comportamentos locais, estratégias de exclusão de fatores locais (incluindo as associações e outras organizações), etc.
Fatores de nível individual e familiar	Referem-se às situações experimentadas nos percursos pessoais e familiares, capacidades frustradas ou não valorizadas de incidências negativas, empregos ocupados ou situações de desemprego, qualificações profissionais adquiridas ou ausentes, níveis de remunerações, capacidade aquisitiva, modelos de consumo, grau de escolaridade, etc.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019, conforme Amaro (2004).

Diante de tantos desafios impostos para a sociedade, é necessário respostas mais rápidas para que a população consiga acompanhar esta evolução tecnológica do conhecimento, conforme assim retrata Alves (2009, p.19):

> Estamos perante novos desafios que implicam respostas eficazes face a impactos que a Sociedade da Informação está causando. As novas tecnologias estão reestruturando a sociedade, produzindo mudanças sociais significativas e

> não consensuais, suscitando dilemas e escolhas éticas e introduzindo rupturas nas concepções político-econômicas dominantes.Para acompanhar as rápidas mudanças em curso, torna-se de extrema relevância a aquisição de novas capacitações e conhecimentos. (grifo nosso).

Deste modo, a inclusão digital está muito longe de ser concluída, pois ainda existem vários fatores que ainda incidem diretamente para o lado da exclusão digital. De acordo com Iizuka (2003):

> Há diversas barreiras para que as novas tecnologias de comunicação e informação, em especial a internet, cheguem à maior parte da população mundial: a falta de infraestrutura tecnológica, o preço dos computadores e o valor para conectá-lo a grande rede, a falta de conhecimento e o analfabetismo são os mais evidentes. Existem, porém, outros fatores que são sutis e que dificultam a expansão tecnológica, tais como o desinteresse tecnológico, a idade das pessoas, a repulsa pelas novas tecnologias, os tipos de políticas públicas na área da Educação, da Cultura, da Ciência e Tecnologia etc.

Somente através de políticas públicas será possível mudar o cenário negativo da exclusão digital. De acordo com Silveira (2003, p.29), a falta de cidadania coopera para aumentar as desigualdades, mediante quatro suposições:

> Primeiro, o reconhecimento de que a exclusão digital amplia a miséria e dificulta o desenvolvimento humano, local e nacional. A exclusão digital não representa uma mera consequência da pobreza crônica. Torna-se fator de congelamento da condição de miséria e de grande distanciamento em relação às sociedades ricas. Segundo,

> a constatação de que o mercado não irá incluir na era da informação os 4 extratos pobres e desprovidos de dinheiro. A própria alfabetização e a escolarização da população não seriam maciças se não fosse pela transformação da educação em política pública e gratuita. A alfabetização digital e a formação básica de viver na cibercultura também dependerão da ação do Estado para serem amplas ou universalistas. Terceiro, a velocidade da inclusão é decisiva para que a sociedade tenha sujeitos e quadros em números suficientes para aproveitar as brechas de desenvolvimento no contexto da mundialização de trocas desiguais e, também, para adquirir capacidade de gerar inovações. Quarto, a aceitação de que a liberdade de expressão e o direito de se comunicar seriam uma falácia se fossem destinados apenas à minoria que tem acesso à comunicação em rede. Hoje o direito à comunicação é sinônimo de direito à comunicação mediada por computador. Portanto, trata-se de uma questão de cidadania.

Assim na contemporaneidade, os indivíduos que estão à margem da inclusão digital possuem mais dificuldade, ou a timidez para acessar algumas atividades consideradas fáceis e fundamentadas em tecnologias modernas.

Observamos que já existem projetos modelos em andamento na Prefeitura de SP objetivando a redução da exclusão digital, que são conhecidos como DigiLab, com acesso público e gratuito, contando com computadores ligados a internet. Nesse espaço, são oferecidos vários cursos, workshops e palestras ou atividades de acordo com a necessidade da comunidade local, tendo o seu acesso liberado para a toda a população. Todos os DigiLab possuem agentes mediadores que auxiliam o público

na utilização da internet (http://www.capital.sp.gov.br/noticia/digilab-da-prefeitura-apostam-em-novo-conceitopara-inclusao-digital).

Ações para favorecer a inclusão digital são indispensáveis para viabilizar aos cidadãos integrarem gradativamente o conhecimento e desenvolver a sua intelectualidade, contribuindo para o progresso social, cultural e econômico da sociedade brasileira e seguindo com o propósito em aumentar o acesso da sociedade ao conhecimento tecnológico.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proporção alcançada pela exclusão digital apresenta particularidades diferentes das encontradas no nosso país. A tecnologia da informação na gestão do conhecimento está vinculada às desigualdades socioeconômicas e culturais.

Verificamos que se torna inconcebível a abordagem da exclusão digital sem envolver os problemas sociais no Brasil. Deste modo, exclusão social e exclusão digital estão respectivamente interligados, o qual observamos que os fatores que que implicam para a exclusão social favorecem o aumento da exclusão digital.

REFERÊNCIAS

ALVES, Taíses Araújo da Silva (2009). **Tecnologias de informação e comunicação (TIC) nas escolas**: da idealização à realidade: estudos de casos múltiplos avaliativos realizado em escolas públicas do ensino

médio do interior paraibano brasileiro (Master's thesis).

AMARO, Rogério Roque. **Exclusão Social Hoje**. Disponível em:< http://www.triplov.com/ista/cadernos/cad_09/amaro.html>. Acesso em: 19 set. 2019.

CRUZ, T. **Sistemas, organizações e métodos**: estudo integrado das novas tecnologias de informação. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

DigiLab da Prefeitura aposta em novo conceito para inclusão digital. Disponível em: <http://www.capital.sp.gov.br/noticia/digilab-da-prefeitura--apostam-em-novoconceito-para-inclusao-digital>. Acesso em: 18 set. 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Iizuka, Edson Sadao. **Um estudo exploratório sobre a exclusão digital e as organizações sem fins lucrativos da cidade de São Paulo**. Diss. 2003.

Métodos de pesquisa / [organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **Inclusão digital, software livre e globalização contra-hegemônica**. In: SILVEIRA, Sérgio Amadeu da.; CASSIANO, João (Orgs).

Software livre e inclusão digital. São Paulo: Conrad, 2003.

CAPÍTULO 2

ROJETO DE CRIAÇÃO DA REDE CUCA[1]

Estanislau Ferreira Bié[2]
Henrique Cunha Junior[3]

1. INTRODUÇÃO

A Rede Cuca, criada em Fortaleza, fomentada por meio de uma política pública da prefeitura e compilada

1 A Rede Cuca é uma política pública da Prefeitura de Fortaleza, executada por meio da Secretaria Municipal da Juventude, que objetiva oferecer proteção social e oportunidades prioritariamente, jovens de 15 a 29 anos.

2 Docente pesquisador do Programa de Pós-doutoramento em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. Doutor e Mestre em Ciências da educação pela UNISAL. Cursou Especialização em Policiamento comunitário pela UFC; Segurança pública pela FATE, Ciências política sociedade e governo pela UVA/UNIPACE, Ciências da educação pela FACULDADE EVOLUÇÃO; História e cultura afro-brasileira e indígena pela FATE. Bacharela em Teologia pelo UNINTA e Bacharel Serviço Social pelo UNIBTA. Licenciatura em Ciências da religião pelo UNINTA; Licenciatura História pelo UNINTA; Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade KURIOS. Atualmente professor da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará – AESP/CE e oficial da Policial Militar do Ceará, lotado na 2ª CPG/ALECE.

3 Doutor pelo Instituto Politécnico de Lorraine - Nancy - França (1983). Mestre em História (DEA) Faculdade de Letras de Nancy- França (1981). Pós-doutoramento em Engenharia - Universidade Técnica de Berlin - Bolsista DAAD - do governo Alemão (1985). Livre Docente da Universidade de São Paulo (Título de Pós-doutoramento com tese e concurso público) (1993). Professor Titular da Universidade Federal do Ceará. (1994). Professor da Universidade de São Paulo (1984-1994). Pesquisador Sênior e Chefe de Departamento - Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo - IPT (1987- 1995). Professor Titular da Universidade Federal do Ceará (1994- 2020). Professor Visitante da Universidade Federal da Bahia (2020). Leciona as disciplinas de graduação e Pós-graduação de: História dos Afrodescendentes; Urbanismo Africano; Bairros negros; Ciência tecnologia e Sociedade; Planejamento Energético. Pesquisa urbanismo Africano; Bairros negros; Educação da população negra; Tecnologias Africanas na Formação do Brasil. Orientou 30 teses de doutoramento e 50 mestrados. Trabalha com a teoria da Complexidade Sistêmica e a Transdisciplinaridade. Cursou Especialização em Cidades (2016). Tem Curso Técnico da Acupuntura na Mãos - (2016). Cursou Especialização em Projeto Arquitetônico Contemporâneo: Teoria e Pratica (Universidade Federal do Ceará - 2019 a 2022). Especialização em Paisagismo e Iluminação (UNYLEA- 2023-2024). Orientou 31 Teses de doutoramento nas áreas de Engenharia, Educação. Arquitetura e Urbanismo. Autor de Tear Africano - Contos - Autor de Espaço Público, Urbanismo e Bairros Negros - Editora Appris- (2020).

por secretaria da juventude, é um exemplo significativo de um projeto que visa promover o desenvolvimento social, cultural e educacional de jovens, principalmente aqueles em situação de vulnerabilidade social. Lançada em 2009, essa iniciativa se destacou como um espaço inovador que buscou proporcionar oportunidades de aprendizado, expressão artística e desenvolvimento de habilidades para a juventude local. Uma das principais motivações por trás da criação da Rede Cuca foi a necessidade de oferecer alternativas construtivas para os jovens em comunidades carentes, reduzindo os riscos de envolvimento em atividades nocivas, principalmente os jovens negros, como o uso de drogas e a violência. Ao fornecer um ambiente seguro e acolhedor, a Rede Cuca busca não apenas afastar os jovens dessas realidades adversas, mas também capacitá-los para que possam alcançar um pleno desenvolvimento pessoal e social. Estando esses vinculados a grande relevância social local e por conseguinte ensejaram a realização do estudo.

Ao se concentrar em grupos sociais de baixo perfil socioeconômico, a Rede Cuca reconhece e aborda as desigualdades estruturais que muitas vezes perpetuam a exclusão e a marginalização. Isso é crucial para melhorar a qualidade de vida dessas comunidades, pois oferece oportunidades tangíveis de desenvolvimento pessoal e social. Por meio de programas educacionais, culturais, esportivos e de capacitação profissional, a Rede Cuca capacita os participantes a adquirirem habilidades e conhecimentos que lhes permitam alcançar uma vida mais satisfatória

e produtiva. Em muitas áreas urbanas, grupos sociais marginalizados enfrentam barreiras significativas para acessar oportunidades educacionais, culturais e de lazer. Isso pode levar a uma série de consequências negativas, incluindo desemprego, pobreza e envolvimento em atividades criminosas. A Rede Cuca intervém nesse ciclo ao oferecer uma ampla gama de programas e serviços que são acessíveis e relevantes para a população atendida.

O problema da pesquisa se propôs a verificar o impacto, em nível de melhoria social na vida das populações atendidas pelas atividades oferecidas pela Rede Cuca, em particular a melhoria social na população jovem negra, alcançadas pelas atividades da Rede Cuca. Com isso, a pretensão foi mensurar se o impacto social na vida das populações atendidas pela Rede Cuca foi significativo e abrangente. Compreender também se essa iniciativa desempenhou um papel fundamental na promoção da inclusão social, no desenvolvimento pessoal e na melhoria da qualidade de vida das comunidades beneficiada. Esta abordagem foi crucial, considerando a necessidade de compreender se as iniciativas da Rede Cuca estão verdadeiramente promovendo a inclusão social, o desenvolvimento pessoal e a melhoria da qualidade de vida nessas comunidades.

O objetivo geral desta pesquisa orbitou em analisar a criação da Rede Cuca como uma iniciativa de intervenção social voltada para o desenvolvimento e promoção de oportunidades para jovens em situação de vulnerabilidade, enfatizando essa na população jovem negra atendida,

investigando seu impacto na melhoria da qualidade de vida e no fortalecimento das comunidades locais. Dessa feita os objetivos específicos foram direcionados concernentes a Investigar o contexto social e econômico que motivou a criação da Rede Cuca, incluindo as necessidades e desafios enfrentados pela população jovem nas áreas urbanas de Fortaleza. Analisar o modelo de intervenção adotado pela Rede Cuca, incluindo sua estrutura organizacional, programas oferecidos e parcerias estabelecidas com outras instituições públicas e privadas. Avaliar o impacto da Rede Cuca na vida dos jovens atendidos, incluindo seu desenvolvimento pessoal, educacional e profissional, bem como sua participação em atividades sociais e comunitárias.

A metodologia adotada nesta pesquisa envolveu uma abordagem qualitativa, voltada a compreensão abrangente da criação da Rede Cuca e seu impacto nas comunidades atendidas. Esta abordagem permitiu uma análise mais completa e detalhada dos diferentes aspectos dessa iniciativa, para isso o estudo foi predominantemente bibliográfico e documental. Isso significa que o problema de pesquisa foi abordado por meio da análise de literatura existente e de documentos relacionados à criação da Rede Cuca, como relatórios institucionais, documentos governamentais, artigos acadêmicos e outras fontes relevantes. Pautou-se por viés exploratório, buscando compreender mais profundamente o contexto em que a Rede Cuca foi criada, as motivações por trás de sua implementação e os resultados alcançados até o momento. As

variáveis geradas durante a pesquisa foram de natureza qualitativa, uma vez que se concentraram em aspectos subjetivos, como percepções, experiências e impacto percebido pelos indivíduos e comunidades envolvidos com a Rede Cuca. Além disso, este estudo foi enquadrado como pesquisa aplicada, pois os conhecimentos produzidos têm relevância direta e imediata para a prática e a tomada de decisão em nível local, podendo contribuir para o desenvolvimento de políticas e programas mais eficazes voltados para o desenvolvimento juvenil e comunitário em outras regiões com desafios semelhantes.

2. A CRIAÇÃO DA REDE CUCA

De acordo com Vieira (2020), a criação da Rede Cuca é um marco significativo no cenário social e educacional de Fortaleza e representa uma resposta inovadora aos desafios enfrentados pela juventude em comunidades vulneráveis. Esta iniciativa surgiu como uma resposta às necessidades urgentes de proporcionar alternativas construtivas e oportunidades de desenvolvimento para os jovens em meio a um contexto de desigualdade socioeconômica e limitado acesso a serviços e recursos. Uma das principais razões por trás da criação da Rede Cuca foi a preocupação com o aumento da vulnerabilidade e do risco social enfrentado pela juventude em áreas urbanas desfavorecidas. O contexto de pobreza, violência e falta de perspectivas de futuro criava um ciclo de exclusão e marginalização que afetava especialmente os jovens, co-

locando-os em situações de alto risco, como o envolvimento com drogas e a criminalidade.

Ainda conforme relata Vieira (2020, p.118), a criação da Rede Cuca foi motivada pelo reconhecimento da importância de abordagens integradas e multidisciplinares para promover o desenvolvimento integral dos jovens. Em vez de oferecer apenas programas educacionais convencionais, a Rede Cuca adotou uma abordagem que combina atividades esportivas, culturais, artísticas, educacionais. Isso permite que os jovens explorem seus interesses e talentos, ao mesmo tempo que desenvolvem habilidades sociais, emocionais e cognitivas essenciais para o sucesso pessoal e profissional, revelando no tocante as medidas assistências os seguintes dados:

> A Rede Cuca nasceu de uma demanda popular, solicitada por meio do Orçamento Participativo da prefeitura, para atender às principais necessidades da juventude de Fortaleza e da Região Metropolitana, sendo atualmente considerada pela Prefeitura Municipal de Fortaleza a principal Política Pública de Juventude do Município. A Rede Cuca, de acordo com o site da Prefeitura de Fortaleza, "é uma rede de proteção social e oportunidades formada por três Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte (Cucas)", localizados nos bairros Barra do Ceará, Mondubim e Jangurussu. Esses Centros Urbanos são mantidos pela Prefeitura de Fortaleza, por meio da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude, e geridos pelo Instituto Cuca, uma Organização Social (O.S.) vinculada e financiada pela Prefeitura de Fortaleza e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A rede atende prioritariamente jovens de 15 a 29 anos e tem

> como objetivo promover a garantia de direitos humanos por meio da descentralização das atividades que se concentram nos bairros mais abastados da cidade. Com esse intuito, são oferecidos "cursos, práticas esportivas, difusão cultural, formações e produções na área de comunicação e atividades que fortalecem o protagonismo juvenil", além de "eventos estratégicos, festivais, mostras, exposições e programação permanente de shows, espetáculos e cinema".

Consoante os ensinamentos de Anjos (2015), a promulgação do Estatuto da Juventude em agosto de 2013 representou um marco importante no reconhecimento e garantia dos direitos dos jovens no Brasil. Esta legislação, por meio da Lei nº 12.852, estabeleceu não apenas os direitos específicos da juventude, mas também os princípios e diretrizes sobre políticas públicas para esse segmento da população, bem como a criação do Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE). Um dos aspectos fundamentais abordados pelo Estatuto da Juventude é o reconhecimento da importância da participação juvenil na formulação e implementação de políticas públicas. Este direito reconhece a importância do exercício da cidadania e a promoção da inclusão social. Neste contexto, a iniciativa da Rede Cuca se destaca como uma estratégia eficaz para compartilhar com os jovens a complexidade e abrangência do Estatuto da Juventude.

Relata ainda Anjos (2015, p.4) sobre os desafios sociais de enfrentamento da Rede Cuca que:

> As atividades dos equipamentos da Rede Cuca ainda são recentes no cotidiano da juventude e da cidade, mas levando em conta a carência de

> espaços públicos e de atividades de acesso possível para os jovens das periferias de Fortaleza, os Cucas vêm se configurando como pontos de busca por formação, de potenciais encontros de habilidades e vontades pulsantes da juventude. Mesmo com tais características, também entendemos que os equipamentos ainda possuem muitos desafios a serem abordados, como a construção de um diálogo forte com as comunidades do entorno e o fortalecimento das políticas públicas de juventude pelas gestões.

Conforme relata Cruz (2023), a Rede Cuca, composta pelos cinco Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte (Cucas), sendo uma iniciativa emblemática da Prefeitura de Fortaleza, esses centros foram estabelecidos com o propósito claro de fortalecer as políticas de juventude, oferecendo oportunidades de formação, expressão artística e inclusão social para jovens, principalmente aqueles provenientes de comunidades periféricas. A história da Rede Cuca remonta à criação do Cuca Che Guevara, agora denominado Cuca Barra, em 2009. A partir dessa primeira instituição, surgiram outras duas em 2014: o Cuca Mondubim e o Cuca Jangurussu. Posteriormente, em 2020, foram inaugurados o Cuca José Walter e, mais recentemente, o Cuca Pici, em 2022. Essa expansão da Rede Cuca reflete o compromisso contínuo da gestão municipal em oferecer espaços e oportunidades para os jovens de diferentes regiões da cidade.

Destarte a historicidade expositiva sobre a criação da Rede Cuca, Cruz (2020), ainda revela que os objetivos da Rede Cuca são amplos e abrangentes, visando promover a pesquisa, o ensino e a aprendizagem em diversas áreas,

incluindo arte, cultura, educação, tecnologias digitais e esportes. No campo da arte, cultura e educação, os Cucas oferecem uma variedade de formações artísticas e socio-educativas em linguagens como dança, música, pintura, teatro e outras expressões artísticas. Essas formações não apenas capacitam os jovens em habilidades específicas, mas também promovem o desenvolvimento pessoal, o senso de identidade e o fortalecimento da autoestima, preparando os jovens para ingressarem no mercado de trabalho ou seguirem estudos superiores.

O autor ainda enfatiza no tocante ao acolhimento das populações com maior disparidade social, com ênfase a população jovem negra, concernente ao oferecer espaços de convivência, formação e expressão artística, a Rede Cuca capacita os jovens a se tornarem cidadãos ativos, criativos e engajados em suas comunidades. Essa iniciativa não apenas enriquece a vida dos jovens individualmente, mas também contribui para o fortalecimento da coesão social e o desenvolvimento sustentável da cidade como um todo, os termos que se refere no seguinte:

> [...] é importante ressaltar que a Rede Cuca é um campo de atuação significativo para os/as artistas-docentes e outros/as educadores/as envolvidos/as, no qual eles/as trabalham em prol das juventudes da cidade de Fortaleza. Esses espaços são caracterizados como locais de luta e resistência, visando garantir o ensino das artes, das tecnologias digitais, dos esportes e promovendo o protagonismo juvenil, bem como outras iniciativas e ações que visem o progresso dos jovens na sociedade. Os/as artistas-docentes, por meio de suas experiências e mediações no contexto em

> que atuam, desenvolvem suas práticas artísticas e socioeducativas, inspirando-se nos conhecimentos agregados ao longo de suas trajetórias de vida pessoal, social, acadêmica e profissional. Essas práticas são direcionadas às juventudes matriculadas nos cursos artísticos e formativos da Rede, que são majoritariamente jovens negros oriundos das periferias de Fortaleza-CE. (CRUZ, 2023, p.42 apud SILVA, 2021).

Seguindo a evolução histórica que versa sobre o desenvolvimento da Rede Cuca, Carmerino (2020) explica que a criação da Rede Cuca foi fruto de uma demanda latente da juventude de Fortaleza, que clamava por espaços que oferecessem atividades e oportunidades relevantes para seu desenvolvimento pessoal e social. Essa demanda foi atendida por meio de um mecanismo de participação popular: o orçamento participativo, que permitiu a destinação de recursos públicos para a implementação dos Cucas. Nesse grau de significância a Rede Cuca de Fortaleza se destaca como um importante espaço de referência na oferta de oportunidades para os jovens nas áreas de cultura, educação, comunicação, esporte e lazer. Além disso, a articulação dos diferentes Cucas em rede, permite a execução de atividades complementares, garantindo que as oportunidades sejam equitativamente distribuídas pelos territórios.

2.1 – PERFIL SOCIOECONÔMICO DA POPULAÇÃO ATENDIDA PELA REDE CUCA

Carmerino (2020) explica que a relação entre terri-

tório geográfico e violência é um tema complexo e crucial para o entendimento dos padrões de criminalidade em uma cidade. Em 2009, essa relação recebeu uma atenção especial com a publicação da pesquisa "Cartografia da Criminalidade e da Violência de Fortaleza". Essa pesquisa, realizada em parceria pelas universidades estadual e federal do Ceará e a Guarda Municipal de Fortaleza, proporcionou uma visão detalhada dos níveis de criminalidade em diferentes bairros da cidade, através da formulação de um mapa específico. É de acordo com esse contexto que foram implementados os diversos Cucas que compõem a Rede. Caracterizada por uma população predominantemente jovem, com metade dos habitantes possuindo até 22 anos, essa região enfrenta desafios significativos, como altos índices de analfabetismo e uma economia baseada principalmente na prestação de serviços. Essa instituição desempenha um papel crucial na promoção do desenvolvimento social e na redução da violência, oferecendo oportunidades de educação, cultura, esporte e lazer para os jovens das regiões contempladas.

Em relação a predominância socioeconômica da população assistida pela Rede Cuca e as medidas socioeducacionais implementadas, Junior (2019, p.66), explica o seguinte:

> A educação deveria socializar as pessoas e dar a cada uma delas soluções e opções para a condução saudável de suas vidas. A problemática é que a população negra vive em bairros e nestes se estabelecem as relações sociais e os modos de vida

> da coletividade negra que devem ser considerados pela educação. Nesses bairros se constroem as identidades, os hábitos de vida, manifestam-se as culturas e alegrias, entretanto, em muitas das vezes, também se destroem potencialidades de vidas insatisfatórias e infelizes, decorrentes de uma sistemática do racismo antinegro produzido no espaço urbano da sociedade brasileira, sendo que as ciências do urbanismo não tratam esses temas e muito menos a educação.

Para Lima (2021), é significativo notar que os equipamentos da Rede CUCA estão localizados em áreas consideradas as mais vulneráveis do município de Fortaleza, incluindo os bairros Barra do Ceará, Mondumbim, José Walter, Jangurussu e Pici. Estas áreas apresentam baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), refletindo desafios significativos em termos de acesso a serviços básicos, educação e oportunidades de emprego. Ao concentrar seus esforços nessas regiões, a Rede CUCA busca proporcionar aos jovens o acesso a recursos e oportunidades que, de outra forma, poderiam ser inacessíveis, ajudando a reduzir as disparidades sociais e promover um desenvolvimento mais equitativo. Essa constatação por sua vez reflete o compromisso de alcançar e impactar positivamente uma grande parte da população jovem da cidade, contribuindo para fortalecer as comunidades locais e promover o desenvolvimento sustentável.

2.2 – BAIRROS SELECIONADOS

Consoante descreve Rodrigues (2023), a Rede Cuca,

mantida pela Prefeitura de Fortaleza - CE e gerida pelo Instituto Cuca, representa um modelo exemplar de rede de proteção social e de oportunidades. Estrategicamente posicionada nos bairros periféricos da cidade, a Rede Cuca desempenha um papel fundamental na promoção do desenvolvimento pessoal, educacional e social dos moradores dessas comunidades. Um dos aspectos mais importantes da Rede Cuca é sua ênfase na promoção e garantia dos direitos humanos. "A Rede Cuca é uma rede de proteção social e de oportunidades, formada por Cucas, mantidos pela Prefeitura de Fortaleza - CE, estrategicamente posicionados em bairros da periferia da cidade. Geridos pelo Instituto Cuca, os Cucas Barra, Jangurussu, José Walter, Mondumbim e Pici [...]"(RODRIGUES, 2023, p.62).

2.2.1 – Cuca Barra do Ceará

Conforme expõe Rodrigues (2023) a inauguração do Cuca Barra em 2009 marcou um marco importante na política pública de juventude em Fortaleza. Localizado na Barra do Ceará, o Cuca Barra não apenas se tornou um centro de referência para os jovens da região, mas também simbolizou o compromisso da Prefeitura em proporcionar oportunidades de desenvolvimento e lazer para a juventude da cidade. Com uma área total de 14 mil m^2, o Cuca Barra oferece uma ampla gama de instalações e recursos destinados a atender as diversas necessidades e interesses dos jovens. O ginásio coberto, o anfiteatro, a

pista de skate, a piscina semiolímpica e o campo de futebol de areia são exemplos de espaços que promovem a prática esportiva e o convívio social entre os jovens.

Ainda de acordo com o autor, além disso, o Cuca Barra também oferece espaços dedicados à cultura e à educação, como o cineteatro, as salas de aula e os laboratórios equipados para cursos de fotografia. Esses recursos permitem que os jovens explorem e desenvolvam suas habilidades artísticas e intelectuais, além de proporcionar oportunidades de aprendizado e formação profissional. Ao longo dos anos, o Cuca Barra se estabeleceu como um símbolo da política pública de juventude de Fortaleza. Sua presença na Barra do Ceará não só contribui para o desenvolvimento local, mas também fortalece o senso de identidade e pertencimento dos jovens da região. Além disso, o Cuca Barra desempenha um papel crucial na promoção da inclusão social, ao oferecer acesso gratuito a uma variedade de atividades e serviços para jovens de todas as origens e condições socioeconômicas.

2.2.2 – Cuca Jagurussu

Carneiro et al. (2019), relata que a inauguração do Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte (Cuca), conhecido como Cuca Jangurussu, em fevereiro de 2014, representou um marco importante na oferta de oportunidades e serviços para a juventude do bairro Jangurussu e da região VI de Fortaleza. Assim como outros equipamentos Cuca, o Cuca Jangurussu se tornou um ponto de

referência na comunidade, oferecendo uma ampla gama de instalações e atividades voltadas para o desenvolvimento pessoal, educacional e cultural dos jovens. Com uma infraestrutura impressionante, o Cuca Jangurussu oferece um ambiente propício para a prática esportiva, a expressão artística, o aprendizado acadêmico e o desenvolvimento de habilidades técnicas.

Para Gadelha (2023) a presença do Cuca Jangurussu na comunidade não apenas oferece acesso a recursos e oportunidades que muitos jovens de áreas periféricas podem não ter acesso de outra forma, mas também desempenha um papel vital na promoção da inclusão social e no fortalecimento do senso de comunidade e pertencimento. Ao oferecer espaços e atividades que incentivam a participação ativa e o engajamento cívico, o Cuca Jangurussu contribui para a formação de cidadãos conscientes e ativos, que se preocupam com o bem-estar de suas comunidades e têm as habilidades e conhecimentos necessários para fazer uma diferença positiva no mundo. Essa rede visa proporcionar um conjunto abrangente de serviços e atividades que promovam o desenvolvimento integral dos jovens, preparando-os para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades que surgem em suas vidas.

Em consonância com o exposto Camerino (2020), externa que a presença do Cuca Jangurussu na comunidade não apenas oferece acesso a recursos e oportunidades que muitos jovens de áreas periféricas podem não ter acesso de outra forma, mas também desempenha um

papel vital na promoção da inclusão social e no fortalecimento do senso de comunidade e pertencimento. Ao oferecer espaços e atividades que incentivam a participação ativa e o engajamento cívico, o Cuca Jangurussu contribui para a formação de cidadãos conscientes e ativos, que se preocupam com o bem-estar de suas comunidades e têm as habilidades e conhecimentos necessários para fazer uma diferença positiva no mundo.

2.2.3 – Cuca José Walter

De acordo com o Instituto de Cultura, Arte, Ciência e Esporte, IC Fortaleza (2024), a inauguração do Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte (Cuca) José Walter, em dezembro de 2020, marcou um avanço significativo na oferta de infraestrutura e oportunidades para os moradores do bairro José Walter, na regional V de Fortaleza. Este equipamento, o quarto e mais recente da rede Cuca, representa um compromisso contínuo da Prefeitura de Fortaleza em investir no desenvolvimento da juventude e da comunidade local. Além disso, o Cuca José Walter se destaca por ser o primeiro equipamento da rede a incluir um espaço de coworking. Essa iniciativa reflete o reconhecimento da importância do empreendedorismo e da economia criativa para o desenvolvimento econômico e social da região.

Ainda de acordo com o IC Fortaleza (2024), o Cuca José Walter oferece uma variedade de espaços destinados a atividades culturais, esportivas, educacionais e

empreendedoras. As piscinas cobertas, o teatro, as salas de artes marciais, a quadra coberta, o campo de areia, o skatepark, o espaço cross training e o anfiteatro proporcionam oportunidades para os jovens explorarem seus interesses, desenvolverem habilidades e se envolverem em atividades construtivas. Essa iniciativa reflete o reconhecimento da importância do empreendedorismo e da economia criativa para o desenvolvimento econômico e social da região. Ao oferecer um ambiente colaborativo e recursos para empreendedores locais, o Cuca José Walter estimula a inovação, a criatividade e o desenvolvimento de novos negócios, contribuindo para o crescimento econômico sustentável da comunidade.

2.2.4 – Cuca Mondubim

Conforme expositiva do IC Fortaleza (2024), A denominação do Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte (Cuca) como Cuca Chico Anysio, em homenagem ao renomado humorista cearense, é um reconhecimento do legado cultural e artístico deixado por esse grande ícone do humor brasileiro. Localizado no bairro Mondubim, na Regional V de Fortaleza, o Cuca Chico Anysio, popularmente conhecido como Cuca Mondubim, foi inaugurado em 21 de fevereiro de 2014, marcando o início de uma iniciativa importante para a promoção da cultura, educação e lazer na cidade. Além de proporcionar acesso a instalações e recursos de alta qualidade, o Cuca Mondubim desempenha um papel importante na

promoção da inclusão social e na oferta de oportunidades para os jovens da região. A inauguração do Cuca Mondubim marcou também o início da Rede Cuca, uma rede de proteção social e oportunidades para a juventude, que inicialmente incluía o Cuca Barra, na Regional I, e os Cucas Mondubim e Jangurussu, integrando esforços para oferecer uma gama abrangente de serviços e atividades que promovam o desenvolvimento integral dos jovens.

Dessa feita, ainda em conformidade com IC Fortaleza (2024), com uma infraestrutura impressionante, que inclui ginásio coberto, anfiteatro, pista de skate, piscina semiolímpica, campo de futebol de areia, cineteatro, salas de aula, estúdio de rádio e TV, laboratórios equipados para cursos de fotografia e espaço de artes cênicas, o Cuca Mondubim oferece uma variedade de espaços e atividades destinadas a atender as diversas necessidades e interesses da juventude local. A presença do Cuca Mondubim na região V de Fortaleza não apenas oferece acesso a recursos e oportunidades que muitos jovens podem não ter acesso de outra forma, mas também promove a integração comunitária, o fortalecimento do senso de pertencimento e o desenvolvimento de habilidades e talentos locais. Ao oferecer um espaço seguro e acolhedor onde os jovens podem se conectar, aprender e crescer juntos, o Cuca Mondubim contribui para o desenvolvimento pessoal e comunitário, além de fortalecer os laços sociais e culturais na região.

2.2.5 – Cuca Pici

Ainda em conformidade com a expositiva do IC Fortaleza (2024), a construção do Cuca Pici, que será o quinto equipamento da Rede Cuca a ser entregue, representa um avanço significativo na oferta de oportunidades e serviços para a juventude de Fortaleza, especialmente na região III da cidade. Com uma área construída superior a 16 mil m^2, o Cuca Pici promete ser um espaço amplo e diversificado, projetado para atender às diversas necessidades e interesses dos jovens locais. A inclusão dessas instalações e recursos é crucial para garantir que o Cuca Pici atenda às diversas necessidades e interesses dos jovens da região. A presença de uma piscina, por exemplo, oferece oportunidades para a prática de esportes aquáticos e atividades de lazer, promovendo a saúde física e o bem-estar dos jovens. O teatro e o auditório proporcionam espaços para expressão artística e cultural, enquanto o espaço de coworking estimula o empreendedorismo e a inovação entre os jovens locais.

A entrega do Cuca Pici representa também um investimento no desenvolvimento econômico e social da região, segundo descreve o IC Fortaleza (2024), pois ao oferecer um espaço moderno e bem equipado para a juventude local, o Cuca Pici contribui para o fortalecimento da comunidade e para a criação de oportunidades de emprego e negócios na região.

2.3 – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Para Gadelha (2023), a Rede Cuca, como uma política pública em transição, desempenha um papel crucial na promoção de valores sociais, educacionais e humanitários. Ao oferecer acesso a uma variedade de atividades, desde esportes e lazer até cultura e arte, a Rede Cuca se torna um espaço vital para o desenvolvimento e proteção dos direitos dos jovens, conforme estabelecido pela Constituição Brasileira. Um dos aspectos mais significativos da Rede Cuca é sua abordagem na área da educação não formal. Este modelo educacional complementa o sistema formal de ensino, fornecendo oportunidades de aprendizado que vão além das paredes da sala de aula tradicional. Isso é especialmente relevante em um contexto em que a diversidade de interesses e necessidades dos jovens demanda abordagens flexíveis e inclusivas.

Ainda de acordo com o autor, a Rede Cuca fomenta uma rede pública de ensino socioeducativo de caráter complementar a formação formal, nos termos que se refere da seguinte forma:

> No contexto da educação não-formal, caracterizam-se as iniciativas socioeducativas como medidas mediadoras do processo de ensino e aprendizagem em consonância com os interesses e necessidades das camadas populares. Na Rede Cuca, essas manifestações se corporificam de diferentes formas, revelando que as pautas sociais impactam na realidade dos jovens da cidade. A Rede Cuca enquanto política pública que integra um caráter socioeducativo dialoga também com uma política educacional voltada para jovens que, de algum modo, necessitam de acesso à formação social, cultural, artística, tecnológica,

> esportiva e outras que, infelizmente, a escolarização deixa a desejar. Salienta-se ainda que as discussões que ancoram a base dissertativa deste estudo problematizam o contexto da educação formal no âmbito do ensino público e gratuito, não se direcionando às questões da educação privada, a qual merece outra gama de leituras, reflexões e críticas (GADELHA, 2023, p.29).

Conforme relata Pezeta (2024) no canal juventude, a Rede Cuca é uma iniciativa abrangente que aborda diversos aspectos essenciais para o desenvolvimento e bem-estar dos jovens, com destaque para os direitos humanos, cidadania e sustentabilidade. Ao analisar os principais programas e atividades oferecidos pela rede, fica evidente o compromisso em promover a participação ativa dos jovens na sociedade e garantir seu acesso a oportunidades que contribuam para seu crescimento pessoal e coletivo.

Abaixo estão descritas as principais ações desenvolvidas pela Rede Cuca:

2.3.1 - Direitos humanos e cidadania

A equipe de Direitos Humanos da Rede Cuca desempenha um papel crucial na promoção do protagonismo juvenil e na prestação de atendimento psicossocial e de saúde. Através de uma abordagem centrada no jovem, essa equipe busca envolver os jovens em suas ações e projetos, fortalecendo sua participação na construção de uma comunidade mais justa e inclusiva. Além disso, o programa Cuca Saudável demonstra um compromisso

com a saúde pública ao oferecer serviços como testagens gratuitas e distribuição de preservativos, contribuindo para a prevenção de doenças e a promoção de hábitos saudáveis entre os jovens.

2.3.2 – Sustentabilidade

No que diz respeito à sustentabilidade, a Rede Cuca desenvolve o programa Cuca Ambiental, que visa sensibilizar os jovens para questões ambientais e promover ações concretas de preservação do meio ambiente. Por meio de atividades como plantio de mudas e limpeza de ecossistemas, a rede não apenas educa os jovens sobre a importância da conservação ambiental, mas também os capacita a se tornarem agentes de mudança em suas comunidades.

2.3.3 – Esporte

No campo do esporte, a Rede Cuca vai além de simplesmente formar atletas, oferecendo oportunidades para os jovens se envolverem em diversas modalidades esportivas e desenvolverem habilidades sociais e físicas. Com um amplo leque de opções esportivas gratuitas, a rede promove a inclusão e a sociabilidade entre os jovens, ao mesmo tempo em que os incentiva a perseguirem seus sonhos e objetivos no esporte.

2.3.4 – JUVTV

A JuvTV, laboratório de produção audiovisual e novas mídias da Rede Cuca, desempenha um papel fundamental na ampliação da visibilidade das políticas públicas de juventude e na promoção de narrativas inovadoras protagonizadas por jovens. Ao oferecer uma plataforma para que os jovens compartilhem suas experiências e perspectivas, a JuvTV contribui para o fortalecimento da identidade e da voz da juventude, além de promover a formação e a sustentabilidade no campo da comunicação.

2.3.5 – Cultura

No âmbito cultural, a Rede Cuca proporciona um espaço vital para os jovens explorarem e desenvolverem seus talentos artísticos, descentralizando o acesso à cultura e promovendo apresentações e eventos culturais nas periferias de Fortaleza. Com uma variedade de programas e atividades culturais, a rede estimula a criatividade e o desenvolvimento artístico dos jovens, ao mesmo tempo em que fortalece o vínculo entre a juventude e sua comunidade.

2.3.6 - Cursos de artes e formação

Além disso, a Rede Cuca oferece uma ampla gama de cursos de formação profissional nas áreas de dança, teatro, música, tecnologia e outras, permitindo que os jovens adquiram habilidades relevantes para o mercado de trabalho e alcancem sua independência financeira. Ao

investir na qualificação e orientação profissional dos jovens, a rede contribui para a redução do desemprego e a promoção da empregabilidade entre os jovens de Fortaleza.

2.3.7 – Biblioteca

A presença de bibliotecas em cada unidade da Rede Cuca é um componente fundamental para promover o acesso à informação, o desenvolvimento educacional e cultural, e o estímulo à leitura entre os jovens. Ao fornecer um acervo de mais de 16.500 livros e gibis, as bibliotecas da Rede Cuca oferecem uma ampla variedade de recursos para os usuários explorarem e desfrutarem.

2.3.8 – Trabalho e empregabilidade

O papel do trabalho na vida de um jovem é indiscutivelmente crucial, pois não só fornece meios de sustento, mas também desempenha um papel fundamental no desenvolvimento pessoal, profissional e social. Nesse contexto, a atuação da Rede Cuca na inserção e reinserção dos jovens no mercado de trabalho é de grande importância para o desenvolvimento socioeconômico e para o bem-estar da juventude.

2.4 – GRUPOS SOCIAIS ALCAÇADOS

A Rede Cuca desempenha um papel crucial na pro-

moção da inclusão social e na redução das desigualdades sociais. De acordo com Rodrigues (2023) entre os jovens das periferias violentas de Fortaleza. Por meio de uma variedade de atividades e cursos disponibilizados, a Rede Cuca oferece oportunidades de desenvolvimento pessoal, educacional e profissional para uma população que historicamente foi marginalizada e privada de investimentos socioeducacionais. Um dos principais grupos sociais alcançados pela Rede Cuca são os jovens das periferias violentas da cidade. Esses jovens frequentemente enfrentam desafios como a falta de acesso à educação de qualidade, oportunidades de emprego e espaços seguros para lazer e recreação. Através das atividades oferecidas pela Rede Cuca, esses jovens têm a chance de participar de cursos, práticas esportivas, eventos culturais e programas de capacitação profissional que os capacitam a alcançar seu pleno potencial e a superar as barreiras socioeconômicas que enfrentam.

A palavra "social" incomoda-me muito. Quando dizem que a questão do negro é uma questão social, o que quer dizer "social"? As relações de gênero são uma questão social; a discriminação contra o portador de deficiência é uma questão social; a discriminação contra o negro é uma questão social. Ora, o social tem nome e endereço. Não podemos diluir, retirar o nome, a religião e o sexo e aplicar uma solução química. O problema social tem de ser atacado especificamente (MUNANGA, 2004, p.54).

2.5 – RESULTADOS ALCANÇADOS

Para Rodrigues (2023), as ações da Rede Cuca também contribuem para a melhoria da qualidade de vida da população negra que reside nas regiões atendidas pela Rede. Como muitas das periferias violentas de Fortaleza são habitadas por uma grande proporção de pessoas negras, os programas e iniciativas da Rede Cuca têm um impacto direto na vida desses indivíduos, proporcionando-lhes oportunidades de educação, emprego e participação cívica que antes lhes eram negadas. A diversidade de atividades e cursos oferecidos pela Rede Cuca desempenha um papel fundamental nesse processo. Ao fornecer uma ampla gama de opções, a Rede Cuca atende às necessidades e interesses variados dos jovens das periferias, permitindo-lhes escolher as atividades que melhor se adequam às suas habilidades e aspirações. Isso não apenas os capacita a adquirir novas habilidades e conhecimentos, mas também os capacita a se tornarem agentes de mudança em suas próprias comunidades.

3. CONCLUSÃO

A criação da Rede Cuca representa um avanço significativo no campo das políticas públicas voltadas para a juventude em Fortaleza. Este projeto foi concebido com o objetivo de proporcionar oportunidades de desenvolvimento pessoal, educacional e profissional para os jovens da cidade, especialmente aqueles que residem em áreas periféricas e enfrentam desafios socioeconômicos significativos. Os bairros selecionados para a implementação

da Rede Cuca foram estrategicamente escolhidos levando em consideração diversos fatores, como a alta concentração de jovens, a carência de serviços e espaços de lazer e cultura e os índices de vulnerabilidade social. Em muitos casos, esses bairros são caracterizados pela presença de uma população majoritariamente negra, que historicamente tem enfrentado discriminação e exclusão social.

O perfil socioeconômico da população atendida pela Rede Cuca reflete a realidade de muitos jovens brasileiros que vivem em áreas periféricas de grandes cidades. Muitos deles enfrentam dificuldades como a falta de acesso à educação de qualidade, oportunidades de emprego e espaços seguros para lazer e recreação. A maioria desses jovens pertence a famílias de baixa renda e enfrenta desafios relacionados à violência, drogas e falta de perspectivas de futuro. No entanto, a Rede Cuca tem se destacado por oferecer uma ampla gama de atividades e programas que visam atender às necessidades e interesses desses jovens. Desde cursos de capacitação profissional até práticas esportivas, eventos culturais e atividades de lazer, a Rede Cuca oferece oportunidades de aprendizado, crescimento pessoal e integração comunitária.

Esse conglomerado de ações socioeducacionais tem um impacto significativo na vida da população negra e jovem atendida pela Rede Cuca. Ao oferecer acesso a educação de qualidade, oportunidades de emprego e espaços de lazer e cultura, a Rede Cuca capacita os jovens a romperem o ciclo de pobreza e marginalização, permitindo que eles construam um futuro melhor para si mesmos

e suas comunidades. Além disso, a Rede Cuca contribui para promover a inclusão social, fortalecer a autoestima e o senso de pertencimento desses jovens, além de estimular o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e competências para a vida, que são fundamentais para o sucesso pessoal e profissional.

Positivado isso, fica evidente que o estudo conseguiu resolver o problema da pesquisa, assim como também o tangenciamento dos objetivos propostos. Contudo, fica a reflexão que apesar da grande evolução técnica, em termos socioeducacionais avocados pelo surgimento da Rede Cuca, muito ainda carece de atenção, e aqui a particularidade continua em relação população negra jovem, que costumeiramente ainda sofre com estigmas sociais que entravam, por meio de gargalos étnicos a ascensão educacional e por consequência, a ascensão social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANJOS, Samaísa dos. **Juventudes e Cidadania**: Rede Cuca e a campanha sobre os Direitos dos Jovens. 2015.

CARNEIRO, Emmanuel Alves et al. **Jovem, lazer e sociedade: perfil das atividades rede cuca**. In: 30º ENAREL Encontro Nacional de Recreação e Lazer e IX Seminário de Estudos do Lazer. 2019.

CAMERINO, Larissa de Almeida Morais. **Políticas de atendimento a adolescentes em conflito com a lei**: quando as juventudes entram em cena na rede Cuca de Fortaleza-CE. Humanidades em Perspecti-

vas, v. 4, n. 9, 2020.

COSTA, Rosiane da Silva; FARIAS, Maria Giovanna Guedes. **Informação mediada como instrumento de transformação social**. Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação, v.12, n.2, p. 361-384, maio/agosto, 2019.

CRUZ, Josivando Ferreira da. **Entrelaçamentos da formação étnico-racial/teatral a partir de narrativas de artistas-docentes negras/os da Rede Cuca, em Fortaleza-CE**. 2023. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

DE JESUS, Tiago Souza et al. **Negras grafias em autobiografias. Editora Via Dourada**. Fortaleza - Ceará. 2021

FECHINE, Basílio Rommel Almeida et al. **Areninhas e Rede Cuca**: Análise da Participação Popular nas Políticas Públicas de Esporte e Lazer na Cidade de Fortaleza/Ceará-Brasil. REVISTA INTERCONTINENTAL DE GESTÃO DESPORTIVA-RIGD, v. 13, n. 3, p. e110064, 2023.

GADELHA, José Wescley do Nascimento. **A Rede Cuca em Fortaleza-CE como política pública gratuita de caráter socioeducativo destinada às juventudes**. 2023.

IC FORTALEZA. **O Instituto de Cultura, Arte, Ciência e Esporte**. 2024. Disponível em: <https://icfortaleza.org.br/>. Acesso em: 28 Fev. 2024.

JUNIOR, Henrique Cunha. **Bairros negros**: a forma urbana das populações negras no brasil. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), v. 11, n. Ed. Especi, p. 65-86,

2019.

LIMA, Joyce Leylane Rocha. **Rede Cuca de Fortaleza e o desenvolvimento de competências socioemocionais em atividades extraclasse**. 2021.

MEDEIROS, Frederico Pinheiro de Souza. **A desigualdade social em uma realidade tecnológica**: o caso da Juv. TV, a WebTV da Rede Cuca. 2019.

QUEIROZ, Eunice Gonçalves; CUNHA, Henrique Junior. **Autobiografias & Territórios**. Fortaleza, CE: Editora Via Dourada,2023.295 p.

VIEIRA, Maria Hermínia Cordeiro. **CUCA, guístico com jovens da rede**. Experiência de pesquisa-ação sobre preconceito linguístico com jovens da rede cuca, de Fortaleza-Ce. EDITORA ÉPOS., p. 113, 2020.

VIEIRA, Maria Hermínia Cordeiro et al. **Preconceito linguístico e divulgação científica**: proposta de percurso metodológico e experiência de pesquisa-ação com jovens comunicadores da Rede Cuca (Fortaleza). 2021.

RODRIGUES, Denise Marques. **Dimensões da mediação da informação nos programas e projetos da Rede Cuca**. 2023.

CAPÍTULO 3

ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO E OS GRAVES DANOS À SAÚDE DO TRABALHADOR

Daniel Alves da Silva Neto[1]
Emanuel de Brito Nobre[2]
Raimundo Ferreira Lima[3]
Luís Augusto Bezerra Mattos[4]

RESUMO

O presente artigo tem por finalidade contribuir com reflexões sobre o assédio moral no trabalho e os graves danos à saúde do trabalhador. Visa este estudo analisar a forma de assédio moral ao trabalhador e as possíveis consequências decorrentes dessa prática no cotidiano de uma empresa. O presente trabalho se classifica enquanto pesquisa de revisão bibliográfica em que foi realizada uma revisão de literatura, numa consulta por artigos científicos selecionados por meio de busca no banco de dados da Plataforma Google Acadêmico e Sciello, e notí-

1 Discente - Centro Universitário Fametro - Unifametro. danielaquiraz192@gmail.com
2 Discente - Centro Universitário Fametro - Unifametro. emanuel.nobre@aluno.unifametro.edu.br
3 Discente - Centro Universitário Fametro - Unifametro. raiferreira.540@gmail.com
4 Docente - Centro Universitário Fametro - Unifametro. luis.mattos@professor.unifametro.edu.br

cias referentes a pesquisas tirados de sites especializados contando com opiniões de profissionais da
área e sites jurídicos. Faz-se necessário a compreensão dessa problemática, objetivando um maior conhecimento sobre a forma de Assédio moral por conta das exigências sofridas pelo funcionário, podendo afetar diretamente a vida deste indivíduo na área da saúde psicológica. Podemos identificar que o assédio moral traz danos como ansiedade em excesso, transtornos mentais como a depressão e traumas e crises na vida pessoal do trabalhador, além disso, juridicamente assédio é crime e está presente em práticas continuadas de exigências excessivas, chantagens emocionais, brincadeiras descontextualizadas e xingamentos.

Palavras-chave: Assédio Moral; Trabalhador; Dignidade Humana; Danos Psicológicos; Saúde.

1. INTRODUÇÃO

Segundo Freire (2008, p. 9), a Organização Mundial de Saúde no relatório de 2004 já relatava que o assédio moral ao trabalhador pode ocasionar ou aumentar os transtornos psicopatológicos, psicossomáticos ou comportamentais. São enumerados como sintomas dos transtornos psicopatológicos, as síndromes de ansiedade e depressão. Enquanto, como sintomas psicossomáticos compreendem todos os sintomas físicos, porém com uma procedência ou uma concepção psicológica, como pressão alta, crise de asma, úlcera no estômago, dor de cabeça, vertigem com a perda de equilíbrio, torcicolo do

pescoço, lumbagos, queda de cabelo, dores musculares e estresse. Os sintomas comportamentais resultam em comportamentos agressivos consigo próprio e com outras pessoas da mesma convivência, problemas alimentares, dependência química de álcool e de cigarro, distúrbio sexual e isolamento social.

Foi o doutor em psicologia do trabalho Heinz Leymann, nascido na Alemanha, que iniciou os estudos no início dos anos de 1980 sobre o sofrimento no trabalho, chegando assim a resultados preocupantes. No decorrer dos anos de 1980, os resultados dessas pesquisas foram divulgados no meio acadêmico. Em 1993, ele lança o livro em que utiliza os termos em inglês mobbing e psisco-terror (terror psicológico), inaugurando assim um novo campo de pesquisa relacionado ao ambiente de trabalho e a saúde psíquica, sendo adotado ainda um instrumento de pesquisa denominado de LIPT(Leymann Inventory of Psycholpgical Terrorisation - Índice Leymann de Terrorização Psicológica), em que relata condutas e atitudes que Leymann, 1993), o assédio moral é o vigente desgaste das condições de trabalho por intermédio da implantação de formas de comunicação consideradas arbitrárias que se configuram pela reprodução por um tempo demorado de uma conduta hostil que uma pessoa superior ou colega(s) de trabalho gera(m) em oposição a um ser humano que exibe, como reação, um cenário de miséria física, psicológica e social prolongada.

O assédio Moral surge de uma falha no desempenho de autoridade nos vínculos de trabalho. Essa condição

gera um clima agressivo, desestruturado. Nesse ambiente de temor, e no cenário da falta de emprego, o trabalhador é levado a aceitar de forma passiva as condições geradas e se tornar menos reivindicativo (Silva et al., 2011, p. 113, apud Eberle et al., 2009, p. 113). O ser humano é possuidor de direitos e deveres e goza de garantias fundamentais à sua existência. Por tudo esse conjunto, o indivíduo não pode ser "coisificado". E a busca pelo respeito e pela dignidade humana é uma máxima que deve ser tutelada pelo Estado visando a preservação de uma característica que é intrínseca do ser humano: a dignidade da pessoa humana.

No inciso III, do artigo 1º, da Constituição Federal de 1988(CF/1988), o princípio da dignidade humana é considerado um fundamento da democracia brasileira. Em vista disso, ele tem que permanecer presente em todas as relações efetivadas no ordenamento jurídico do país. Tendo em mente que é um valor relevante presente na CF/1988, o cidadão é considerado como individuo central, e não simplesmente algo qualquer (Landim; Morais, 2017, p. 37).

A presença do assédio nas relações é gradativamente mais presente, pois a posição de autoridade beneficia atitudes que menosprezam o trabalhador. É incontestável que, em várias condições, a pessoa possua a dignidade ferida. Desta forma, o assédio pode acontecer de várias formas e pode proporcionar resultados avassaladores para o indivíduo colocado em condições de subalternidade (De Carvalho, 2021, p. 7).

A presente pesquisa se legitimou dentro do contexto

dos direitos humanos, tendo em consideração que o trabalhador deve possuir uma vida digna para si e paraseus familiares, segundo a concepção voltada para a dignidade e justiça para todos,assim, incumbido o Estado em conceder condições para a pessoa se expandir emvários setores, reproduzindo deste modo, a garantia do princípio da dignidade dapessoa humana.

Portanto, definimos a pergunta de partida desta investigação: quais osgraves danos causados à saúde do trabalhador ocasionados pelo assédio moral notrabalho? Também se objetivou analisar a forma de assédio moral ao trabalhador e aspossíveis consequências decorrentes dessa prática dentro do cotidiano de umaempresa.

2. METODOLOGIA

No contexto desse estudo aqui desenvolvido buscamos a utilização de informações e materiais já publicados. Deste modo, foi realizada uma pesquisa de revisão bibliográfica em que foi realizada uma revisão de literatura, mediante busca no banco de dados da Plataforma Google Acadêmico e Sciello, e notícias referentes a pesquisas nos sites especializados na área jurídica.

Segundo Brizola e Fantin (2016, p. 27): ”A revisão da literatura é de suma importância, já que é realizada para auxiliar o pesquisador a focar no seu verdadeiro objeto de pesquisa e não perder tempo com questões secundárias”.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No âmbito da proteção da saúde mental do trabalhador, destaca-se aproteção contra o assédio moral (e sexual), termo que conceitua condutas abusivas e reiteradas contra a dignidade ou integridade psíquica, ou física de uma pessoa, degradando o ambiente de trabalho. O assédio moral produz consequências drásticas na vida da vítima, atingindo diretamente sua integridade psíquica ou física de uma pessoa, degradando o ambiente de trabalho. O assédio moral produz consequências drásticas na vida da vítima, atingindo diretamente sua integridade físico-psíquica, sua autoestima, sua relação com familiares e amigos. Além disso, gera um sentimento de fracasso, de necessidade de isolamento, quadro de depressão e aumento do risco de suicídio. Essas condutas resultam na necessária responsabilidade do empregador pela reparação das consequências do assédio moral.

De Lima Rocha et al. (2023, p. 260) asseguram que o assédio moral no contexto laboral predomina sobre uma relação de poder, com a prática abusivas por parte dos patrões, seguido de constrangimentos, humilhações, preconceitos e difamações que de um modo ou de outro consegue abalar psicologicamente os trabalhadores.

Segundo Caetano et al. (2017,p. 4), o assédio moral no trabalho pode acarretar sérios transtornos físicos e psicológicos ao trabalhador, levando-o a uma situação de saúde mental doentia:

> O trabalho cujo contexto se insere nessa realidade leva um desgaste psicológico que chega a ser desumano, caracterizado por comportamentos hostis, em um ambiente insalubre, mencionando

> que o ambiente de trabalho se torna pernicioso ao ponto de se identificar situações diversas.

Embora o conceito de assédio moral seja divulgado no Brasil, é necessária uma consideração especial para o tema. Por outro lado, o Brasil não pode acompanhar a realidade de países como Itália, França, Noruega, Espanha, o qual, no início dos anos de 1980 já tinham estratégias traçadas relacionadas ao assunto, e assim no contexto atual do Brasil se torna diferente a abordagem do assédio moral no trabalho (Caetano et al., 2017, p. 4).

Em pesquisa realizada no Brasil em 2021 pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA), foi verificado que:

> A pandemia de COVID-19 trouxe novos desafios e agravou a situação do assédio moral no ambiente de trabalho. (...) Mais de 52% dos trabalhadores brasileiros relataram ter sofrido algum tipo de violência no trabalho durante a pandemia. As mulheres são as principais vítimas de assédio moral no ambiente de trabalho. De acordo com uma pesquisa realizada pela Catho, Marketplace De Tecnologia que conecta empresas e candidatos, mostra que 38,7% das mulheres brasileiras já sofreram assédio moral dentro das empresas. A pesquisa contou com a participação de 2.300 mulheres. Quando questionadas sobre qual posição o assediador ocupava, 33,2% dizem ter sofrido o ato por algum líder direto, 30,2% por ou posições acima, 20,3% por colegas de trabalho e 10,2% por líder indireto de outra equipe- (Silva,2022, p.37).

Desta forma, o assédio moral no ambiente de trabalho pode ter consequências graves para a saúde física e mental das vítimas, resultando de forma negativa na produtividade, na autoestima e na satisfação profissional. Além disso, a prática prejudica a organização na totalidade, levando a um ambiente de trabalho tóxico e ao aumento do absenteísmo e da rotatividade de funcionários. Dessa forma, é fundamental que as empresas adotem políticas e medidas preventivas para identificar, combater e prevenir o assédio moral no ambiente de trabalho, promovendo um ambiente profissional saudável, inclusivo e respeitoso.

Como por exemplo, na decisão jurídica verificada no TRT-1, o caso compreende o não repasse de atividades ao empregado no cumprimento da sua jornada diária de trabalho, desta forma foi reconhecida a prática abusiva do assédio moral e o direito do empregado de receber uma indenização:

> DANOS MORAIS. CONTRATO DE INAÇÃO. INDENIZAÇÃO DEVIDA. A conduta da empregadora, no sentido de não fornecer tarefas ao empregado e deixá-lo ocioso durante a jornada de trabalho, revela a violação de tal direito da pessoa a ponto de justificar a condenação em indenização por danos morais. É de se presumir a humilhação, constrangimento e o abalo psíquico sofrido pelo trabalhador, já que enquanto seus colegas trabalhavam normalmente, a reclamante ficava na" sala de lanches ", sem qualquer atribuição, cumprindo, assim, um" contrato de inação ". Provimento do recurso interposto. (TRT-1, Quinta Turma, RO nº 011634-63.2015.5.01.0050,

> Relator: Desembargador Roberto Norris, data de publicação: 01/02/2017).

No caso citado acima, o entendimento do juiz foi que a cessação de trabalho forçada foi uma quebra do contrato de trabalho por interesse próprio do empregador.
O assédio moral pode ser classificado em três tipos diferentes: assédio moral vertical, assédio moral horizontal e assédio moral misto.

> (...) o assédio moral vertical ocorre entre pessoal de nível hierárquico diferentes, chefes e subordinados, sendo subdividido em descendente e ascendente (...). (...) O assédio moral horizontal como sendo algo que ocorre entre pessoas que pertencem ao mesmo nível de hierarquia. O assédio moral misto é a junção da existência dos assédios vertical e horizontal que ocorrem contra uma pessoa dentro de uma empresa (Alkimim, 2022, p. 9-10).

À vista disso, na compreensão do Tribunal Superior do Trabalho (2020, p. 13), o assédio moral no trabalho é capaz de provocar consequências aos trabalhadores, tipo: Dores generalizadas, palpitações, disfunções digestivas, enxaquecas, pressão alta, mudança do sono, nervosismo, crises de choro, afastamento de relações com pessoas, problemas familiares, solidão, desânimo, síndrome do pânico, estresse, esgotamento físico e emocional, perda do significado do trabalho, suicídio.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os dados presentes neste artigo, pode-se concluir que o assédio moral é uma prática sofrida

por milhares de brasileiros que infringe a dignidade humana dos trabalhadores, sendo um problema de origem estrutural proveniente de uma série de fatores instaurados pela convivência humana, mas, que tem sua origem principal imanente das relações humanas de poder e como esse pode se inserir em ambiente laboral se caracterizando com uma forma, na prática como uma forma de convivência.

Por fim, ressalta-se que o assédio moral no trabalho acarreta uma série de malefícios a saúde mental do indivíduo , sendo assim o único meio de solução existente a intervenção estatal nas relações de trabalho, promovendo assim punições mais rígidas para aquelas pessoas que venham a comentar esse tipo de ato. Portanto, é necessário é preciso a conscientização dos empregadores para que esse tipo de prática nem venha a acontecer, evitando assim situações conflituosas por intermédio de: ações sociais que promovam diálogo entre patrões, colegas de trabalho e funcionários.

Perante o exposto, concluímos que esta pesquisa tem sua relevância no ponto de vista de contribuir para a investigação, e que possui ainda vários temas para serem abordados em futuras pesquisas.

REFERÊNCIAS

ALKIMIM, Gabriel Cavalcante. **Assédio moral no ambiente de trabalho sobre a égide da legislação brasileira. 2022**. Disponível em:<https://dspace.

uniceplac.edu.br/handle/123456789/2140>. Acesso em: 10 jul. 2023.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **Cartilha de prevenção ao assédio moral**: pare e repare. Brasília, 2020. Disponível em:<https://www.tst.jus.br/10157/55951/Cartilha+assédio+moral/573490e-3-a2dd-a598-d2a7-6d492e4b2457>. Acesso em: 10 ago. 2023.

BRIZOLA, Jairo; FANTIN, Nádia. **Revisão da literatura e revisão sistemática da literatura**. Revista de Educação do Vale do Arinos-RELVA, v. 3, n. 2, 2016.

CAETANO, Silvana Silva; BONVICINI, Constance Rezende; CAMILO, Thiago Moura. **Assédio moral e saúde mental nas organizações de trabalho**. Psicologia e Saúde em debate, v. 2, n. 2, p. 1-13, 2017.

DE CARVALHO, Marcia Nair. **Assédio moral no ambiente de trabalho**: Afetação ao princípio da dignidade da pessoa humana e as consequências na saúde mental do trabalhador. Revista Processus Multidisciplinar, v. 2, n. 4, p. 318-336, 2021.

DE LIMA ROCHA, Lucas et al. **O assédio moral como agente causador de psicopatologias no sujeito trabalhador**. ID on line. Revista de psicologia, v. 17, n. 65, p. 247-263, 2023.

EBERLE, André Davi; SOBOLL, Lis Andrea Pereira; CREMASCO, Maria Virgínia Filomena. **Compreensões sobre o assédio moral a partir da Psicodinâmica do Trabalho**. In: SOBOLL, Lis An-

drea Pereira; GOSDAL, Thereza Cristina. Assédio moral, interpessoal e organizacional: um enfoque multidisciplinar. São Paulo: LTr, 2009. p. 105-138.

FIORELLI, José Osmir.; JR., Marcos Julio Olivé Malhadas.; FIORELLI, Maria Rosa. **Assédio Moral**: Uma Visão Multidisciplinar, 2ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2015. E-book. ISBN 9788522497898. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522497898/>. Acesso em: 10 ago. 2023.

FREIRE, Paula Ariane. Assédio moral e saúde mental do trabalhador. Trabalho, Educação e Saúde, v. 6, p. 367-380, 2008.

FREITAS, Maria Ester de; HELOAN, Roberto; BARRETO, Margarida. **Assédio Moral no Trabalho - Coleção Debates em Administração**. São Paulo: Cengage Learning

Brasil, 2012. **E-book**. ISBN 9788522108640. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522108640/>. Acesso em: 10 ago. 2023.

LANDIM, Carolina Mayara; MORAIS, Dulce Teresinha Barros Mendes de. **O assédio moral no trabalho e a defesa da dignidade da pessoa humana sob a ótica da jurisprudência trabalhista**. Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros. Ano VIII, Vol. VIII, n. 31, pp. 34-51, jul./set., 2017.

LEYMANN, Heinz. (1993). **Assédio moral**. Terror psico-

lógico no local de trabalho e como você pode se defender dele [Terror psicológico no local de trabalho e como se defender]. Reinbek perto de Hamburgo, Alemanha: Rowohlt Taschenbuch Verlag.

SILVA, WRISILHA DHIOVANA DAMASIO DA. **Assédio moral no ambiente de trabalho. 2022.** Disponível em:<http://repositorio.anhanguera.edu.br/:8080/handle/123456789/502>. Acesso em: 11 ago. 2023.

SILVA, Edil Ferreira da; OLIVEIRA, Keila Kaionara Medeiros de; ZAMBRONI-DESOUZA, Paulo César. **Saúde mental do trabalhador**: o assédio moral praticado contra trabalhadores com LER/DORT. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, v. 36, p. 56-70, 2011.

CAPÍTULO 4

IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS NAS ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SEM FINS LUCRATIVOS DO TERCEIRO SETOR

Christina Bianca Castro Ventura[1]
Raimundo Ferreira Lima[2]
Thiago Barreto Portela[3]

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a imunidade tributária cedida às entidades de assistência social sem fins lucrativos do terceiro setor, conforme o artigo 150, inciso VI, alínea "c" e do artigo 195, parágrafo 7º, ambos da Constituição Federal de 1988, como também o artigo 9º do CTN (Lei no 5.172/66). Foi efetuada uma pesquisa de análise bibliográfica e documental. Quanto aos objetivos deste estudo, esta pesquisa foi definida como exploratória e descritiva. Além disto, foram retratados os elementos legais que estabelece a imunidade tributária, fundamentando-se na Constituição Federal do Brasil e

1 Discente-Centro Universitário Fametro - Unifametro, christinabianca@hotmail.com
2 Discente- Centro Universitário Fametro -Unifametro, raiferreira.540@gmail.com
3 Docente - Centro Universitário Fametro - Unifametro, thiago.portela@professor.unifametro.edu.br

legislações peculiares. Conclui-se que a imunidade tributária cedida as entidades de assistência social sem fins lucrativos do Terceiro Setor é a forma que o Estado possui para que estas entidades se achem protegidas e estimuladas a continuar ajudando na promoção do bem-estar social por meio do atendimento das necessidades sociais.

Palavras-chave: Imunidade; Entidades sem fins lucrativos; Terceiro Setor.

INTRODUÇÃO

Para discutirmos sobre imunidades, é necessário conhecer a sua existência. Portanto, antes de debater o assunto, é preciso analisar o poder de tributar do Estado. O Estado tem o domínio fiscal, isto é, a competência de estabelecer tributos, sendo capaz de criar e ao mesmo tempo exigir das pessoas que estão subordinados a sua autoridade. Com a Constituição Federal/88 foi concedida a União, Estados, Municípios e ao Distrito Federal a chamada competência tributária.

Por outro lado, o Estado possui também limitações ao poder de tributar, vedando à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios de gerarem impostos relacionados ao patrimônio, renda ou serviços das instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos, atendidos os requisitos das normas (artigo 150, inciso VI, alínea "c" e do artigo 195, parágrafo 7º, ambos da Constituição Federal de 1988, e o Código Tributário Nacional (Lei no 5.172/66) no artigo 9º, inciso "c").

Segundo França Filho (2002, p. 10), o vocábulo “terceiro setor”, é originário de uma herança anglo-saxônica, especificamente introduzida na sociedade como ideia de filantropia. Portanto, esse enfoque reconhece o terceiro setor ao universo das organizações sem fins lucrativos (non-profit organizations). Sendo assim, essas entidades sem fins lucrativos possuem por finalidade promover mudanças dentro do contexto social. Deste modo, segundo Drucker (1994, p. 14, "[...] são agentes de mudança humana. Seu produto é um paciente curado, uma criança que aprende, um jovem que se transforma em um adulto com respeito próprio[...]”.

Assim, o terceiro setor abrange uma ação de intervenção na sociedade, com a finalidade de mudanças, no momento que se nota o Estado como incapaz para atender as demandas que surgem dentro da própria sociedade e, portanto, abrindo espaços que não poderia existir. Sendo assim, uma expectativa de mudança social.

A partir desse trabalho será abordado a imunidade tributária no terceiro setor cedida às instituições de assistência social sem fins lucrativos do terceiro setor, conforme o artigo 150, inciso VI, alínea “c” e do artigo 195, parágrafo 7º, ambos da Constituição Federal de 1988, e o Código Tributário Nacional (Lei no 5.172/66) no artigo 9º, inciso “c”. Além do mais, do mesmo modo será tratado a sua definição e de que maneira se emprega o direito das sucessões, o qual é o suporte para ser efetuado um inventario na categoria extrajudicial. Evidenciar as modificações que a Lei nº 11.441/07 trouxe para a área

jurídica, com referência ao inventário.

METODOLOGIA

Como pressuposto metodológico foi efetuada uma pesquisa de análise bibliográfica e documental. Quanto aos objetivos deste estudo, esta pesquisa foi definida como exploratória e descritiva. Conforme Gil (2008, p.27) a pesquisa exploratória e descritiva permite viabilizar a proximidade dos pesquisadores com o tema, com o propósito de tornar o resultado do estudo mais objetivo, procurando assim identificar as peculiaridades de determinado grupo ou acontecimento ou a determinação de vínculo entre vários elementos envolvidos na pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

É notório que o Estado, para conseguir seus propósitos, precisa de recursos financeiros e, ainda, proporcionar várias atividades para adquirir, administrar e utilizar estes recursos. Com o recolhimento de tributos pelo Estado objetiva direcionar para os gastos públicos e às despesas.

Conforme De Almeida (2000, p. 55) disserta acerca do tema:

> Uma segunda razão que pode ser alinhada, reside em que um orçamento de benefício tributário bem organizado e monitorado pode se constituir em fonte alternativa de receita, na eventualidade do Estado estar em desequilíbrio com suas fi-

> nanças. Com efeito, tendo em vista a necessidade de cobertura de um possível déficit, ao invés de aumentar a carga tributária nominal existente, ou ainda, promover a colocação de títulos públicos, o Estado poderia optar, ainda que parcialmente, por extinguir benefícios tributários, cuja justificativa original pela qual foram criados não mais subsistisse, ou que, por qualquer outro motivo, venham se mostrando ineficazes quanto ao alcance de seus objetivos.

O controle tributário, como sendo a competência que tem o Estado de, por intermédio de legislação, decretar tributos e arrecadá-los das pessoas subordinadas ao seu domínio, com a intenção de atender aos gastos públicos.

Conforme entendimento de Crepaldi (2017, p. 1):

> Pode-se dizer que a finalidade do Estado é a realização do bem comum e a promoção do bem-estar social por meio do atendimento das necessidades sociais. A fim de que possa concretizar os seus objetivos, o Estado exerce atividade financeira, ou seja, a procura de meios para satisfazer as necessidades públicas

Sobre o assunto, Rippel e Kuntz (2022, p. 85) afirmam que sem a tributação, o Estado poderia atender os seus fins sociais.

> Nessa linha, observa-se que ao mesmo tempo em que assegura aos cidadãos direitos, a Constituição exige desses, também, um dever para com a coletividade, qual seja: o de pagar tributos. Deste modo, a busca do Estado pela tributação não pode ser vista apenas, como um meio necessário para o financiando do Ente Estatal, mas, principalmente, ser compreendida como um instrumento de transformação social, permitindo que os menos privilegiados tenham acesso a melhores

> condições de vida, saúde, educação e segurança, fins fundamentais na organização social e de um Estado.

Assim, o Estado precisa de entidades de assistência social sem fins lucrativos do Terceiro Setor para atender aos interesses sociais da sociedade por intermédio do provimento de direitos coletivos com proteção jurídica e constitucional. São, deste modo, empregadas várias terminologias para as entidades que fazem parte do Terceiro Setor, a saber: ONGs (Organizações Não Governamentais), entidades filantrópicas, OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), organizações sem fins lucrativos e outros tipos de associações civis sem fins lucrativos.

Por outro lado, estas entidades possuem imunidade tributária estabelecida conforme o artigo 150, inciso VI, alínea "c" e do artigo 195, parágrafo 7º, ambos da Constituição Federal de 1988:

> Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:
>
> [...];
>
> VI - instituir impostos sobre: c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;
>
> [...];
>
> Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos

> termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:
>
> § 7º São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei(BRASIL, 1988).

Da mesma forma, o Código Tributário Nacional (Lei no 5.172/66) estabelece no artigo 9º, inciso "c" também a mesma imunidade tributária:

> 9º É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: c) o patrimônio, a renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, observados os requisitos fixados na Seção II deste Capítulo; (Redação dada pela Lei Complementar nº 104, de 2001). (BRASIL, 1966).

Esta foi a posição da 1ª Turma do Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Agravo Regimental no Agravo em Recurso Especial nº 187.172/DF, de relatoria do Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, publicado no DJe em 27.2.2014:

> "Agravo regimental no agravo em recurso especial. Tributário. Instituição de ensino sem fins lucrativos. Imunidade. Acórdão recorrido que, fundado nas provas dos autos e em perícia técnica, conclui pelo preenchimento dos requisitos do art. 14 do CTN. Reexame de matéria fático-probatória. Exigência de apresentação do certificado de entidade de assistência social, pelo tribunal[26] a quo, que desatende à finalidade da

norma imunizante. Agravo regimental do Distrito Federal desprovido.

1. A incidência da norma imunizante constante no art. 150, VI, c, da CF/88 e 9º, IV, c, do CTN, além dos requisitos do art. 14 do CTN, deve levar em consideração a interpretação teleológica do dispositivo normativo, de modo a alcançar a diretriz hermenêutica que, de maneira firme e exata, salvaguarde, efetive e densifique o princípio, o valor ou a liberdade albergada pelo dispositivo.

2. A imunidade tributária conferida às instituições de assistência social sem fins lucrativos leva em consideração seu propósito elementar de servir à coletividade, colaborando com o Poder Público no exercício de funções precipuamente estatais e suprindo, dessa forma, as deficiências prestacionais.

3. Condicionar a concessão de imunidade tributária à apresentação do certificado de entidade de assistência social, quando a perícia técnica confirma o preenchimento dos requisitos legais, implica acréscimo desarrazoado e ilegal de pressupostos não previstos sequer em lei, mormente quando o próprio texto constitucional prevê como condicionante apenas a inexistência de finalidade lucrativa para que o sujeito seja contemplado com o benefício fiscal.

4. O Tribunal a quo consignou, a partir da análise de provas carreadas aos autos, inclusive provas periciais, estar demonstrado que a recorrida enquadra-se no conceito de instituição de ensino sem fins lucrativos, uma vez que preenche plenamente os requisitos previstos no art. 14 do CTN.

5. A conclusão assentada no acórdão recorrido encontra-se ancorada na análise do conjunto

> fático-probatório, de modo que para sua reversão se ria necessário o reexame de fatos e provas, circunstância vedada pelo enunciado 7 da Súmula de jurisprudência desta Corte.
>
> 6. Agravo Regimental do Distrito Federal desprovido."

Assim, estas entidades pertencentes ao Terceiro Setor possuem grande relevância na preservação da ordem econômica e social, promovendo um trabalho de redução das vulnerabilidades sociais procurando assim assegurar o princípio constitucional de igualdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na atualidade, existem entidades atuando para que haja uma sociedade mais igualitária. Trata-se das entidades de assistência social sem fins lucrativos do Terceiro Setor. Estas se definem por complementar a deficiência do Estado que não consegue atender aos problemas sociais das pessoas.

A CF/1988 também dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional nos artigos 150, inciso VI, alínea "c" e 195, parágrafo 7º, estabelecem a imunidade tributária para entidades de assistência social sem fins lucrativos do Terceiro Setor. Da mesma forma, o Código Tributário Nacional (Lei no 5.172/66) estabelece no artigo 9º, inciso "c" a mesma concepção sobre o tema. A CF/1988 também dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional nos artigos 150, inciso VI, alínea "c" e 195, parágrafo 7º, estabelecem a

imunidade tributária para entidades de assistência social sem fins lucrativos do Terceiro Setor. Da mesma forma, o Código Tributário Nacional (Lei no 5.172/66) estabelece no artigo 9º, inciso "c" a mesma concepção sobre o tema.

Conclui-se que a imunidade tributária cedida as entidades de assistência social sem fins lucrativos do Terceiro Setor é a forma que o Estado possui para que estas entidades se achem protegidas e estimuladas a continuar ajudando na promoção do bem-estar social por meio do atendimento das necessidades sociais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei complementar nº 104, de 10 de janeiro de 2001**. Altera dispositivos da Lei n o 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional. Disponível em:< https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp104.htm>. Acesso em: 03 mai. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.Acesso em:03 mai. 2023.

BRASIL. Código Tributário Nacional. **Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966**. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Disponível em: . Acesso em: 30 abr. 2023.

CREPALDI, Guilherme Simões; CREPALDI, Silvio Aparecido. **Orçamento público**. Saraiva Educação

SA, 2017. DE ALMEIDA, Francisco Carlos Ribeiro. Uma abordagem estruturada da renúncia de receita pública federal. Revista do TCU, n. 84, p. 19-62, 2000.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. **Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular:** traçando fronteiras conceituais. 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. Antônio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

RIPPEL, Eduardo; KUNTZ, Tatiele Gisch. **TRIBUTAÇÃO E JUSTIÇA SOCIAL**: UMA ANÁLISE SOB O ENFOQUE DOS PRINCÍPIOS DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA E DA PROGRESSIVIDADE. Revista de Direito, v. 13, n. 01, p. 84-107, 202.

CAPÍTULO 5

A LEI NO 12.764/2012 COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL NA EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS COM ESPECTRO AUTISTA

Christina Bianca Castro Ventura[1]
Daiane Lourenço de Freitas[2]
Thiago Barreto Portela[3]

1. INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), propõe uma análise crítica da Lei No 12.764/12 (Lei Berenice Piana) como instrumento de efetivação do direito fundamental na educação de crianças com espectro autista. O foco central desta investigação é a avaliação do impacto e eficácia dessa legislação no contexto da inclusão educacional de crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Ao delinear a trajetória e desdobramentos dessa lei, buscaremos identificar de-

1 Graduanda do curso de Direito da UNIFAMETRO.
2 Graduanda do Curso de Direito da UNIFAMETRO.
3 Professor Orientador da UNIFAMETRO. Mestre em Ordem Jurídica Constitucional pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

safios, avanços e possíveis ajustes necessários para promover uma educação inclusiva e efetiva para crianças com TEA. Este estudo visa contribuir para o debate sobre a garantia de direitos fundamentais no campo da educação, especialmente para aqueles que enfrentam desafios específicos relacionados ao espectro autista.

Importante destacar a implementação da Lei No 12.764/12, cujo propósito foi estabelecer uma Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Promulgada em 2012, essa legislação é de grande importância, pois determina que a pessoa com transtorno do espectro autista seja considerada como pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais. Essa normativa é fundamental e se une à Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência - PCD, consolidando um conjunto legal de garantias para crianças com necessidades especiais.

Investigar sobre o autismo a partir da compreensão dos direitos, referindo-se à relevância de estudos na área do Direito e da efetivação do direito fundamental na educação de crianças com espectro autista, consiste em adentrar as perspectivas de contribuição desse profissional e suas possibilidades de influências na garantia do processo de inclusão e desenvolvimento da criança autista na escola.

Nesse sentido, destaca-se que o interesse pela investigação na temática sobre a Lei No 12.764/12 como instrumento de efetivação do direito fundamental na educação de crianças com espectro autista surgiu quando ob-

servamos que o acesso à educação é um direito de todos, preconizado na Carta Magna como direito fundamental de natureza social. Isso ocorre em virtude de seu poder de transformar a vida do indivíduo, tornando-o apto para desenvolver sua cidadania, liberdade e diversidade.

É neste contexto que se segue com a pesquisa e na continuidade que elaboram-se a questão norteadora e os objetivos do estudo. Este estudo tem como pergunta de partida: Como a lei Berenice Piana pode efetivar o direito fundamental à educação das crianças com espectro autista? Com o intuito de responder a essa questão, perseguimos o objetivo geral de analisar a lei Berenice Piana e sua eficiência na inclusão de crianças com Espectro Autista. Além disso, definimos os objetivos específicos, que são: a) abordar o conceito de TEA e como a prerrogativa do direito à educação de crianças com TEA é amparada no ordenamento jurídico; b) discutir quais são os desafios da criança com transtorno do espectro autista na prática da inclusão escolar; e c) conceituar eficiência no contexto educacional e verificar como ela se demonstra na qualidade da educação de crianças com TEA na escola regular.

Acerca da relevância social do tema, é pertinente a citação de (Miranda, 2001, p. 33), que diz que "Pensar em uma escola inclusiva significa pensar em uma escola para cada um, isto é, em uma escola em que cada aluno seja atendido de acordo com suas necessidades e dificuldades, utilizando os recursos e metodologias que proporcionem o seu aprendizado e desenvolvimento." O debate relacionado ao tema é de muita importância, visto que os

caminhos do Direito brasileiro estão sendo marcados por atuar nessa área, sendo fundamental adensar conhecimentos relacionados ao tema do autismo e de que modo o Direito pode contribuir para garantir os direitos das crianças com autismo no espaço escolar.

A metodologia utilizada no presente trabalho é de uma abordagem qualitativa para sua condução. A pesquisa resultou de diversos procedimentos, destacando-se a importante sistematização de levantamentos de informações relevantes correlacionadas aos métodos empregados. Optou-se pela utilização de informações e materiais já publicados, conduzindo assim uma revisão de literatura sistemática como método para a construção deste estudo. Foram consultados artigos científicos e outras fontes disponíveis nas bases de dados, como Scielo e Google Acadêmico. Os descritores utilizados nesse processo de estudo incluem Transtorno do Espectro Autista (TEA), Direito à Educação, Efetividade Jurídica, Inclusão Escolar e Lei Berenice Piana.

A pesquisa bibliográfica abrangeu um levantamento que percorreu toda a construção deste trabalho, visando compreender a realidade estudada. Além disso, a pesquisa documental foi conduzida por meio de dados fornecidos por sites relacionados ao assunto pesquisado, bem como pela exploração de livros, artigos em revistas, legislações específicas, monografias de graduação e especialização, dissertações de mestrado e teses de doutorado.

Finalizando esta seção, foi delineada da seguinte forma: A introdução, que apresenta o tema, a pergunta

norteadora, os objetivos, a relevância do estudo, a metodologia adotada e a estrutura geral da pesquisa. Na sequência, desenvolvemos quatro capítulos distintos.

A primeira seção, intitulada “Contexto Histórico sobre o Autismo”, demonstra o contexto histórico do autismo até a contemporaneidade, como também a evolução das legislações brasileiras sobre o tema. A segunda seção, intitulada "Concepções sobre Autismo", explora as diferentes visões e entendimentos relacionados ao autismo, proporcionando um embasamento teórico abrangente. Na terceira seção, foi abordado o tema, "TEA e o Direito à Educação", discutindo a legislação e os dispositivos legais que buscam assegurar o acesso e a qualidade da educação para indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Na quarta seção, denominado. Por fim, a quarta seção, "A Eficiência da Lei No 12.764/12 no Contexto Educacional da Criança com Espectro Autista", examina de perto a eficácia prática da legislação, avaliando como ela é implementada e percebida no ambiente educacional.

Por fim, encerra-se o trabalho com as considerações finais, nas quais consolidamos os principais pontos discutidos, oferecendo uma síntese dos resultados obtidos. Além disso, incluímos a bibliografia consultada, fornecendo referências detalhadas para a fundamentação teórica e a análise apresentadas ao longo do trabalho.

2. CONTEXTO HISTÓRICO SOBRE O AUTISMO

A história do autismo relata relevantes avanços, desde a sua definição até as diversas maneiras em que ele se manifesta em diferentes pessoas, podendo ainda ser confundido com outros transtornos.

Considerando o quadro acima, identificamos diversas peculiaridades relacionadas ao autismo em seu contexto histórico, predominantemente influenciadas pelo ponto de vista do diagnóstico e pela situação clínica, com foco nos impedimentos da pessoa.

O termo "autista" foi introduzido na literatura psiquiátrica em 1906 por Plouller, mas foi apenas em 1911 que Bleuler difundiu o termo para referir-se ao quadro de esquizofrenia, que consiste na limitação das relações humanas e com o mundo externo . Desde então, muitos pesquisadores se interessaram pelo assunto e o autismo é agora reconhecido como um transtorno de desenvolvimento neurológico que afeta as habilidades físicas, motoras, de comunicação e de interação social. (Petrilli, 2009).

Leo Kanner descreveu o autismo clássico pela primeira vez em 1943 como "Distúrbios autísticos do contato afetivo", após analisar onze casos com patologia grave e condições singulares. Além da inabilidade para estabelecer contato afetivo, ele também observou comportamentos obsessivos, ecolalia e estereotipia. (Fernandes et al, 2020).

Em 1944, Hans Asperger propôs a definição de um distúrbio que ele chamou de "Psicopatia Autística". Esse distúrbio é caracterizado por um transtorno severo na

interação social, uso pedante da fala, desajeitamento motor e incidência apenas no sexo masculino. Ele utilizou a descrição de alguns casos clínicos, caracterizando a história familiar, aspectos físicos e comportamentais, desempenho nos testes de inteligência, além de enfatizar a preocupação com a abordagem educacional desses indivíduos. (Tamanaha, et al, 2008).

Em 1965, Temple Grandin recebeu o diagnóstico de Síndrome de Asperger. Ela inventou a "Máquina do Abraço", um dispositivo que simulava um abraço e acalmava pessoas com autismo. A invenção revolucionou as práticas de abate para animais e suas técnicas e projetos de instalação são referências internacionais. Além disso, Temple Grandin ministrava palestras em todo o mundo, explicando a importância de ajudar crianças com autismo a desenvolver suas habilidades. (Alves et al, 2022),

Em 1978, Michael Rutter, um psiquiatra, propôs uma definição inovadora do autismo, classificando-o como um distúrbio do desenvolvimento cognitivo. Ele baseou sua definição em quatro critérios: 1 - atraso e desvio sociais não só como deficiência intelectual; 2 - problemas de comunicação não só em função de deficiência intelectual associada; 3 - comportamentos incomuns, tais como movimentos estereotipados e maneirismos; 4 - início antes dos 30 meses de idade. A crescente produção de pesquisas científicas sobre o autismo e a definição de Rutter influenciaram a elaboração do DSM-3. Nessa edição do manual, o autismo é reconhecido pela primeira vez como uma condição específica e colocado em uma nova classe,

a dos Transtornos Invasivos do Desenvolvimento (TID). (Otoshi, 2022).

Na década de 80, houve um aumento significativo nas pesquisas científicas sobre o autismo. Esse aumento influenciou a elaboração do DSM-III, que reconhece o autismo como uma condição específica e o enquadra na classe dos Transtornos Invasivos do Desenvolvimento (TID). Em 1981, a médica inglesa Lorna Wing desenvolveu o conceito de autismo como um espectro e cunhou o termo "Síndrome de Asperger", em referência aos estudos e aos padrões de comportamentos observados pelo psiquiatra Hans Asperger.(Ries et al, 2023).

O termo "neurodiversidade" foi criado pela socióloga australiana Judy Singer em 1999. O movimento da neurodiversidade é organizado por autistas chamados de alto funcionamento que consideram que o autismo não é uma doença a ser tratada e, se possível, curada. Eles acreditam que o autismo é uma diferença humana que deve ser respeitada como outras diferenças, como as diferenças sexuais e raciais. (Ortega, 2009).

A partir de meados dos anos 2010, o DSM-5 passou a incluir todas as subcategorias do autismo em um único diagnóstico, chamado TEA. Agora, os indivíduos são diagnosticados em um único espectro com diferentes níveis de gravidade. (Soares et al, 2023).

Em 2022, foi publicada a nova versão da Classificação Internacional de Doenças (CID-11), desenvolvida e atualizada pela Organização Mundial da Saúde. A nomenclatura "TEA" abrangerá todos os diagnósticos an-

teriormente classificados como “TGD”. (Ferreira, 2023).

Ao longo do tempo, a maneira como a sociedade percebia as pessoas com deficiência costumava gerar rejeição dentro do próprio contexto social. Na história brasileira, tivemos algumas legislações relacionadas às pessoas com deficiência:

- Lei nº 13.977/20: Conhecida como Lei Romeo Mion, esta lei cria a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), emitida de forma gratuita, sob responsabilidade de estados e municípios. O documento é um substituto para o atestado médico;
- Lei nº 13.146/15: Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que tem como objetivo promover a inclusão de pessoas com deficiência em diversos aspectos da vida, como educação, trabalho e lazer;
- Lei nº 12.764/12: Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, que visa garantir os direitos das pessoas com transtorno do espectro autista e suas famílias, incluindo o acesso à saúde, educação e assistência social;
- Decreto nº 7.612/11: Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite, que tem como objetivo promover a inclusão de pessoas com deficiência em diversos aspectos da vida, como educação, trabalho e acessibilidade;
- Decreto nº 6.214/07: Regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social

devido à pessoa com deficiência e ao idoso;

- Decreto nº 5.904/06: Regulamenta a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre o direito da pessoa com deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhada de cão-guia;
- Decreto nº 5.626/05: Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras), e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000;
- Código Civil 2002: Traz disposições sobre a capacidade civil da pessoa e sobre a ação de interdição;
- Lei nº 10.098/00: Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. A lei tem como objetivo garantir a acessibilidade das pessoas com deficiência ao ambiente físico, transporte, comunicação e informação;
- Lei nº 10.048/00: Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, como pessoas com deficiência, idosos, gestantes e pessoas com crianças de colo;
- Decreto nº 3.691/00: Regulamenta a Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, que dispõe sobre o transporte de pessoas com deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual; e
- Lei nº 7.853/89: Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social, dentre outros pontos.

Ao longo do tempo, especialmente após a Conven-

ção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, outras intervenções, sob novas diretrizes e recomendações aos Estados membros, irão transcender a visão exclusivamente biomédica. Surgiu, então, a necessidade de implantar uma nova concepção que fosse além da análise clínica.

Desse modo, somente a partir da Lei nº 12.764/12 (Lei Berenice Piana) e a da Lei nº 13.146/15, também conhecida como Lei Brasileira da Inclusão (LBI), os autistas passaram a ter seus direitos ampliados. Para esclarecer, é essencial que o Transtorno do Espectro Autista (TEA) seja delimitado em seu diagnóstico em condições mais ampliadas na fase da infância.

3. CONCEPÇÕES SOBRE O AUTISMO

No contexto de compreender o autismo ou Transtorno do Espectro Autista (TEA), surgem definições com perspectivas diversas. Segundo Henriques (2018), o autismo é definido como uma síndrome comportamental que envolve o desenvolvimento no decorrer do processo da vida humana. As principais modificações constatadas são a dificuldade em se comunicar, por insuficiência no domínio da linguagem, falta de criatividade para utilizar jogos simbólicos que favorecem a imaginação e a fantasia da criança, dificuldade em se sociabilizar e com referência de comportamento limitado e contínuo. No contexto de compreender o autismo ou Transtorno do Espectro Autista (TEA), surgem definições com perspectivas diversas.

Segundo Henriques (2018), o autismo é definido como uma síndrome comportamental que envolve o desenvolvimento no decorrer do processo da vida humana. As principais modificações constatadas são a dificuldade em se comunicar, por insuficiência no domínio da linguagem, falta de criatividade para utilizar jogos simbólicos que favorecem a imaginação e a fantasia da criança, dificuldade em se sociabilizar e com referência de comportamento limitado e contínuo.

De acordo com o DSM-5 (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014), a pessoa autista pode manifestar respostas incomuns a vários estímulos e uma variedade de alterações comportamentais. Para que o indivíduo seja diagnosticado com o Transtorno do Espectro Autista (TEA), é necessária uma avaliação profissional baseada em análises de critérios definidos pelo DSM-5 (Quadro 1).

Quadro 1- Níveis de gravidade.

INTERAÇÃO/COMUNICAÇÃO SOCIAL		
Nível 1 (necessita suporte)	**Nível 2 (necessita de suporte substancial)**	**Nível 3 (necessita de suporte muito substancial)**
Prejuízo notado sem suporte; dificuldade em iniciar interações sociais, respostas atípicas ou não sucedidas para abertura social; interesse diminuído nas interações sociais; falência na conversação; tentativas de fazer amigos de forma estranha e mal-sucedida.	Déficits marcados na conversação; prejuízos aparentes mesmo com suporte; iniciação limitadas nas interações sociais; resposta anormal/reduzida a aberturas sociais.	Prejuízos graves no funcionamento; iniciação de interações sociais muito limitadas; resposta mínima a aberturas sociais.
COMPORTAMENTO RESTRITIVO / REPETITIVO:		
Comportamento interfere significantemente com a função; dificuldade para trocar de atividades; independência limitada por problemas com organização e planejamento.	Comportamentos suficientemente frequentes, sendo óbvios para observadores casuais; comportamento interfere com função numa grande variedade de ambientes; aflição e/ou dificuldade para mudar o foco ou ação.	Comportamento interfere marcadamente com função em todas as esferas; dificuldade extrema de lidar com mudanças; grande aflição/dificuldade de mudar o foco ou ação.
OUTROS ESPECIFICADORES:		
- Prejuízo intelectual; Prejuízo de linguagem; Condição médica ou genética conhecida; Outras desordens do neurodesenvolvimento, mental ou comportamental; e Catatonia.		

Fonte: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais- DSM-V, 2014.

As manifestações durante as fases da adolescência e da vida adulta estão correlacionadas com o grau de envolvimento e com a capacidade de superar as dificuldades, acompanhando as intervenções dos tratamentos apropriados, de acordo com os diagnósticos de cada caso individual.

Deste modo, com o surgimento dos sintomas do Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), o contexto familiar vivência falhas momentâneas, o que ocasionará uma alteração na rotina diária, assim como a modificação do ambiente emocional em que se vive.

Assim, com o passar do tempo, as famílias de crianças autistas iniciam um processo de adaptação ao convívio com a criança/pessoa que começa a demonstrar alterações naturais no seu corpo e no seu comportamento. A próxima subseção é direcionada para abordar algumas definições sobre o Movimento da Neurodiversidade.

3.1 O MOVIMENTO DA NEURODIVERSIDADE

Em contrapartida, surgem movimentos a favor da neurodiversidade, continuam procurando dignidade para os autistas, desaprovando vários tipos de tratamento que têm como propósito extingui-los, anular seus sintomas e suas defesas. Portanto, o debate acerca da busca pela cura é bastante importante na percepção de considerar como deve ser realizada esta mediação dentro dos vários contextos sociais.

A neurodiversidade compreende o autismo como

uma característica de identidade, uma das várias variações encontradas nas pessoas com TEA, e que, deste modo, não necessita de tratamento, mas de respeito. A ideia de neurodiversidade retrata o autismo como uma manifestação natural da diversidade humana, divergindo dos critérios biomédicos ou psicológicos, focados em déficits e incapacidades.

No contexto da educação inclusiva, Azevedo e Nusbaum (2020, p. 12) comprovam que:

> O movimento da neurodiversidade tem como estrutura uma abordagem integrativa, com base em elementos psicossociais, culturais e políticos que efetivamente rompem a categorização sistemática de modalidades neurológicas e cognitivas consideradas distúrbios que devem ser "tratados, curados e treinados em intervenções comportamentais implementadas em sala de aula". Ao refletir sobre as experiências vividas pelos autistas, oferece uma possibilidade de representar e incorporar as diferenças neurológicas além dos discursos e práticas tradicionais da educação especial.

Assim, com uma análise mais aprofundada do movimento da neurodiversidade, pessoas autistas são capacitadas a ocupar posições que anteriormente não conseguiam devido à estigmatização da condição como uma doença.

Por outro lado, o Modelo Social da Deficiência surge com argumentos fortes contrários à neurodiversidade, considerando o autismo como uma condição a ser tratada e sempre buscando melhorias nos tratamentos para aliviar ou até mesmo curar a condição da pessoa com

TEA. A próxima subseção é dedicada a apresentar alguns conceitos relacionados ao Modelo Social da Deficiência.

3.2 O MODELO SOCIAL DA DEFICIÊNCIA

As ideias iniciais sobre o Modelo Social da Deficiência pressupõem que: a deficiência é uma condição, algo que frequentemente ocorre no decorrer do convívio social; a deficiência precisa ser superada; as pessoas com deficiência devem ter o controle de suas próprias vidas; os profissionais devem se envolver com os princípios da autonomia. Assim, o Modelo Social é, essencialmente, uma ferramenta política para a compreensão da realidade com o propósito de transformação social (UPIAS, 1976).

Na concepção de Da Silva et al. (2019, p. 194), o modelo social se caracteriza da seguinte forma:

> Assim, o modelo social da deficiência recoloca a pessoa com deficiência na categoria de "humano", destruindo com subcategorias sociais construídas de "menos humanos" e "mais humanos". E nessa categoria a interdependência e o cuidado são compreendidos como naturais, ou seja, a interdependência podendo ser vivida por pessoas com ou sem deficiência e o cuidado podendo ser necessitado e oferecido também por ambas. Isso faz com que o olhar esteja voltado para a vivência de cada pessoa, considerando a deficiência num contexto integrado com outros marcadores sociais das diferenças.

Para Santos (2016), o modelo social, a deficiência

deixou de ser analisada como sinônimo de desvantagem natural ao passar para a coletividade a consciência em proporcionar equidade entre indivíduos com e sem deficiência. Ao considerar o corpo deficiente como um não problema médico, foram necessários modernos mecanismos de análise para a definição daquilo que seria a vivência de uma pessoa com deficiência, o que demonstrou alterações relevantes nos moldes internacionais conduzidos pela Organização Mundial da Saúde.

No Brasil, com a Lei nº 12.764/12 (Lei Berenice Piana), foi instituída a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, além de identificar e reconhecer a pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) como "pessoa com deficiência para todos os efeitos legais". Assim, as pessoas com deficiência passaram a ser conhecidas como "pessoas com deficiência", obtendo acesso a diversos direitos que, no passado, eram recusados. A próxima seção abordará o TEA e o direito à educação no amparo jurídico.

4. TEA E O DIREITO À EDUCAÇÃO

Com as crescentes mudanças sociais, essa abordagem segregadora revelou-se ineficiente, discriminatória e prejudicial para o desenvolvimento cognitivo, social e ambiental. A partir da década de 90, houve uma transição, e as crianças com necessidades especiais começaram a frequentar as escolas regulares. Nesse contexto educacional, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi

instituído, ampliando as garantias do direito à educação e assegurando atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Nesse sentido, a educação básica no Brasil, observam-se avanços nos últimos anos, buscando atender de maneira homogênea todas as classes. Esses progressos destacam a democratização da educação, garantindo esse direito a todos e impedindo qualquer forma de exclusão, com foco especial no ensino fundamental na idade legal apropriada. Além disso, impõe-se às escolas a necessidade de adaptação diante das demandas dos alunos.

Apesar do respaldo legislativo, a realidade efetiva do direito à educação no país mostra-se consideravelmente distante das previsões legais. Nas escolas de ensino regular, ainda persistem resistências e obstáculos à prática efetiva da educação inclusiva.

A Carta Magna ratifica a educação como direito de todos. Da mesma forma, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que estabelece as diretrizes desde a década de 60 até a atualidade, assegura de forma abrangente o direito à educação, reforçando o acesso de crianças com necessidades especiais. Embora a legislação pátria tenha sido benéfica ao garantir a acessibilidade dessas crianças na escola, o acesso ocorreu de forma equivocada.

Portanto, uma solução inicial adotada pelo Estado para permitir que crianças com necessidades especiais frequentassem a escola e recebessem um processo de en-

sino-aprendizado específico foi a implementação de uma educação segregadora. Nesse modelo, havia escolas específicas para crianças com deficiência e escolas regulares para alunos sem deficiência.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição que afeta o desenvolvimento neurológico, identificada por características variáveis que comprometem diversas áreas do corpo, principalmente a do sistema nervoso central, fazendo com que a pessoa com TEA tenha dificuldade de comunicação e interesse social, atraso no desenvolvimento motor, hipersensibilidade e comportamentos metódicos ou repetitivos. No entanto, a palavra "espectro" remete justamente a uma infinidade de possibilidades de características, ou seja, cada indivíduo possui características únicas e comportamentos singulares em maior ou menor grau, de forma conjunta ou isolada das demais características.

A partir dos anos 1960, essa condição passou a ser explicada, mas era pouco conhecida. Além disso, mitos e preconceitos dificultam a vida da pessoa e da família. Somente a partir da década de 90, as crianças com necessidades especiais passaram a frequentar as escolas regulares. Dessa forma, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi instituído, ampliando ainda mais as garantias do direito à educação, estabelecendo atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Importante ressaltar que a Lei nº 12.764/12(Lei Berenice Piana), conhecida como Lei Berenice Piana, a qual

estabelece os seguintes direitos à pessoa com TEA:

> Art. 3º São direitos da pessoa com transtorno do espectro autista: a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança; II - a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração; III - o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo: a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo; b) o atendimento multiprofissional; c) a nutrição adequada e a terapia nutricional; d) os medicamentos; e) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento; IV - o acesso: a) à educação e ao ensino profissionalizante; b) à moradia, inclusive à residência protegida; c) ao mercado de trabalho; e d) à previdência social e à assistência social. (BRASIL, 2012).

Nesse sentido, o direito à educação está fundamentado em diferentes dispositivos da Constituição, os quais estabelecem que o Estado deve ser o principal responsável e garantidor da educação do indivíduo, desenvolvendo-o para o exercício da cidadania e qualificação no mercado de trabalho. Pode-se compreender com melhor eficiência por meio do Artigo 205 da Constituição, que diz que:

> Art. 205 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988).

Em acréscimo, a Lei nº 13.146/15 consolida o arcabouço legal de garantias às pessoas com necessidades especiais, positivando o dever do Estado no direito à edu-

cação e, dessa forma, garantindo seu bem-estar pessoal, social e econômico. Dessa forma, pode-se inferir que o direito à educação da pessoa com deficiência, incluindo a pessoa com TEA, possui amplo respaldo jurídico, sendo dever do Estado e da família providenciá-lo.

A Lei 13.146/2015 preconiza, em seu art. 98, inc. I, que "Constitui crime: recusar, cobrar valores adicionais, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, em razão de sua deficiência".

Seguindo a mesma linha de combate à discriminação da pessoa com deficiência, a Lei Berenice Piana estabelece que "o gestor escolar, ou autoridade competente, que recusar a matrícula de aluno com transtorno do espectro autista, ou qualquer outro tipo de deficiência, será punido com multa de 3 (três) a 20 (vinte) salários-mínimos". Mesmo diante desse escudo legislativo, não é raro constatar práticas criminosas de recusa de matrícula, principalmente em escolas particulares.

Quanto aos direitos da criança com espectro autista no contexto da inclusão escolar, é relevante destacar que o direito à educação para a criança com Espectro Autista está incorporado não apenas nos Direitos Fundamentais, mas também é abordado no Estatuto da Criança e do Adolescente, no Estatuto da Pessoa com Deficiência, na Lei Brasileira de Inclusão e na Lei nº 12.764/12.

No entanto, mesmo com essa sólida base legal, a aplicação prática do direito à educação inclusiva no país

está consideravelmente distante do que é previsto na legislação. Nas escolas de ensino regular, ainda persistem resistências e obstáculos à efetiva prática da educação inclusiva, chegando ao ponto de muitas instituições de ensino recusarem a matrícula de crianças com necessidades educacionais especiais.

Ademais, a falta de qualificação dos profissionais torna ainda mais desafiador, pois se na vida da criança típica a rotina escolar precisa ser trabalhada, com a criança autista, isso deve ser tão ou mais importante.

Nesse sentido, conforme Bispo (2023, p. 91), é muito importante que o professor esteja capacitado para oferecer acesso aos assuntos escolares apropriados a cada fase da aprendizagem dos alunos com TEA. Desse modo, o professor deve ter autoeficácia satisfatória, com a finalidade de ter confiança para planejar atividades que reproduzam mudanças significativas dentro de uma sala de aula, desde suas práticas pedagógicas até a efetivação de arranjos necessários no ambiente escolar.

No contexto histórico de construção da visibilidade e inclusão social das pessoas com deficiência na educação, ressaltamos a Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, em seu artigo 24 ao tratar sobre o tema do "direito à educação" e reconhecimento às pessoas com deficiência, devendo ser efetivado sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades.

Conforme o documento Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008, p. 15), sobre o público-alvo da Educação Inclu-

siva:

> Consideram-se alunos com deficiência àqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com diversas barreiras podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil. Alunos com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes. Também apresentam elevada criatividade, grande envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse. Dentre os transtornos funcionais específicos estão: dislexia, disortografia, disgrafia, discalculia, transtorno de atenção e hiperatividade, entre outros.

Ainda conforme o documento, não se deve contextualizar, nem se esgotar na mera categorização, as definições do público-alvo, pois são atribuídas a um quadro de deficiência, transtornos, distúrbios e aptidões. É fato que o indivíduo está em constante modificação e se mantém transformando o contexto no qual está inserido, exigindo, partindo desse dinamismo, uma atuação pedagógica que tenha como foco modificar essa situação de exclusão. Dá-se ênfase à importância de ambientes heterogêneos que promovam a aprendizagem de todos os alunos (Brasil, 2008).

No entanto, foi com a promulgação da Constituição Federal de 1988 que a educação passou a ser respaldada como um direito de todos, independentemente de raça, origem, sexo, cor, idade, ou qualquer outra forma de discriminação ou préseleção, garantindo plena igualdade no acesso e na permanência na escola. Nesse ponto, já se garantem grandes avanços no âmbito da inclusão de alunos com deficiência na rede regular de ensino (BRASIL, 1988). Outro documento de suma importância para a educação especial foi a Declaração de Salamanca de 1994, realizada na Espanha e promovida pela UNESCO, reforçando assim a ideia de que toda criança tem direito à educação e acesso à escola regular.

Dessa forma, observa-se a necessidade de conhecimento sobre a política de educação inclusiva, seus determinantes e práticas, para que assim se constitua um processo de inclusão eficaz que englobe a todos. Após a publicação da Lei Berenice Piana, foi instituída a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. A inclusão escolar das crianças autistas passou a ser um desafio a ser enfrentado, já que a lei determina que as escolas regulares proporcionem espaço de inclusão, bem como o acompanhamento especializado das pessoas com TEA, apresentando as seguintes características no § 1º, Incisos I e II da Lei nº 12.764/12 (Lei Berenice Piana):

> I - deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação

> social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;
>
> II - padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses (BRASIL, 2012).

A partir da obrigação de propiciar ao indivíduo autista o direito pleno à educação, as escolas precisam se articular para compreender o tema da lei, capacitar seus professores e funcionários, bem como adaptar suas estruturas físicas e pedagógicas, de forma a propiciar aos alunos portadores do autismo uma inclusão satisfatória no ambiente acadêmico.

Pelo período de quinze anos, tramitou no Congresso Nacional a Lei que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência, sancionada pela então presidenta Dilma Rousseff em julho de 2015. A Deputada Federal Luizianne Lins se engajou na conquista, também era membro titular da Comissão dos Direitos das Pessoas com Deficiência – CPD, e com o Estatuto buscou pôr um fim às lacunas no campo dos direitos humanos para as pessoas com deficiência.

De acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, em seu artigo 2º, ele considera "pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena

e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas" (Brasil, 2015).

Ainda de acordo com o Estatuto, é dever do Estado, da sociedade e da família.

> Art. 8º É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico. (BRASIL, 2015, p.14).

Conforme, Volkmar e Wiesner (2018, p. 108), afirmam quando se fala do processo de inclusão dos alunos com TEA dentro e fora da sala de aula:

> O termo competências adaptativa se refere à aplicação de conceitos aprendidos na escola a situações do mundo real fora da sala de aula – por exemplo, fatos matemáticos ajudam a resolver problemas de matemática e ensinam a pagar pelos produtos no mercado. A generalização das competências para outras situações é com frequência um desafio importante para alunos com TEA de todas as idades e níveis de funcionamento. Essas habilidades são um dos principais fatores que determinam a independência e a autossuficiência definitivas. O objetivo é tornar os

> alunos com TEA o mais independentes possível. Infelizmente, o mundo real é imprevisível – um problema se você tem uma preferência pelas mesmas coisas. Em segundo lugar, ele é muito social – um problema se você tem vulnerabilidades sociais. Terceiro, o mundo real é acelerado, com muitas demandas e informações chegando até você ao mesmo tempo. Por fim, se você tende a aprender as coisas de maneira muito limitada, terá problemas significativos nas competências de generalização(...).

Portanto, pode-se inferir que, para a efetivação do processo de inclusão escolar, não se deve pensar apenas nos planos e estratégias para dentro de sala de aula. É necessário um olhar mais amplo, voltado para além do âmbito educacional, levando em conta a diversidade de casos e as especificidades de cada aluno com necessidade educacional especial.

Outra questão a ser observada é o conflito de atuação na educação de crianças autistas em sala de aula. A falta de definição clara de papéis e responsabilidades no cotidiano escolar leva os professores a delegarem a responsabilidade da educação para o profissional de apoio. A Lei No 12.764/12 (Lei Berenice Piana) introduziu a figura do acompanhante especializado, aplicável nos casos em que haja comprovada necessidade. A pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular tem o direito de ser assistida por esse profissional.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência também trouxe uma definição legal para o profissional de apoio escolar, descrevendo-o como alguém que realiza atividades

relacionadas à alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência, atuando em todas as atividades escolares nas quais for necessário, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas. No entanto, é importante notar que esse profissional tem o papel específico de zelar pela higiene, saúde e segurança do aluno, conforme estabelecido pela legislação.

O apoio de uma equipe multidisciplinar é um instrumento importante para alcançar o máximo desenvolvimento possível dos talentos e habilidades da criança autista. No entanto, nas escolas, essa rede de apoio é totalmente inexistente, não havendo integração efetiva entre o núcleo gestor e profissionais da psicologia, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, entre outros.

Sendo assim, independentemente de todo o desenvolvimento que a inclusão vem alcançando ao longo dos anos, ainda podemos observar escolas com instalações inadequadas e profissionais sem qualificação para atender alunos com deficiência (De Almeida, et al., 2022).

A inclusão de crianças autistas na escola regular é um desafio que envolve diversos aspectos. Alguns dos principais desafios considerados são:

1- Desinformação e preconceito: Apesar do empenho e das políticas públicas direcionadas para a educação especial e inclusiva, que asseguram o direito da educação para todos, a desinformação pode influenciar de forma negativa o desenvolvimento educacional e social nas escolas. É notável a existência de estigmatização e formação de preconceitos, o que pode impossibilitar a total efe-

tividade do processo de inclusão (Júnior et al., 2023).

2-Falta de qualificação adequada dos profissionais da educação: A ausência de capacitação adequada dos profissionais de ensino, especialmente nos casos de TEA, que envolvem características próprias relacionadas à comunicação, socialização e comportamento (Dos Santos; Dos Santos Stering, 2021).

3-Comportamento e comunicação das crianças com autismo: O principal obstáculo enfrentado pelos professores ao lidar com alunos com TEA é a dificuldade de entender a fala do aluno, tanto por parte dos professores quanto pelos outros alunos, ou ainda desenvolver um diálogo participativo e mútuo (Camargo et al., 2020).

Apesar do respaldo jurídico e das políticas públicas existentes no Brasil, ainda persistem diversas barreiras no acesso inclusivo de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino. Nesse contexto, a eficiência na educação inclusiva de alunos com necessidades especiais dentro do contexto social da escola é indispensável para a efetivação do direito ao ensino de qualidade, especialmente a partir da educação básica.

Todavia, a inclusão escolar se torna um desafio para além da universalidade do acesso à educação. Torna-se um dever integrar e criar condições para a permanência de todos no interior do sistema educacional, promovendo seu desenvolvimento e aprendizado.

5. A EFICIÊNCIA DA LEI NO 12.764/12 NO

CONTEXTO EDUCACIONAL DA CRIANÇA COM ESPECTRO AUTISTA

A Lei Berenice Piana foi sancionada em 27 de dezembro de 2012 pela presidente Dilma Rousseff. Essa lei tem como finalidade incentivar a inclusão social, educacional e laboral de pessoas com TEA. Determina diretrizes e medidas para garantir que essas pessoas com TEA tenham seus direitos assegurados e sejam capazes de desempenhar sua cidadania plena. De acordo com o Art. 3º da referida lei, são considerados direitos das pessoas com TEA:

> Art. 3º São direitos da pessoa com transtorno do espectro autista:
>
> I - a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer;
>
> II - a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração;
>
> III - o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo:
>
> a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo
>
> b) o atendimento multiprofissional.
>
> c) a nutrição adequada e a terapia nutricional;
>
> d) os medicamentos;
>
> e) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento; IV - o acesso:

a) à educação e ao ensino profissionalizante;

b) à moradia, inclusive à residência protegida;

c) ao mercado de trabalho;

d) à previdência social e à assistência social.

Parágrafo único. Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado. (BRASIL, 2012).

Contudo o autismo conforme o Art. 1º da Lei nº 12.764 do dia 27 de dezembro de 2012:

§ 1º Para os efeitos desta Lei, é considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada na forma dos seguintes incisos I ou II:

I - Deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;

II - Padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

§ 2º A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais. (BRASIL, 2012).

Acerca da eficiência da Lei Berenice Piana no con-

texto educacional, compreende-se que, ao determinar que a pessoa com TEA tenha os mesmos direitos assegurados às pessoas com deficiência, garante que aqueles que estão no espectro e sua família possam utilizar os serviços oferecidos pela assistência social no município onde residem, além do direito educacional especializado garantido pelo Estado.

Isso assume importância ao viabilizar a integração das pessoas com TEA nas normativas destinadas às pessoas com deficiência, alinhando-se, dessa forma, aos princípios estabelecidos pela Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência.

Nesse sentido, se uma escola negar a matrícula a um estudante devido à sua deficiência, agirá com discriminação, e esse fato, segundo a legislação, estará sujeito à penalidade conforme o Art. 7º da Lei no 12.764/12, a saber:

> Art. 7º O gestor escolar, ou autoridade competente, que recusar a matrícula de aluno com transtorno do espectro autista, ou qualquer outro tipo de deficiência, será punido com multa de 3 (três) a 20 (vinte) salários-mínimos. § 1º Em caso de reincidência, apurada por processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, haverá a perda do cargo.

Portanto, o não cumprimento do direito à educação para pessoas autistas pode configurar violação aos direitos humanos. Além disso, o direito à educação para pessoas com espectro também está relacionado a outras garantias jurídicas, como o direito à igualdade, à não discriminação e à acessibilidade.

Em conjunto com a Lei no 12.764/12, a Declaração de Salamanca (1994) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2006 e incorporada à CF/88 pela Lei no 13.146/15, trazem um amplo amparo legal no combate à segregação e ao capacitismo.

Nesse contexto, vale destacar o entendimento de Candau (2012, p. 104), que diz:

> A luta pelos direitos das pessoas com deficiência não pode ser reduzida apenas à garantia de acessibilidade física ou à inclusão escolar. É preciso ir além e questionar as formas de exclusão social que ainda persistem em nossa sociedade, promovendo uma cultura de respeito à diferença e valorização da diversidade.

Desta forma, segundo o Ministério da Saúde (2013, p.57) ao abordar as Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), afirma que:

> O tratamento deve ser estabelecido de modo acolhedor e humanizado, considerando o estado emocional da pessoa com TEA e seus familiares, direcionando suas ações ao desenvolvimento de funcionalidades e à compensação de limitações funcionais, como também à prevenção ou retardo de possível deterioração das capacidades funcionais, por meio de processos de habilitação e reabilitação focados no acompanhamento médico e no de outros profissionais de saúde envolvidos com as dimensões comportamentais, emocionais, cognitivas e de linguagem (oral, escrita e não verbal), pois estas são dimensões básicas à circulação e à pertença social das pessoas com TEA na sociedade.

Sendo assim, as crianças autistas, de um modo geral, apresentam dificuldade em aprender a utilizar de forma correta as palavras. No entanto, quando são envolvidas em atividades intensas dentro da sala de aula, observam-se várias mudanças positivas nas habilidades da linguagem, motoras, interação social e aprendizagem.

Assim, o desenvolvimento das práticas pedagógicas beneficia todos os estudantes, tenham alguma deficiência ou não. Nesse sentido, torna-se necessário a construção de materiais pedagógicos acessíveis, procurando mostrar que todos são capazes de aprender e se desenvolver dentro de suas limitações, a fim de que tenham condições de exercer a cidadania de forma plena.

Apesar dos avanços na inclusão de crianças com Espectro Autista nas escolas, ainda existem muitas dúvidas pertinentes em relação à eficiência da Lei Berenice Piana na inclusão dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais. Por ser uma legislação recente, ainda não há expressiva preparação profissional para atuar diretamente com pessoas autistas, além da falta de materiais pedagógicos específicos. E o mais grave é a pouca disseminação da Lei nº 12.764/12 nas escolas.

Para que a Lei seja posta em prática, será necessária a efetiva participação da sociedade para a integração das pessoas autistas no contexto social. Nas escolas, principalmente, os diretores que recusarem uma matrícula de um aluno com TEA, ou outra deficiência, de acordo com a Lei Berenice, serão penalizados da seguinte forma:

> Art. 7º O gestor escolar, ou autoridade competente, que recusar a matrícula de aluno com transtorno do espectro autista, ou qualquer outro tipo de deficiência, será punido com multa de 3 (três) a 20 (vinte) salários-mínimos. § 1º Em caso de reincidência, apurada por processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, haverá a perda do cargo. (BRASIL, 2012).

Deste modo, ao se referir à garantia do direito à educação das pessoas com TEA no contexto das ações judiciais, observa-se que a grande parte dos processos visa defender os direitos dos alunos quanto à manutenção de um auxiliar educacional para facilitar a inclusão no ambiente escolar, conforme previsto na Lei 12.764/12. O Quadro 2 apresenta um caso relacionado à educação da pessoa com TEA, exposto no Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE):

Quadro 2 – Casos relacionados a educação e ao direito das pessoas autistas

Nº Processo	Origem	Classe	Assunto	Sentença
3000580-34.2023.8.06.0000 **Agravante:** Estado do Ceará. **Agravado:** M.L.S.C.	2ª Câmara de Direito Público	Agravo de Instrumento	Disponibilizar acompanhante especializado para o aluno autista.	O Colegiado, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso, para negar-lhe provimento, nos termos do(a) eminente Relator(a).21/09/2023
Na inicial, a genitora do autor M. L. S., Sra. A. das G. dos S., que seu filho fora diagnosticado com Transtorno do Espectro Autista (CID 10 - F 84.0), estando matriculado na Escola Estadual Escola Lídia Bezerra. E necessita da disponibilização de profissional especializado para acompanhá-lo durante o período em que permanecer na escola, pleito que restou deferido pelo juízo de piso, decisão atacada pelo ente estatal em cuja peça recursal pede sua reforma, sob o argumento da ausência dos requisitos autorizadores para a concessão da liminar.				

Fonte: https://conjug.tjce.jus.br/conjugweb/pages/public/acordao.jsf?key=AYq-7C49RPhD5P_54VVd9&w=

No caso destacado no Quadro 4, resultou na seguinte decisão proferida pela Desembargadora Maria Iraneide Moura Silva:

ACÓRDÃO: Acordam os Desembargadores integrantes da Turma Julgadora da **2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, por unanimidade de votos, em conhecer do Agravo, mas para negar-lhe provimento, nos termos do voto da relatora. Fortaleza, dia e hora registrados no sistema.

RELATÓRIO (Maria Iraneide Moura Silva- Desembargadora Relatora):

> Cuida-se de Agravo de Instrumento interposto com escopo de ver reformada a decisão interlocutória proferida pelo juízo da Vara Única da Comarca de Jucás, Dr. Paulo Lacerda de Oliveira Júnior, lançada nos autos do Mandado de Segurança (proc. nº. 3000128-94.2023.8.06.0300) que deferiu o pedido liminar no sentido determinar que a autoridade coatora, no prazo de 05 (cinco) dias, disponibilize acompanhante especializado para o requerente, durante todo o seu período de atividade escolar, em caráter curricular ou extracurricular, sob pena de multa diária no valor de R$ 200,00 (duzentos reais) até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais).
>
> Na inicial, aduz a genitora do autor Manoel Leonardo dos Santos, Sra. Antônia das Graças dos Santos, que seu filho fora diagnosticado com Transtorno do Espectro Autista (CID 10 - F 84.0), estando matriculado na Escola Estadual Escola Lídia Bezerra.

E necessita da disponibilização de profissional especializado para acompanhá-lo durante o período em que permanecer na escola, pleito que restou deferido pelo juízo de piso, decisão atacada pelo ente estatal em cuja peça recursal pede sua reforma, sob o argumento da ausência dos requisitos autorizadores para a concessão da liminar.

Ressalta que "A pretensão de serviço educacional especializado exige a contratação de auxiliar de sala de aula com capacitação especializada em pessoas portadoras de deficiência, o que contraria texto expresso da Constituição no que se refere à necessidade de reserva de lei em sentido estrito para fins alocação de verbas orçamentárias e execução do gasto público". Aduz que ao Poder Judiciário é vedado ordenar a execução de políticas públicas, sob pena de lesão à ordem administrativa.

Desta feita, requereu a concessão do efeito suspensivo ao recurso, determinando a suspensão da contratação de acompanhante especializado para assistir e auxiliar o impetrante portador do espectro autista em sala de aula, decisão a ser ratificada quando do mérito do deste agravo.

Feito distribuído a esta relatoria que indeferiu o pedido de antecipação dos efeitos da tutela recursal (efeito suspensivo), mantendo a decisão agravada até ulterior decisão.

Vieram os autos a esta relatoria que indeferiu o pedido de antecipação da tutela pretendida. (ID 7059601)

Sem contrarrazões recursais, retornaram os autos conclusos.

É o breve relato.

Peço inclusão em pauta de julgamento

VOTO (Maria Iraneide Moura Silva - Desembargadora

Relatora):

Como dantes consignado, a concessão da tutela almejada pela via instrumental fica restrita à presença simultânea dos requisitos dispostos no art. 300, do CPC, quais sejam, a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.

De logo, registro que após o indeferimento da tela pretendida, não houve fato novo apto a ensejar alteração do entendimento inicial dessa relatoria, porquanto silentes permaneceram as partes, ainda que devidamente intimadas. Vejamos, então.

Pelo juízo de piso restou concedida a tutela pretendida em prol do agravado, determinando ao Estado do Ceará que no prazo de 05 (cinco) dias, disponibilize acompanhante especializado para o autor, durante todo o seu período de atividade escolar, em caráter curricular ou extracurricular, sob pena de multa diária no valor de R$ 200,00 (duzentos reais) até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Segundo consta na ação mandamental originária, o autor é portador de autismo (CID 10 /GA02.3 - CID 11), e apresenta atraso no desenvolvimento da fala e da comunicação verbal, circunstância que gera também prejuízo social, conforme atestado médico de ID 56234725 e ID 56234735.

Nesse contexto, o direito da pessoa portadora de deficiência encontra guarida na Constituição Federal (arts. s 7º, inc. XXXI; 23, inc. II; 24, inc. XIV; 37, inc. VIII; 227, § 1º, inc. II, e § 2º; e 244), tratando o caso também do direito fundamental de acesso à educação previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional amparado pela Lei nº 9.394/96, art. 2º, e na própria Constituição Federal1.

Outra norma que versa sobre o assunto é o art. 26 da Convenção sobre os

Direitos das Pessoas com Deficiência - considerada norma constitucional (art. 5º, § 3º, CF), que visa proteger o direito de inserção social dessas pessoas. E a Lei nº 12.764/2012 que versa sobre apoio às pessoas portadoras de Autismo, em seu art. 3º, estabelece o direito do aluno autista de ter acompanhante especializado em classes comuns de ensino regular, in verbis:

"Art. 3º São direitos da pessoa com transtorno do espectro autista:

I - a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer;

II - a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração;

III - o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo:

a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo;

b) o atendimento multiprofissional;

c) a nutrição adequada e a terapia nutricional;

d) os medicamentos;

e) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento; IV - o acesso:

a) à educação e ao ensino profissionalizante;

b) à moradia, inclusive à residência protegida;

c) ao mercado de trabalho;

d) à previdência social e à assistência social.

Parágrafo único. Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º , terá direito a acompanhante especializado".

Sobre o tema, transcrevo precedente jurisprudencial desta Corte de Justiça, que ressalta o princípio da dignidade humana dos portadores dessa doença:

"REMESSA NECESSÁRIA. PACIENTE HIPOSSUFICIENTE PORTADOR DE AUTISMO. CESSIDADE DE TRANSPORTE PARA REALIZAÇÃO DE TRATAMENTO NA CAPITAL. SOLIDARIEDADE ENTRE OS ENTES DA FEDERAÇÃO. DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE E À VIDA COM UM MÍNIMO DE DIGNIDADE. PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA EM SOBREPOSIÇÃO AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. REMESSA NECESSÁRIA CONHECIDA E NÃO PROVIDA. SENTENÇA DE 1º GRAU CONFIRMADA EM TODOS OS SEUS TERMOS". (RN nº 0000109-51.2014.8.06.0205, 3ª Câmara de Direito Publico, Rel. Francisco de Assis Filgueiras Mendes, julgado em 21.09.2020, DJe 21.09.2020)

No mesmo sentido, cito Acórdão do Tribunal de Justiça do Amazonas2:

"DIREITO CONSTITUCIONAL, MANDADO DE SEGURANÇA. REEXAME NECESSÁRIO. MENOR PORTADOR DE TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA. DIREITO A ACOMPANHAMENTO ESPECIALIZADO NO

HORÁRIO ESCOLAR. LEI 12.764/2012.

O acesso à educação especificamente dos portadores de deficiência física, o inciso II do art. 208

da CF/88 estabeleceu que é dever do Estado fornecer atendimento especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regula de ensino. Dever do Estado de assegurar à pessoa com transtorno de espectro autista a frequência a sistema educacional inclusivo, com a presença de mediadro, ou seja, será assegurado o acompanhamento especializado visando facilitar o acesso à educação, na fora do art. 3º, parágrafo único, da Lei 12.764/2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno de Espectro. Sentença confirmada em sede de reexame necessário".

Destarte, é direito de todos e dever do Estado criar políticas públicas necessárias à concretização dos direitos a educação (art. 205, CF) e sociais (art. 6º, CF), assegurando ensino igualitário a todos, sem distinção, bem como acesso e permanência do aluno na escola, especialmente aos portadores de necessidades especiais, em consonância ao princípio da separação dos poderes e da dignidade da pessoa humana. ISSO POSTO

conheço do agravo de instrumento para confirmar a decisão interlocutória de (ID 7059601), negando-lhe provimento.

1"Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: (...)III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; (...) V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um".

2 RN nº 060231364.2018.8.04.0001, Câmaras Reunidas, Relatora Nélia Caminha Jorge.

Observa-se que a Lei Berenice Piana, apesar de ser abrangente, não consegue efetivamente atingir sua fina-

lidade de preservação da igualdade e proteção. A falta de conhecimento sobre essa legislação é notória, pois apenas algumas pessoas têm informações sobre ela. Algumas instituições de ensino privado e público possibilitam a educação inclusiva, representando um obstáculo para os familiares das crianças com TEA.

Esse contexto reflete um cenário complexo, onde a legislação existe, mas sua aplicação e conhecimento ainda são limitados, colocando em evidência a necessidade de ampliar a conscientização e implementação efetiva das políticas inclusivas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Trabalho de Conclusão de Curso alcançou seus objetivos ao abordar o tema proposto, permitindo uma análise aprofundada da Lei Berenice Piana e sua eficácia na inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

No entendimento do autismo, definido como uma síndrome comportamental pelo desenvolvimento ao longo da vida humana, observamos modificações significativas, como a dificuldade na comunicação, falta de criatividade em jogos simbólicos, desafios na sociabilização e padrões de comportamento limitados. No contexto histórico, identificamos peculiaridades, principalmente relacionadas ao diagnóstico e à abordagem clínica, centrada nos impedimentos da pessoa, adotando uma aproximação biomédica. Contudo, após a Convenção sobre

os Direitos das Pessoas com Deficiência, novas diretrizes e recomendações romperam com essa visão exclusivamente biomédica.

Este estudo revelou duas concepções do autismo: a Neurodiversidade, que o encara como uma manifestação natural da diversidade humana, e o Modelo Social da Deficiência, que o considera como uma condição a ser tratada em busca de melhorias. A evolução das legislações específicas ampliou as garantias do direito à educação, instituindo atendimento educacional especializado, principalmente na rede regular de ensino. No entanto, enfrentamos desafios como desinformação, preconceito, falta de qualificação dos profissionais e as peculiaridades no comportamento e comunicação das crianças com autismo.

A promulgação da Lei nº 12.764/12 (Lei Berenice Piana) representou um marco ao garantir direitos para os autistas, estabelecendo diretrizes para assegurar seus direitos e promover sua plena cidadania. Diante desse cenário, a abordagem desse tema ressalta a necessidade de mecanismos políticos concretos que garantam a igualdade dos direitos das pessoas com deficiência nos espaços públicos e privados, afastando a discriminação e o preconceito das relações sociais.

A Lei Berenice Piana representa um avanço significativo na promoção dos direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), proporcionando uma base jurídica sólida para a garantia da igualdade e inclusão social. No entanto, o desafio persiste na efetiva im-

plementação dessas diretrizes, especialmente no âmbito educacional, onde resistências e obstáculos ainda comprometem a prática da inclusão nas escolas regulares.

Ao longo deste estudo, destacou-se a importância de superar a desinformação e o preconceito, bem como investir na qualificação adequada dos profissionais da educação. Além disso, reconhecemos que o comportamento e a comunicação das crianças com autismo demandam abordagens específicas, enfatizando a necessidade de ambientes escolares heterogêneos que promovam a aprendizagem de todos os alunos.

Diante desse panorama, salienta-se a necessidade da implementação de medidas concretas que assegurem a plena efetividade da inclusão escolar, alinhadas às disposições da Lei Berenice Piana. Isso inclui a promoção de ambientes educacionais adaptados, a formação continuada de professores e a conscientização da sociedade sobre a importância da inclusão.

Assim, ao consolidar as reflexões apresentadas, reiteramos a relevância de políticas e práticas inclusivas que não apenas respeitem os direitos fundamentais das pessoas com TEA, mas que também promovam uma sociedade mais justa e igualitária, onde a diversidade seja verdadeiramente valorizada. Em última instância, a conclusão deste trabalho reforça a necessidade de contínuos esforços coletivos para transformar leis em ações efetivas que impactem positivamente a vida das pessoas com autismo.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO, S. M.; NUSBAUM, E. A. **Autism, neurodiversity, and inclusive education**. Oxford Research Encyclopedia of Education, 2020. Disponível em: https://oxfordre.com/education/view/10.1093/acrefore/9780190264093.001.0001/acre fore-9780190264093-e-1260.Acesso em: 10 mar. 2023.

ALVES, Angela Karenine Saraiva; ALVES, Thamy Saraiva. **O AUTISMO E O PSICÓLOGO NA PSICOLOGIA CLÍNICA**. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 8, n. 2, p. 201-218, 2022.

AUTISMO. **O que é o autismo**: Marcos Históricos. Blog Autismo e Realidade, 2023. Disponível em:https://autismoerealidade.org.br/o-que-e-o-autismo/marcos-historic os/. Acesso em 10 mai. 2023.

BISPO, Solange. **Autoeficácia de professores de estudantes com transtornos do espectro autista do ensino fundamental II e médio**. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020**. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.502-de-30-de-setembro-de-2020-280529948. Acesso em: 18 mai. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em:

28 fev. 2023.

BRASIL. **Decreto 8.368, de 2 de dezembro de 2014**. Regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 2 de dezembro de 2014.

BRASIL. **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF. 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013a. (Série F. Comunicação e Educação em Saúde).

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei/l12764.htm. Acesso em: 28 fev. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 7.612 de 17 de novembro de 2011**. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm. Acesso em: 28 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**.

Brasília: MEC/SEESP, 2008. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf. Acesso em: 17 mar. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 6.214 de 26 de setembro de 2007**. Regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência e ao idoso de que trata a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, acresce parágrafo ao art. 162 do Decreto no 3.048, de 6 de maio de 1999, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6214.htm. Acesso em: 28 fev.2023.

BRASIL. **Decreto nº 5.904 de 21 de setembro de 2006**. Regulamenta a Lei no 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre o direito da pessoa com deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhada de cão-guia e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5904.htm. Acesso em: 28 fev.2023.

BRASIL. **Lei nº 8.069 Estatuto da Criança e do Adolescente, de 13 de julho de 1990, Brasília, DF, 13 jul. 1990**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 15 mai. 2023.

CAMARGO, Síglia Pimentel Höher et al. **Desafios no processo de escolarização de crianças com au-**

tismo no contexto inclusivo: diretrizes para formação continuada na perspectiva dos professores. Educação em revista, v. 36, p. e214220, 2020.

CANDAU, V. M. F. **A educação em direitos humanos e a formação de professores: uma perspectiva crítica**. In F. C. H. Souza, M. H. M. B. de Albuquerque, & T. V. C. de Lima (Eds.), Educação em direitos humanos e diversidade (pp. 27-40). Recife: Editora Universitária UFPE, 2012.

CARDIERI, Mariana Prates. **Estudos culturais, neurodiversidade e psicanálise**: um lugar para o autismo. 2018. Tese de Doutorado. Mestrado em Estudos Culturais Contemporâneas.

Cartilha dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Direitos Humanos. Disponível em: **http://www5.tjba.jus.br/portal/wp-content/uploads/2019/12/Cartilha-PcD.pdf**. Acesso em: 28 fev. 2023.

DA SILVA, Solange Cristina; GESSER, Marivete; NUERNBERG, Adriano Henrique. (2019). **A contribuição do modelo social da deficiência para a compreensão do Transtorno do Espectro Autista**. Revista educação, artes e inclusão, 15(2), 187-207.

DE ALMEIDA, Benedita Gonçalina; DA ROSA TANCREDI, Cleunice Carvalho; SCHNORR, Marilene Maria. **O professor e a educação inclusiva**. Revista IberoAmericana de Humanidades, Ciências e Educação, p. 09-53, 2022.

DOS SANTOS, Silvana Pereira Rocha; DOS SANTOS STERING, Silvia Maria. IV Congresso Internacional de Educação Inclusiva. **As possibilidades**

metodológicas no ensino e aprendizagem de crianças diagnosticadas com o espectro autista, 2021.

FERNANDES, Conceição Santos; TOMAZELLI, Jeane; GIRIANELLI, Vania Reis. **Diagnóstico de autismo no século XXI**: evolução dos domínios nas categorizações nosológicas. Psicologia USP, v. 31, 2020.

FERREIRA, Catiane. **Transtorno do espectro autista (TEA), desafios e transformações diante do atual cenário de expressiva incidência escolar**. 2023.

GAUDERER, E.C.; PRAÇA, Elida Tamara de Oliveira. **Uma reflexão acerca da inclusão de aluno autista no ensino regular**. 2011.

Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais [recurso eletrônico]: DSM-5 / **American Psychiatric Association; tradução**: Maria Inês Corrêa Nascimento ... et al.] ; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli... [et al.]. – 5. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Artmed, 2014.

JÚNIOR, Antônio Ferreira Dantas; SIMPLICIO, Sérgio Ricardo Costa; **Do Nascimento Dantas, Ferlúcia. Inclusão e desinformação**: um enredo antagônico na educação brasileira atual. Diálogos, metodologias e perspectivas na educação contemporânea: estudos selecionados, 2023.

ONU. **Declaração de Salamanca sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais (1994)**. Portal do MEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf.Acesso em: 15 mai. 2023.

ORTEGA, Francisco. **Deficiência, autismo e neurodiversidade**. Ciência & saúde coletiva, v. 14, p. 67-77, 2009.

OTOSHI, Daniella Regina Dos Santos. **A inclusão escolar de crianças com tea através da psicomotricidade**. 2022.

PETRILLI, Tassiana Barros. **Autismo e comportamento autolesivo**: uma revisão de pesquisa empírica publicada no Journal of Applied Behavior Analysis (JABA). 2009.

RIES, Igor Lucas et al. **"Somos Autistas"**: uma cartografia afetiva de enunciados de neurodivergentes no instagram. 2023.

SOARES, André Gonçalves Vasconcelos et al. **Revisão de escopo**: as implicações do diagnóstico tardio do TEA em mulheres. Revista Neurociências, v. 31, p. 1-37, 2023.

TAMANAHA, Ana Carina; PERISSINOTO, Jacy; CHIARI, Brasilia Maria. **Uma breve revisão histórica sobre a construção dos conceitos do Autismo Infantil e da síndrome de Asperger**. Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia, v. 13, p. 296299, 2008.

VOLKMAR, Fred R.; WIESNER, Lisa A. **Autismo**: guia essencial para compreensão e tratamento. Porto Alegre: Grupo A, 2018. E-book. ISBN 9788582715222.Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582715222/. Acesso em: 19 mai. 2023.

CAPÍTULO 6

HUMANIZAÇÃO: UM PROCESSO NECESSÁRIO NA ÁREA DA SAÚDE

Adriana da Costa Silva[1]
Raimundo Ferreira Lima[2]
Adriana de Oliveira Alcântara[3]

RESUMO

A proposta deste artigo é compreender e examinar o processo de humanização do cuidado na área da saúde, bem como a disposição dos profissionais diante de um atendimento humanizado Para tal se realizou pesquisa bibliográfica nas bases de dados da biblioteca virtual em saúde (BVS) e Scielo entre 2005 a 2017. Os resultados comprovaram que o assunto da humanização do atendimento na área da saúde tornou-se imprescindível na conjuntura atual, visto que a prática de um atendimento baseado em fundamentos como a integralidade da assistência, igualdade e com a participação social do usuário. Por outro lado, observamos fatores negativos, como más condições de trabalho, vencimentos baixos, carga horá-

1 Centro Universitário Fametro - Unifametro, adrianacw22@gmail.com
2 Centro Universitário Fametro - Unifametro, raimundo.lima@aluno.unifametro.edu.br
3 Centro Universitário Fametro – Unifametro, alcantara2002@yahoo.com.br

ria de trabalho acima da permitida por lei, contribuindo para a formação de um espaço desfavorável para a evolução do atendimento humanizado.

Palavras-chave: Assistência à Saúde. Humanização da Assistência. Recursos Humanos em Saúde

INTRODUÇÃO

Segundo o Ministério da Saúde, a Política Nacional de Humanização (PNH) lançada em 2003, busca colocar em atividade os princípios do SUS na rotina diária dos serviços de saúde, implementando modificações nos modos de conduzir e cuidar. Assim a PNH vem com o propósito de estimular a:

> Comunicação entre gestores, trabalhadores e usuários para construir processos coletivos de enfrentamento de relações de poder, trabalho e afeto que muitas vezes produzem atitudes e práticas desumanizadoras que inibem a autonomia e a corresponsabilidade dos profissionais de saúde em seu trabalho e dos usuários no cuidado de si (BRASIL, 2013).

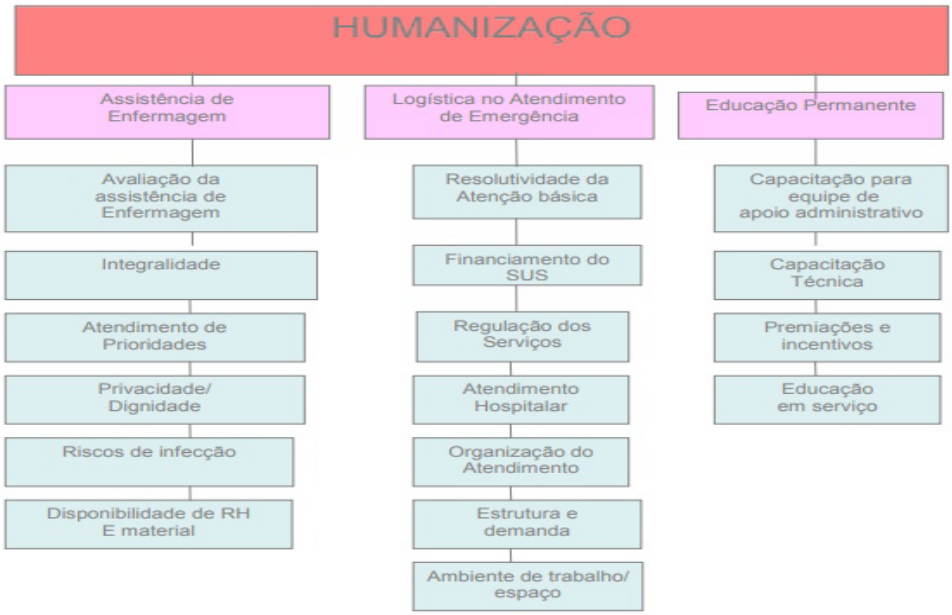
É bastante relevante que o profissional da área da saúde apresente não só os seus conhecimentos profissionais no momento do atendimento, mas, especialmente, precisa ter a capacidade e percepção de se posicionar no lugar do outro, e enfrentar a situação difícil do usuário que veio em busca de atendimento.

As afinidades do atendimento acolhedor e humanizado que mais se caracterizam com este trabalho obedecem aos princípios do SUS, previstas no art. 198 da Constituição Federal de 1988, normatizados e validados no art. 7 da lei 8.080/1990.

> I – Universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência;
>
> II – Integridade de assistência, entendida como um conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema;
>
> III – Preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral;
>
> IV – Igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie;
>
> V – Direito à informação, às pessoas assistidas, sobre sua saúde; (BRASIL, 1988).

No desenrolar das ações humanitárias no processo de humanização, um obstáculo a ser encarado é o que se atribui à comunicação. O intercâmbio entre os vários setores de uma instituição de saúde é uma condição importante para o melhoramento das circunstâncias do trabalho e assistência ao usuário, envolvendo as categorias e subcategorias relacionadas ao tema humanização, conforme o Quadro 01:

Quadro 01 – Categorias e subcategorias do tema.



Fonte: MACIAK, 2008

O processo da humanização é essencial para a proteção da vida como diretriz principal de suas ações. De acordo com este conceito, a humanização é um método abrangente e progressivo que inclui modificações na conduta de profissionais e instituições envolvidas com os cuidados com a saúde, sua efetivação presume estruturas de intervenções com a finalidade de oferecer respostas esperadas pelos usuários atendidos.

Nesse contexto, a mudança de conduta profissional deve ocorrer na convivência entre as equipes profissionais, gestores e usuários dos serviços, trazendo a tona o ato de humanizar que vai influenciar a competência de todos nos diversos processos de trabalho.

Para chegarmos a uma melhor compreensão, torna-se fundamental, continuar parte dos conteúdos apresentados por alguns autores relacionados ao assunto

humanização, portanto, o objetivo deste artigo não permanece em fazer uma análise minuciosa das definições dadas, mas buscar esclarecer o processo de humanização e a sua importância na área da saúde.

METODOLOGIA

A pesquisa foi elaborada baseada nos pressupostos da pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa, que é uma pesquisa concebida em material já elaborado, formado principalmente de artigos científicos e que tem como vantagem fundamental conceder ao pesquisador o conhecimento de assuntos muito mais amplos na área pesquisada.

Foi realizado um levantamento bibliográfico nas bases de dados da biblioteca virtual em saúde (BVS) e Scielo, utilizando o termo humanização na área da saúde, com textos publicados a partir do ano de 2005 a 2017.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para alcançar o objetivo geral da pesquisa, ou seja, buscar esclarecer o processo de humanização e a sua importância na área da saúde desde a compreensão dos usuários, profissionais e gestores, foram abordados uma sequência de informações que, por limitação deste artigo, não poderão ser detalhadas. Realizar-se-á uma apresentação das informações de maneira compacta, junto com a discussão das mesmas.

A humanização presente na área da saúde, em particular, no aten- dimento hospitalar demonstra ser um tema bastante complicado, apresentando vários fatores que vão desde entendimento do que vem a ser o processo de humanização, até a instrumentalização de um assunto que parece não apresentar obstáculos na sua execução, mas que na maior parte, não se concretiza.

Acordo Casate e Correa (2005), o processo de humanização é essencial, porém no meio dos serviços de saúde existiram condições consideradas desumanizantes apresentadas em várias décadas, conforme retratado no Quadro 02:

Quadro 02 – Situações desumanizantes em várias décadas.

	Em relação a falhas na organização do atendimento são apontadas, por exemplo, as longas esperas e adiamentos de consultas e exames, ausência de regulamentos, normas e rotinas, deficiência de instalações e equipamentos, bem como falhas na estrutura física: "(...) espera às consultas e à entrada, nas admissões em tempo dilatado, nos adiamentos impostos aos exames e aos tratamentos, no amontoado humano dentro das salas (...)". (LECLAINCHE X, 1962).
Falhas no atendimento	São também enfatizados aspectos "desumanizantes" ligados especificamente com a relação com o doente como o anonimato, a despersonalização, a falta de privacidade, a aglomeração, a falta de preparo psicológico e de informação, bem como a falta de ética por parte de alguns profissionais: "O doente é um número, um caso, objeto de atividades, mas não um centro de interesse; permanece geralmente sem esclarecimentos sobre a própria sorte e sem explicação sobre o que lhe é imposto". (LECLAINCHE X, 1962).

	"(...) Ao não se dar conta onde termina a máquina e começa o paciente, a relação com a máquina pode tornar o cuidado de enfermagem um ato mecânico e o paciente ser visto como uma extensão do aparato tecnológico" [refere-se ao atendimento em CTI]. (HAYASHI e GISI, 2000).
Condições de trabalho	No que diz respeito às condições de trabalho, os textos mostram que baixos salários, dificuldade na conciliação da vida familiar e profissional, jornada dupla ou tripla, ocasionando sobrecarga de atividades e cansaço, o contato constante com pessoas sob tensão gera ambiente de trabalho desfavorável: "As instituições
	não oferecem um ambiente adequado, recursos humanos e materiais quantitativos e qualitativos suficientes, remuneração digna e motivação para o trabalho, oportunidade para os enfermeiros se aperfeiçoarem em sua área de atuação (...) para que estes possam exercer as suas funções de uma forma mais humanizada. (PINHEIRO e LOPES, 1993).

Fonte: CASATE e CORREA (2005).

A Política de Humanização surge no contexto da assistência à saúde, como mecanismo orientador de argumentos e atividades direcionadas para o processo da humanização desse cuidado em relação às análises anteriores que indicava vários descontentamentos, não só pelos usuários, mas também pelos profissionais e gestores.

Em seguida, evidenciamos no Quadro 03 as diretrizes gerais para manter a implementação da PNH nos diferentes níveis de atenção:

Quadro 03 – Diretrizes gerais para a implementação da PNH

Ampliar o diálogo entre os profissionais, entre os profissionais e a população, entre os profissionais e a administração, promovendo a gestão participativa.
Implantar, estimular e fortalecer Grupos de Trabalho de Humanização com plano de trabalho definido.
Estimular práticas resolutivas, racionalizar e adequar o uso de medicamentos, eliminando ações intervencionistas desnecessárias.
Reforçar o conceito de clínica ampliada: compromisso com o sujeito e seu coletivo, estímulo a diferentes práticas terapêuticas e corresponsabilidade de gestores, trabalhadores e usuários no processo de produção de saúde.
Sensibilizar as equipes de saúde em relação ao problema da violência intrafamiliar (criança, mulher e idoso) e quanto à questão dos preconceitos (sexual, racial, religioso e outros) na hora da recepção e dos encaminhamentos.
Adequar os serviços ao ambiente e à cultura local, respeitando a privacidade e promovendo uma ambiência acolhedora e confortável.
Viabilizar a participação dos trabalhadores nas unidades de saúde por meio de colegiados gestores.
Implementar um sistema de comunicação e de informação que promova o autodesenvolvimento e amplie o compromisso social dos trabalhadores de saúde.
Promover ações de incentivo e valorização da jornada integral ao SUS, do trabalho em equipe e da participação em processos de educação permanente que qualifiquem a ação e a inserção dos trabalhadores na rede SUS

Fonte: Ministério da Saúde, 2004.

Promover assistência à saúde é, da mesma forma, estabelecer vínculos acolhedores de cuidado entre profissionais e usuários dos serviços de saúde, proporcionando a garantia da cidadania entre os atores sociais envolvidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na nossa pesquisa buscamos esclarecer o processo de humanização e a sua importância na área da saúde. Permaneceu evidente, nos textos teóricos que a humanização focaliza com especial cuidado todas as ações re-

lacionadas às metodologias de trabalho, como também, nos processos de gestão e organização de uma instituição de saúde, intervindo no ambiente institucional. A resposta esperada é o reconhecimento dos atores sociais envolvidos, em quaisquer das suas condutas relacionadas ao ato de humanizar.

Evidenciamos que sobre a qualidade do vínculo entre profissionais e usuários parte do argumento da habilidade do profissional e de sua competência para determinar relações no convívio de várias pessoas.

Contudo, o ato de humanizar só se transforma em uma prática dentro de uma instituição de saúde quando os seus gestores a constitui como um modelo de gestão, proporcionando condições favoráveis de trabalho para os profissionais dentro do ambiente de trabalho.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Vera Lucia Alves. **Atendimento administrativo acolhedor e humanizado na área hospitalar**. 2017.

BRASIL. **Política Nacional de Humanização**. Brasília, DF: Ed. Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Humaniza SUS**. 2003. Disponível em: < http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizaSus.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2019.

BRASIL. **Lei n. 8080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção

e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. 1990. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm>. Acesso m: 01 ago. 2019.

CASATE, Juliana Cristina and CORREA, Adriana Katia. **Humanização do atendimento em saúde**: conhecimento veiculado na literatura brasileira de enfermagem. Rev. Latino-Am. Enfermagem [online]. 2005, vol.13, n.1, pp.105-111. ISSN 1518-8345. http://dx.doi.org/10. 1590/S0104-11692005000100017.

Hayashi AAM, Gisi ML. **O cuidado de enfermagem no CTI**: da ação reflexão à conscientização. Texto & Contexto Enfermagem 2000 maio/ agosto; 9(2): 824-37.

HUMANIZA, S. U. S. **Política Nacional de Humanização**: a humanização como eixo norteador das práticas de atenção e gestão em todas as instâncias do SUS/Ministério da Saúde, Secretaria Executiva, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

Leclainche X. **É preciso humanizar o hospital**. Rev Paul Hosp 1962 maio; 10(5): 710.

MACIAK, Inês et al. **Humanização da assistência de enfermagem em uma unidade de emergência**: percepção da equipe de enfermagem e do usuário. 2008.

Pinheiro MCD, Lopes GT. **A influência do brinquedo na humanização da assistência de enfermagem à criança hospitalizada**. Rev Bras Enfermagem 1993 abril/junho; 46(2): 117-29.

CAPÍTULO 7

A ATUAÇÃO DE ASSISTENTE SOCIAL RESIDENTE EM SAÚDE MENTAL NO CAPS's EM INTERIOR DO CEARÁ DURANTE A PANDEMIA DO COVID – 19: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Viviane e Vasconcelos Damasceno[1]
Raimundo Ferreira Lima[2]
Leide Daiana Carvalho Cunha[3]
Edna Maria Leite Dias[4]

RESUMO

Área Temática: Constituição, Cidadania e Efetivação de Direitos Encontro Científico: XI Encontro de Pós-graduação **Introdução**: O artigo aqui abordado tem como tema a atuação de assistente social residente em saúde mental no CAPS'S no interior do Ceará durante a pandemia do Covid – 19: um relato de experiência. **Objetivo**: Apresen-

1 Especialista pela Escola de Saúde Pública – CE, vivianevasconcelos04@gmail.com
2 Especialista pelo Centro Universitário Fametro – Unifametro, raimundo.lima01@aluno.unifametro.edu.br
3 Pós-graduanda pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará -IFCE, leidecunha@outlook.com
4 Discente Centro Universitário Fametro - Unifametro, edna.dias@professor.unifametro.edu.br

tar um relato de experiência acerca da atuação do serviço social em CAPS's do interior do Ceará durante a pandemia da Covid 19. **Métodos**: A metodologia abordada foi um relato de experiência que teve como objetivo sistematizar a prática profissional neste espaço sócio-ocupacional durante o período de Residência Multiprofissional em Saúde Mental Coletiva. **Resultados**: Como principais resultados, citamos os impactos causados pelo isolamento social e restrições sociais na saúde mental dos profissionais e usuários, ausência de medidas de prevenção e de estrutura dos serviços para atendimento e cuidado aos usuários, mudanças de rotinas de trabalho e estratégias para adequação à realidade posta. **Considerações finais**: As atividades desempenhadas durante os diversos serviços prestados apontam a predominância de intervenções assistenciais em referência as intervenções de organização e de consolidação do controle social. O assistente social neste ambiente promove a compreensão da realidade crítica dos pacientes, com o propósito de que não se resuma somente as suas condições de saúde, mas como pacientes incluídos em uma sociedade de classes, levando em consideração a sua totalidade e a sua singularidade, acompanhando assim o Projeto Ético Político da profissão.

Palavras-chave: CAPS; Serviço Social; Covid – 19.

INTRODUÇÃO

O presente artigo busca analisar o trabalho do assistente social no Centro de Atenção Psicossocial - CAPS durante a pandemia de COVID-19, momento marcado

por situação epidemiológica em que envolve números alarmantes de mortes e contaminações em decorrência da disseminação do VírusSars-Cov 2, com registro dos primeiros casos no Brasil em março de 2021. No entanto, para melhor compreensão realizaremos uma breve contextualização sobre a questão do adoecimento mental e institucionalização do trabalho de assistentes sociais na área para compreendermos melhor a temática.

É muito importante destacarmos que o adoecimento mental consiste em um assunto bem intrínseco a uma realidade de um contexto histórico, na qual vivenciamos na conjuntura atual preceitos ainda de exclusão. Em contrapartida, os motivos que levaram a este estudo sobre saúde mental estão na estreita relação com a temática nos últimos anos devido a inserção em residência multiprofissional em saúde.

De acordo com o Ministério da Saúde, os Centros de Atenção Psicossocial – CAPS em suas diversas modalidades consistem em pontos de atenção estratégicos da Rede de Atenção Psicossocial - RAPS: serviços de saúde de caráter aberto e comunitário constituídos por equipe multiprofissional que atua sob a ótica interdisciplinar e realiza prioritariamente atendimento às pessoas com sofrimento ou transtorno mental, incluindo aquelas com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, em sua área territorial, sejam em situações de crise ou nos processos de reabilitação psicossocial e são substitutivos ao modelo asilar (BRASIL, 2015).

Dentro da RAPS, o CAPS possui um papel estraté-

gico em sua articulação, tanto no que tange à promoção da vida comunitária, como da autonomia dos usuários, também na ordenação do cuidado, em parceria com as equipes Saúde da Família e agentes comunitários de saúde, em articulação e ativando os recursos em outras redes e territórios (BRASIL, 2015).

De acordo com a Organização Mundial da Saúde – OMS , nos últimos anos, aconteceu um considerável aumento nos casos de doenças mentais, considerando o Brasil o país mais ansioso do mundo, o quinto mais depressivo, e parte das pessoas afetadas não têm a assistência médica adequada. No Brasil, estima-se que 23 milhões de pessoas passem por tais problemas, sendo ao menos 5 milhões em níveis de moderado a grave.

Recentemente, no ano de 2020, a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) alertou, que a pandemia da COVID-19 pode aumentar os fatores de risco para suicídio, assim como a saúde mental de muitas pessoas. A organização afirma ainda que não tem dados específicos ainda referentes ao aumento da depressão, da violência doméstica e do uso de substâncias e como esses fatores afetarão as taxas de suicídio e adoecimento mental. A pandemia também interrompeu serviços essenciais de saúde mental em 93% dos países em todo o mundo.

Historicamente, criaram-se marcos que têm trazido avanços na institucionalização de instrumentos que regulamentam a atenção às pessoas que sofrem com transtornos mentais e suas famílias, foram aprimorados recursos efetivos e divergentes da relação dos hospita-

locêntrico2 que mantinha um controle de tratamento mais agressivo aos pacientes. Sobretudo o novo modelo de Atenção Psicossocial para pessoas com transtornos mentais vem correspondendo às necessidades das ações da saúde mental.

A Constituição Federal de 1988 consagrou expressamente a saúde como um direito de todos e um dever do Estado. Com a lei de nº 10.216, de 6 de abril de 2001,e, no seu Art. 1º, que diz que os direitos e a proteção das pessoas acometidas de transtorno mental, de que trata esta Lei, são assegurados sem qualquer forma de discriminação quanto à raça, cor, sexo, orientação sexual, religião, opção política, nacionalidade, idade, família, recursos econômicos e ao grau de gravidade ou tempo de evolução de seu transtorno, ou qualquer outra.

Os Centro de Atenção Psicossocial se expandiram por várias comunidades auxiliando como as famílias e usuários com programas de desinstitucionalização na modificação da cultura de internamento e isolação do sujeito com transtornos mentais. O serviço Social, juntamente com outros profissionais, foi sugerido pela Lei Nº 10.216, de 06 de abril de 2001 dada sua importância histórica e funcional nos estudos e na luta pela proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais. De acordo Appel (2017) na década de 40 os assistentes sociais foram inseridos no campo da Saúde Mental influenciados pela Doutrina Social da Igreja e pelo Movimento de Higiene Mental. O seu trabalho era subordinado aos médicos e as suas tarefas consistiam em

meros levantamentos de dados sociais. No entanto, essa prática de modificou e alcançou avanços no que tange a perspectiva de garantia de direitos, e defesa da classe trabalhadora durante o movimento de reconceituação profissional nas décadas de 70 e 80.

METODOLOGIA

A metodologia abordada consistiu no relato de experiência acerca da atuação do serviço social em um CAPS's do interior do Estado do Ceará durante a pandemia da Covid 19. Foi realizado um levantamento bibliográfico e narrativa construída por ocasião da Residência Multiprofissional em Saúde Mental Coletiva de uma assistente social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Bravo (2013), no final do século XIX, na Inglaterra, surge a Medicina, voltada ao controle do corpo e da saúde das classes trabalhadoras, no intuito de deixá-las aptas ao trabalho e assim o capital ter menos riscos. Nesse mesmo período, tem-se as formas tradicionais de assistência, que se tornaram insuficientes para controlar os problemas sociais. "A institucionalização crescente da assistência e o grande número de visitadoras sociais, remuneradas e voluntárias, gerou a necessidade de preparação profissional para o Serviço Social" (BRAVO, 2013,

p.45).

A inserção do serviço social na saúde se deu inicialmente com a preocupação com o paciente, principalmente nos problemas sociais e emocionais que o afetava, valorizando as questões socioeconômicas, e suas atividades se caracterizavam como focalista e paternalista. No exercício de suas atividades, o profissional se caracterizava como fiscalizador da pobreza (BRAVO, 2013).

O serviço social construiu uma relação com a Reforma psiquiátrica, marcada por movimentos democratizantes, descentralização do Estado, principalmente com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Destaca-se o novo olhar à pessoa com transtorno mental, trazidos juntos com os movimentos da Reforma Psiquiátrica, a profissão passou-se a pensar um novo conceito, inaugurando um novo modelo de atenção à saúde mental, voltado não somente em diagnóstico científico patológico da medicina, mas com um olhar voltado ao indivíduo, fazendo uso do termo reabilitação psicossocial (ROSA, 2010).

Conforme Rosa (2010), estão sendo construídos novos cenários e identidades dos assistentes sociais no campo da saúde mental, e ao mesmo tempo determinados por vários elementos, desde fatores macroestruturais, determinando a emergência da profissão no âmbito da sociedade brasileira, assim como documentos legais que estabelecem as competências e atribuições desses profissionais tendo em destaque a Lei de Regulamentação da Profissão nº 8.662, de 07 de junho de 1993; o Código de

Ética Profissional, Resolução CFESS nº 290; a Resolução CFESS nº 383/99 de 29 de março de 1999 que caracteriza o assistente social como profissional da saúde; Resolução CFESS nº 493/2006, de 21 de agosto de 2006, que traz as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social.

O trabalho do serviço social no CAPS visa promover a reintegração do usuário em sofrimento mental em decorrência ou não do uso abusivo de álcool e outras drogas na sociedade, por meios de práticas que fortaleçam o acesso deste às outras políticas públicas e garanta sua autonomia no processo. A atuação se dá realizando a escuta qualificada, atendimento e orientações aos familiares, acolhimento, buscas ativas, visitas de sensibilização, grupos operativos, articulação com a rede intra e intersetorial, participação da construção de Projetos Terapêuticos Singulares - PTS, visitas domiciliares, estudos de caso no serviço e junto a outras instituições, são realizados atendimentos compartilhados, educação em saúde, salas de espera, matriciamentos, visitas domiciliares a pedido judicial, bem como o enfrentamento diário de desafios que nos impulsiona a nos reinventar para possibilitar novas estratégias de cuidado ao usuário, visando que o serviço tem por intuito trabalhar para além do quadro saúde-doença.

O(a) Assistente Social neste espaço promove a percepção da realidade crítica do sujeito a fim de que este não seja levado em conta apenas por seu estado de saúde, mas como um sujeito integral inserido em uma socieda-

de de classes, levando em conta a totalidade e a singularidade do mesmo, assim como previsto em nosso Projeto Ético Político. Com a chegada da pandemia, percebemos muitos impactos tanto na vida pessoal e enquanto trabalhadores na saúde, e na vida dos usuários. O medo assolou a rotina, sendo necessário evitar visitas domiciliares e buscas ativas, sendo realizadas apenas em casos de urgência.

Destacamos também a preocupação com falta de estrutura do serviço para continuar realizando atendimentos e acolhimento 24 horas, pois, as salas são bem pequenas, sem ventilação natural ou de aparelhos, havendo necessidade de atendimentos com portas abertas das salas prejudicando o sigilo das informações, sendo necessário o uso de equipamentos de proteção constante, e não eram disponibilizados pela instituição.

Em algumas semanas mais críticas, com a necessidade do trabalho em regime de escala, outras dificuldades exigiram reflexões para as intervenções, a exemplo: orientações de prevenção ao coronavírus aos pacientes; distanciamento social na recepção; agendamento de atendimentos virtuais a quem tem acesso a internet; implantação de telefone para contato com os usuários.

Além desses fatores, vivenciamos o aumento das situações de vulnerabilidade sociais como, por exemplo, pessoas em situação de rua e uso abusivo de álcool e outras drogas; o cancelamento dos grupos terapêuticos e operativos causando o afastamento do serviço dos usuários que estavam estabilizados; o próprio adoecimento

mental dos profissionais que levou a alguns afastamentos; a cobrança por produção pela gestão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É significativo enfatizar que a construção da identidade profissional no contexto da formação profissional incorporado em uma residência profissional (Centro de Atenção Psicossocial -CAPS) é atribuída pela inclusão do profissional no serviço.

No cenário de pandemia do novo coronavírus, a residência possibilitou um saber especializado para que os assistentes sociais, juntos com os outros membros da equipe, atuassem de forma integrada e humanizada para atender às demandas inesperadas, das quais podemos citar como mais relevantes: os impactos causados pelo isolamento social e restrições sociais na saúde mental tanto dos profissionais quanto dos usuários do CAPS; falta de condições de medidas de prevenção e de estrutura dos serviços para atendimento e cuidado com os usuários; mudanças de rotinas de trabalho e estratégias para adequação à realidade posta.

As atividades desempenhadas durante os diversos serviços prestados apontam a predominância de intervenções assistenciais em referência as intervenções de organização e de consolidação do controle social. O assistente social neste ambiente promove a compreensão da realidade crítica dos pacientes, com o propósito de que não se resuma somente as suas condições de saúde, mas

como pacientes incluídos em uma sociedade de classes, levando em consideração a sua totalidade e a sua singularidade, acompanhando assim o Projeto Ético Político da profissão.

Lamentavelmente, é improvável, na atualidade a erradicação do trabalho infantil, porque a própria tem derivação do capitalismo. A luta de várias entidades envolvidas neste processo tem na sua frente muitos desafios que podem ser comparados como muros intransponíveis.

REFERÊNCIAS

APPEL, Nicolle Montardo. **O Assistente Social Inserido na Saúde Mental e suas estratégias de intervenção**. São Luís/Maranhão, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada e Temática. **Centros de Atenção Psicossocial e Unidades de Acolhimento como lugares da atenção psicossocial nos territórios**: orientações para elaboração de projetos de construção, reforma e ampliação de CAPS e de UA / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Especializada e Temática. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

BRAVO, Maria Inês de Souza. **Saúde e serviço social no capitalismo: fundamentos sócio-históricos**. – 1. ed. – São Paulo: Cortez, 2013.

ROSA, Lúcia Cristina dos Santos. **Saúde mental e serviço social**: o desafio da subjetividade e da interdisciplinariedade / Lúcia Cristina dos Santos Rosa,

Ivana Carla Garcia Pereira, José Augusto Bisneto; Eduardo Mourão Vasconcelos (org.). – 5.ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

CAPÍTULO 8

A REDE CUCA: UM ESTUDO SOCIODEMOGRÁFICO DE SUA CRIAÇÃO[1]

Estanislau Ferreira Bié[2]
Henrique Cunha Junior[3]

1. INTRODUÇÃO

A Rede Cuca foi uma iniciativa da Prefeitura Municipal de Fortaleza voltada a oferecer atividades socioeducativas, culturais, esportivas e de lazer para jovens entre 15 e 29 anos residentes em áreas periféricas da cidade na

1 A Rede Cuca é uma política pública da Prefeitura de Fortaleza, executada por meio da Secretaria Municipal da Juventude, que objetiva oferecer proteção social e oportunidades prioritariamente, jovens de 15 a 29 anos.

2 Docente pesquisador do Programa de Pós-doutoramento em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. Doutor e Mestre em Ciências da educação pela UNISAL. Cursou Especialização em Policiamento comunitário pela UFC; Segurança pública pela FATE, Ciências política sociedade e governo pela UVA/UNIPACE, Ciências da educação pela FACULDADE EVOLUÇÃO; História e cultura afro-brasileira e indígena pela FATE. Bacharela em Teologia pelo UNINTA e Bacharel Serviço Social pelo UNIBTA. Licenciatura em Ciências da religião pelo UNINTA; Licenciatura História pelo UNINTA; Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade KURIOS. Atualmente professor da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará – AESP/CE e oficial da Policial Militar do Ceará, lotado na 2ª CPG/ALECE.

3 Doutor pelo Instituto Politécnico de Lorraine - Nancy - França (1983). Mestre em História (DEA) Faculdade de Letras de Nancy- França (1981). Pós-doutoramento em Engenharia - Universidade Técnica de Berlin - Bolsista DAAD - do governo Alemão (1985). Livre Docente da Universidade de São Paulo (Título de Pós-doutoramento com tese e concurso público) (1993). Professor Titular da Universidade Federal do Ceará. (1994). Professor da Universidade de São Paulo (1984- 1994). Pesquisador Sênior e Chefe de Departamento - Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo - IPT (1987- 1995). Professor Titular da Universidade Federal do Ceará (1994- 2020). Professor Visitante da Universidade Federal da Bahia (2020). Leciona as disciplinas de graduação e Pós-graduação de: História dos Afrodescendentes; Urbanismo Africano; Bairros negros; Ciência tecnologia e Sociedade; Planejamento Energético. Pesquisa urbanismo Africano; Bairros negros; Educação da população negra; Tecnologias Africanas na Formação do Brasil. Orientou 30 teses de doutoramento e 50 mestrados. Trabalha com a teoria da Complexidade Sistêmica e a Transdisciplinaridade. Cursou Especialização em Cidades (2016). Tem Curso Técnico da Acupuntura na Mãos - (2016). Cursou Especialização em Projeto Arquitetônico Contemporâneo: Teoria e Pratica (Universidade Federal do Ceará - 2019 a 2022). Especialização em Paisagismo e Iluminação (UNYLEA- 2023-2024). Orientou 31 Teses de doutoramento nas áreas de Engenharia, Educação. Arquitetura e Urbanismo. Autor de Tear Africano - Contos - Autor de Espaço Público, Urbanismo e Bairros Negros - Editora Appris- (2020).

qual esses equipamentos eram precários ou inexistentes. Nessa relação o objetivo desse estudo é analisar os aspectos sociodemográficos que influenciaram na criação e implementação da Rede Cuca, bem como a Rede Cuca foi concebida e desenvolvida por meio de políticas públicas potencial efetivo de promover o desenvolvimento juvenil e reduzir desigualdades sociais. O motivo da escolha deste tema reside na relevância social e na importância estratégica da Rede Cuca como política pública voltada para a juventude. O Brasil enfrenta desafios significativos em relação à inclusão social, à educação e ao acesso a oportunidades para os jovens, especialmente aqueles que residem em áreas periféricas e de baixa renda. Dessa feita, o objetivo desse estudo focou em analisar os aspectos sociodemográficos que influenciaram na criação e implementação da Rede Cuca, bem como compreender seu impacto na comunidade jovem.

O estudo sociodemográfico da criação da Rede Cuca na cidade de Fortaleza é de suma importância e relevância por diversos motivos, destacando-se sua contribuição para o campo do conhecimento sobre políticas públicas voltadas para a juventude, bem como para a compreensão das dinâmicas sociais e demográficas em contextos urbanos periféricos. Investigar os aspectos sociodemográficos que influenciaram na sua criação proporciona um macrovisão sobre como as políticas públicas podem ser concebidas e implementadas de forma a atender necessidades específicas da população jovem, especialmente daqueles que residem em áreas periféricas e de baixa

renda, contribuindo ainda para uma melhor compreensão das dinâmicas sociais e demográficas dessas comunidades, permitindo identificar desafios, demandas e potencialidades orientadoras da elaboração e implementação de políticas públicas mais eficazes e inclusivas, com fito na boa governança. Ao analisar dados demográficos, como faixa etária, gênero, nível de escolaridade e situação socioeconômica da população jovem nos bairros atendidos pela Rede Cuca, é possível entender melhor as características e necessidades desse grupo populacional específico.

Destarte toda exposição, o problema de pesquisa ancorou em identificar quais as modificações sociodemográficas que a Rede Cuca produziu no contexto social da juventude da cidade de Fortaleza, concernente ao fomento de desenvolvimento humano e social. Isso implicou em uma análise sobre as mudanças nas características sociais e demográficas dos jovens que frequentam ou são impactados pela Rede Cuca após sua implementação. Dessa feita, partindo dessas premissas para assim compreender de forma sistêmica a representativa no meio social contemplado pela Rede Cuca como seus serviços interferiram na realidade social e demográfica, inferindo ainda sobre o espaço demográfico de sociabilidade no fomento a novas formas de interação social entre os jovens da faixa etária até 29 anos que no caso em epígrafe é o limite de contemplação etária da Rede Cuca, para assim tentar mensurar seus impactos e seus efeitos sobre a juventude contemplada pela ação da Rede Cuca.

Buscando uma linearidade na forma de organizar o que busca com o desenvolvimento da pesquisa, de modo geral buscou-se analisar as modificações sociodemográficas resultantes da implementação da Rede Cuca no contexto social da juventude da cidade de Fortaleza. Assim sendo, por meio de um refinamento na busca, de modo específico, buscou-se investigar o perfil sociodemográfico da população jovem nos bairros atendidos pela Rede Cuca, antes de sua implementação, comparar os dados sociodemográficos da juventude atendida pela Rede Cuca, identificando as mudanças mais significativas nesse contexto e investigar o envolvimento da juventude, destacando sua participação popular e processos de governança participativa. Cada um desses objetivos fornecerá uma base estrutural da qual permitiu uma abordagem abrangente e detalhada sobre as modificações sociodemográficas geradas pela Rede Cuca em Fortaleza.

A metodologia adotada para composição desse estudo foi baseada em uma abordagem mista, combinando métodos quantitativos e qualitativos para capturar de forma abrangente as modificações sociodemográficas resultantes da implementação da Rede Cuca no contexto social da juventude em Fortaleza. O fomento de uma triangulação de dados, combinando resultados quantitativos e qualitativos visou enriquecer a compreensão das modificações sociodemográficas produzidas pela Rede Cuca e assim garantir tanto a validade quanto a confiabilidade dos achados. De modo complementar a essa composição metodológica o estudo também foi alicerçado

por meio de pesquisa bibliográfica de viés documental, por ser esse um caminho natural e peremptório do conhecimento científico. O problema da pesquisa, em seu expediente, foi recoberto por meio de pesquisa descritiva uma vez que essa promove uma maior caracterização tanto do fenômeno quanto da população estudada, estabelecendo assim uma relação mais particularizada com as diversas variáveis que circunscrevem a questão norteadora.

2. A REDE CUCA E A TRANSVERSALIDADE SOCIODEMOGRÁFICA

Conforme pontuam Rigout e Maques (2017) um grande entrave que recai sobre a raio de ação da Rede Cuca em termos de perspectiva de atuação comunitária é o desconhecimento da comunidade assistida por ela assistida. Em razão disso, pontuam os autores que o desconhecimento do modo como acessar as atividades ofertadas fomenta uma barreira social a ser superada. Ainda de acordo com os autores, faz-se premente a necessidade de popularizar os meios de acesso aos equipamentos da Rede Cuca, sendo esse o passo inicial para que as comunidades que estão circunscritas aos equipamentos da Rede Cuca comecem a frequentá-los e assim possa dar início as transformações sociais oriundas das atividades ofertadas.

Visando traçar um perfil sociodemográfico dos jovens usuários dos serviços auferidos pela Rede Cuca, foi

realizado em 2017 um seminário sobre as políticas públicas para a juventude de Fortaleza, em razão dessa foi construído um relatório sintetizando uma cartografia da juventude da cidade, nos termos que propõe a seguinte métrica definidora da Rede Cuca:

> A Prefeitura Municipal de Fortaleza instituiu, por meio da Rede Cuca, toda a plataforma de projetos sociais mais relevantes para a juventude atualmente em execução nossa Capital. [...] jovens com idade entre 15 e 29 anos têm à disposição atividades esportivas, culturais, de lazer e de capacitação. [...] Conhecer melhor o perfil dos jovens certamente ajudará muito o nosso Município no planejamento e na formulação de novas políticas públicas e serviços que possam estar sintonizados com as demandas da juventude, permitindo mais acesso e maior engajamento. [...] Os dados revelam os enormes desafios que ainda estão por vir, mas apresentam também grandes esperanças com os resultados obtidos em relação aos jovens que são atendidos pelos projetos da Rede Cuca, que melhoram no rendimento escolar, nas suas habilidades emocionais e de socialização e, tocados por novas percepções, enxergam possibilidades de assegurar um futuro com mais dignidade e aproveitam as oportunidades para transformar seus sonhos em realidade. (RELATÓRIO SÍNTESE DA PESQUISA CARTOGRÁFICA DAS JUVENTUDES, 2017, p.4).

Consoante discorre Oliveira (2019, p.55) a geratriz de benefícios sociais parametrizados pelo implemento permanente da Rede Cuca, enquanto medida de intervenção social voltada a proteção e geração de oportunidade aos jovens fortalezenses, avoca e fomenta grande protago-

nismo juvenil voltados a garantia dos Direitos Humanos possibilitando uma mudança sociodemográfica tanto das realidades geográfica quanto da realidade social dos jovens habitantes da periferia da cidade de Fortaleza, nos termos que relata o seguinte:

> Outra intervenção realizada pela Prefeitura de Fortaleza é a Rede Cuca, na qual é uma rede de proteção social e oportunidades formada por três Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte (Cucas), que são mantidos pela Prefeitura de Fortaleza, por meio da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude. Geridos pelo Instituto Cuca, os Cucas Barra, Mondubim, Jangurussu, José Walter e Pici atendem, prioritariamente, jovens de 15 a 29 anos, oferecendo cursos, práticas esportivas, difusão cultural, formações e produções na área de comunicação e atividades que fortalecem o protagonismo juvenil e realizam a promoção e garantia de direitos humanos. Além disso, a Rede Cuca também visa trazer para a periferia de Fortaleza possibilidades e alternativas de fruição cultural por meio da realização de eventos estratégicos, festivais, mostras, exposições e programação permanente de shows, espetáculos e cinema.

Conforme conjectura Vasconcelos (2018) as políticas sociais voltadas ao desenvolvimento técnico e profissional de jovens, como a caso da Rede Cuca revelam uma conexão importante entre questões políticas e sociais, despertando o interesse em compreender seu funcionamento, uma vez que, direcionado à juventude da periferia de Fortaleza avoca grandes transformações em perspectiva sociodemográfica. Nessa acepção, a cidade

de Fortaleza se destacada como uma das mais perigosas do Brasil e do mundo, a nível Brasil ocupando a 12ª posição e em nível internacional a 31ª posição, conforme uma pesquisa internacional da Organização das Nações Unidas sobre violência nos países. Corroborando, em razão disso que sua implementação ocorresse estrategicamente em zonas periféricas com os índices de violência mais densos.

Em função disso, Carmerino (2020, p.49-50) esclarece por meio de uma pesquisa sociodemográfica sobre a juventude de Fortaleza em função das políticas públicas de melhoria qualidade social da juventude, citando de forma particularizada a Rede Cuca em razão de fundamentalidade no tocante a transformação social. A autora ainda traz a luz uma estatística sobre a juventude da cidade, caracteriza por meio da Cartografia da Juventude (2017) revelando o seguinte:

> Assim, falar sobre juventude implica em compreendê-la na sua multiplicidade e pluralidade, de forma contextualizada a condições de gênero, classe social e território de pertencimento e nos diferentes modos que isso imbrica ao vivenciar a juventude. [...] Considerando os dados expostos na Cartografia da Juventude (2017), o público juvenil de Fortaleza foi apresentado equilibradamente dividido por gênero, com uma margem superior feminina (53% a 47%), e predominantemente pardo ou preto (71,4%), com apenas 1/5 identificando-se enquanto branco. No tocante à escolaridade, 66,3% de jovens afirmam não estudar atualmente, sendo que, desses, 33,7% informaram possuir o Ensino Médio completo e,

> infimamente, 1,5% terem concluído o Ensino Superior. Entre os motivos apresentados para essa diferença estão a prática laboral, gravidez, a perda de interesse e a falta de condições para pagar a mensalidade escolar (9,1% dos jovens pesquisados declarou ter estudado em escolas particulares). Dos 90,9% de jovens que relataram ter estudado em escolas públicas, apenas 1% informou ter estudado em tempo integral. No mundo do trabalho, 63,8% dos jovens relataram ter tido sua primeira experiência entre os 15 e os 19 anos. Dos jovens que afirmaram trabalhar no momento (34,8% dos entrevistados), apenas 39,9% o fazem sob a garantia legal de uma carteira de trabalho assinada. Quando se detêm a análise sobre o perfil familiar, vê-se que a maioria (97,3%) reside com a família, em grupos formados por 4 a 6 pessoas (50,6%), beneficiárias do Bolsa Família (38,5%) e auto identificadas como classe média baixa (42,2%).

Aprofundando a inserção social protagonizada pela Rede Cuca na periferia da cidade de Fortaleza, revelando uma percepção do papel fundamental que essa instituição de fomento cultural e social pode desempenhar em contextos urbanos vulneráveis, exclama Vasconcelos (2018, p.223) da seguinte forma:

> Durante muitos anos, não se teve no Brasil uma política voltada para os jovens que atendessem os seus anseios e as necessidades, mesmo sendo eles uma parcela considerável da população brasileira. Assim, foi observado pelo poder público, a urgência de se implementar políticas públicas voltadas para esse segmento da população, considerando ser obrigação do Estado brasileiro, de forma intransferível, cuidar, incentivar e

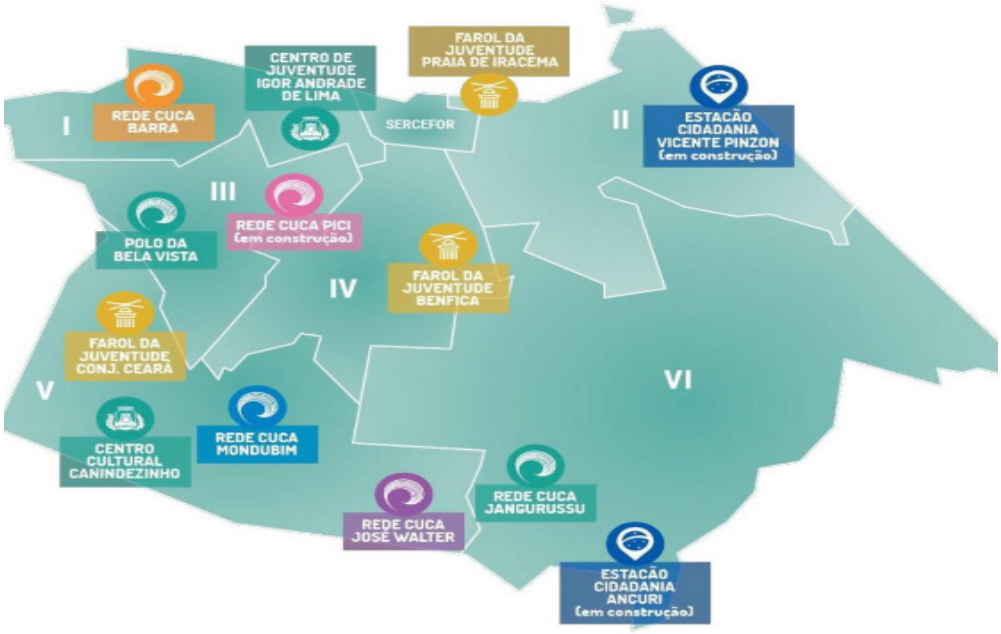
> promover a cultura em nosso país, de maneira democrática e como forma de inclusão cultural. Postas essas questões, tivemos que fazer algumas correlações entre temas para entender como ocorreu o surgimento do Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte–Cuca [...], na cidade de Fortaleza, voltado para o segmento jovem e como o mesmo funciona, quais as suas atribuições, além de traçar um perfil de quem é o seu público, levando em conta classe, sexo, bairro de origem, entre outras questões. Assim, podemos concluir que mesmo [...] sendo um equipamento criado para atender os jovens carentes de Fortaleza, ele acaba também por chamar a atenção de jovens universitários ou de classe média que o procuram para desenvolver as atividades que lá são ofertadas. Na nossa análise, destacamos que os jovens frequentadores [...] são, em sua grande maioria, pessoas do sexo masculino, principalmente aquelas que se encontram na faixa etária de 15 a 22 anos, e que estão concluindo o ensino médio, diminuindo a participação nas faixas etárias acima de 23 anos. Ou seja, verifica-se uma diminuição no número de matriculados devido ao índice de jovens que morrem em acidentes ou estão ligados à marginalidade, ou ainda, os que têm que trabalhar, até porque, após essa idade muitos já estão inseridos no mercado de trabalho e, por isso, dispõem de pouco tempo livre para exercer alguma atividade cultural.

De acordo com o relatório síntese da pesquisa Cartografia das Juventudes - O que os jovens contam (2017), Fortaleza, como uma das maiores cidades do Brasil, enfrenta desafios e oportunidades únicas quando se trata

de sua população jovem. Com mais de 730 mil jovens, representando cerca de 30% da população total da cidade, é evidente que a juventude desempenha um papel crucial no tecido social e econômico da capital cearense. Essa demografia dinâmica e significativa demanda uma abordagem proativa e inclusiva por parte das políticas públicas, especialmente aquelas voltadas para a juventude. A Rede Cuca emerge como uma resposta tangível a essa necessidade, sendo o maior projeto de juventude da cidade. Sua localização estratégica nos bairros onde a maioria dos jovens está concentrada, cerca de 400 mil, demonstra um entendimento profundo das dinâmicas socioeconômicas locais. Ao situar-se em áreas com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a Rede Cuca direciona seus esforços para atender aqueles que muitas vezes enfrentam desafios mais prementes em termos de acesso a oportunidades educacionais, culturais e sociais.

Relatado isso, abaixo encontra-se disposta uma figura que pontua a disposição geográfica dentro da cidade de Fortaleza a distribuição da Rede Cuca, sendo que, conforme exposição supracitada no decurso textual, tal disposição ocorreu com base em múltiplas variáveis como IDH, manchas criminais das quais decorrem elevados índices de violência e dominação de organizações paraestatais, além de acesso a serviços públicos como projetos sociais.

Figura 1 – Distribuição Espacial da Rede Cuca na Cidade de Fortaleza.

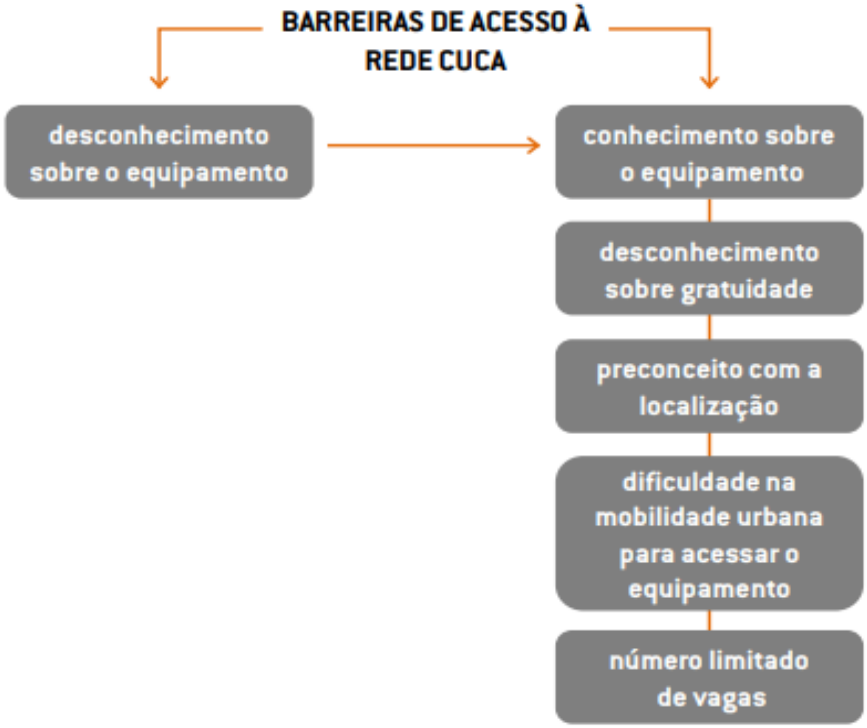


Fonte: Instituto Cuca, 2024

De acordo com Marques (2017), embora a Rede Cuca ofereça uma ampla variedade de oportunidades e serviços gratuitos, muitas pessoas concordam que fazer o primeiro acesso e começar a frequentar esses espaços requer superar algumas barreiras. Essas barreiras são percebidas tanto por aqueles que não estão familiarizados com a Rede Cuca quanto por aqueles que a conhecem, mas ainda não a frequentam regularmente. Ainda de acordo com autor uma das principais dificuldades que os jovens e membros da comunidade enfrentam ao considerar frequentar um Cuca é a falta de conhecimento sobre o próprio equipamento. Isso inclui entender do que se trata o espaço, quais atividades podem ser realizadas lá dentro, para qual público é direcionado, como funcio-

na em termos de horários de funcionamento, entre outras informações relevantes. Essa falta de familiaridade pode ser uma barreira significativa para aqueles que poderiam se beneficiar das oportunidades oferecidas pela Rede Cuca, mas que não têm uma compreensão clara do que o espaço. Dessa feita, abaixo está descrita uma figura contendo as principais barreiras com mais detalhes.

Figura 2 – Barreiras de acesso a Rede Cuca.



Fonte: Marques, 2017, p.18.

Ao passo que descreve sobre a fundamentalidade da ação da Rede Cuca, Alves (2014), exclama que desempenha um papel fundamental no desenvolvimento social e cultural da população jovem, oferecendo um ambiente seguro e enriquecedor para o crescimento tanto individual quanto coletivo. Descreve ainda que muitas vezes,

os jovens de comunidades carentes enfrentam barreiras de acesso à educação e à cultura, sendo que nesse sentido a presença da Rede Cuca ajuda a reduzir essas disparidades, oferecendo oportunidades de crescimento e desenvolvimento que, de outra forma, poderiam ser inacessíveis. Em razão disso, a Rede Cuca desempenha um papel crucial no desenvolvimento social e cultural da população jovem, oferecendo um ambiente inclusivo e enriquecedor onde os jovens podem aprender, crescer e se expressar. Seu impacto vai além do individual, contribuindo para a construção de comunidades mais vibrantes, seguras e resilientes.

Nessa acepção, conforme relata Carmerino (2020) a política pública de Juventude em Fortaleza, notadamente representada pelo trabalho desenvolvido pela Rede Cuca, demonstra um compromisso genuíno com o reconhecimento e a valorização da diversidade da juventude. Essa abordagem se reflete no acolhimento das diversas demandas apresentadas pelos jovens, abrangendo uma variedade de áreas e questões, e reconhecendo a interconexão e interdependência entre elas. Em outras palavras, a política pública não apenas reconhece a multiplicidade de experiências e necessidades dos jovens, mas também busca compreender e abordar as complexas interações entre diferentes influências que afetam suas vidas. Essa abordagem transversal e inclusiva é fundamental para garantir que os serviços e programas oferecidos pela Rede Cuca atendam efetivamente às necessidades e aspi-

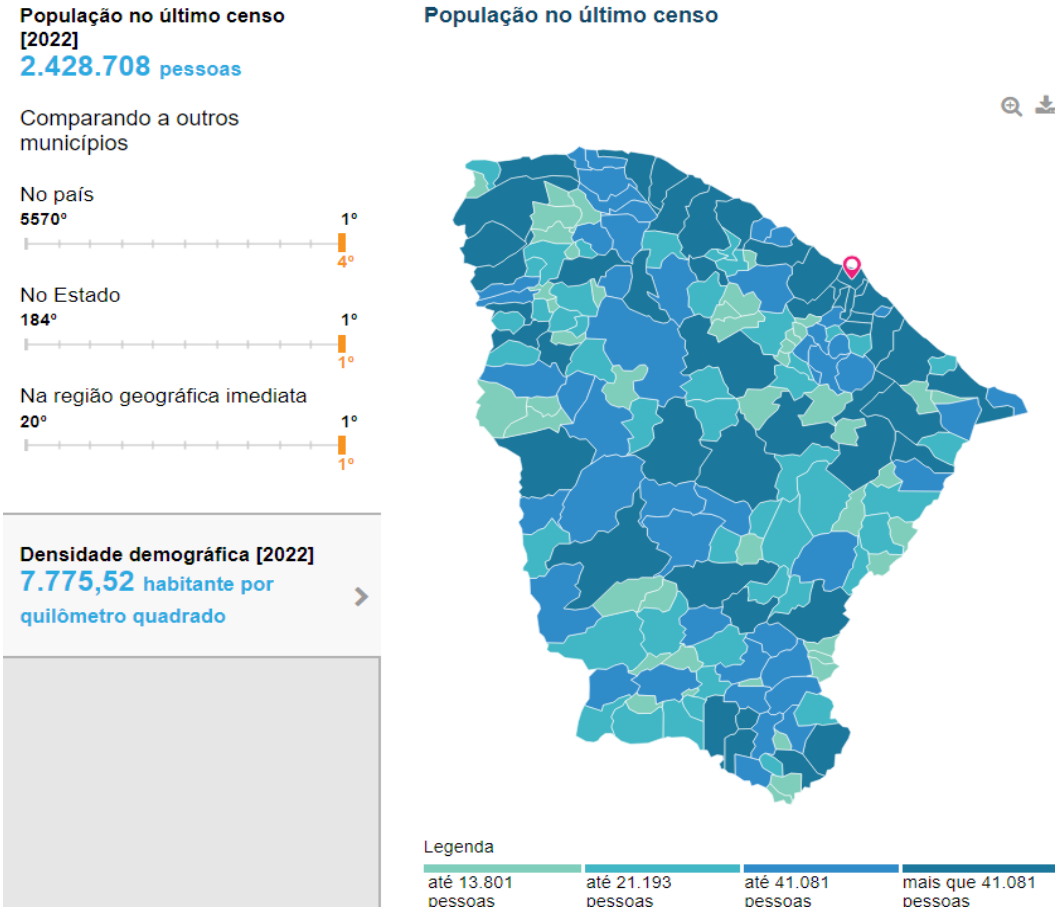
rações de todos os jovens da cidade.

Ainda de acordo com Marques (2017), nos bairros de Fortaleza onde a Rede Cuca está presente, os centros se destacam como uma representação tangível do envolvimento do poder público. Nas áreas próximas aos equipamentos, a comunidade vivencia melhorias urbanas, como a ampliação de ruas e o aumento da iluminação pública, que contribuem para uma sensação de segurança mais robusta, diretamente relacionada ao ambiente urbano. Quando algum equipamento da Rede Cuca consegue conquistar a confiança dos jovens e cultivar neles sentimentos de acolhimento e inclusão, isso marca o início de um processo crucial. Esse processo permite que esses jovens deem os primeiros passos em direção ao desenvolvimento profissional e se distanciem de situações de risco e vulnerabilidade.

Consoante a isso, vale pontuar a densidade demográfica da cidade de Fortaleza, de acordo com o IBGE (2024), uma vez que isso mostra o alcance e a complexidade de implantação de uma política pública de inclusão e desenvolvimento social tão necessária quanto a Rede Cuca que oferece um caminho que possibilita que os jovens comecem a trilhar sua jornada em direção ao crescimento profissional e se afastem de circunstâncias que representam risco ou vulnerabilidade. Dito isso, basilado no último censo, abaixo encontra-se disposta uma imagem que revela a densidade demográfica da cidade de Fortaleza a qual mostra um quantitativo habitacional de

aproximadamente 2.428.708 e uma densidade demográfica de aproximadamente 7.775,52 habitantes por quilometro quadrado.

Figura 3 – Densidade demográfica da Cidade de Fortaleza.



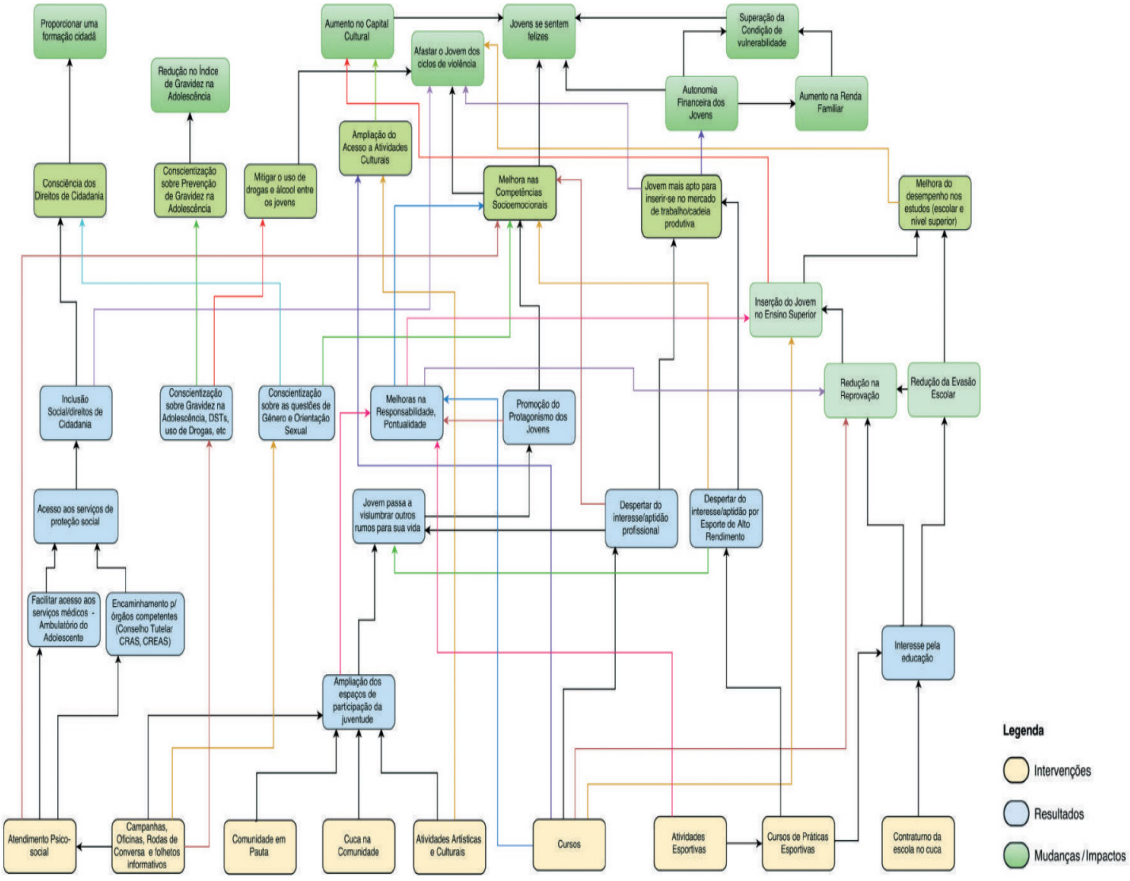
Fonte: IBGE, 2024

Para Rodrigues (2023) é compreensível que a realidade atual no Brasil seja fortemente influenciada por fatores socioeconômicos, resultando em disparidades sociais evidentes, onde nem todos têm acesso às mesmas oportunidades. No entanto, é plausível que políticas públicas, como a Rede Cuca, busquem engajar os jovens das áreas periféricas por meio de uma variedade de proje-

tos e programas sociais. Nesse contexto, o protagonismo social está relacionado ao esforço individual combinado com contribuições coletivas, sendo essencial que diferentes setores da sociedade incentivem e apoiem a implementação de políticas públicas municipais que visem garantir e promover programas voltados para o bem-estar da população.

Partindo do entendimento de Gomes (2020), no qual as interações sociais e as expressões culturais desempenham um papel essencial na promoção do protagonismo social. Esse fenômeno se manifesta quando os programas e iniciativas sociais são elaborados levando em consideração as cinco dimensões da mediação da informação: dialógica, estética, formativa, ética e política. Ao integrar essas dimensões, é possível criar um ambiente propício para o desenvolvimento do protagonismo social, onde os indivíduos são capacitados a assumir papéis ativos e influentes na sociedade. Em última análise, essa abordagem abrangente não só fortalece a participação cívica, mas também contribui para a construção de comunidades mais inclusivas e empoderadas, sendo essas fomentadas na caracterização social da Rede Cuca. Constrito a isso, motivado por uma política pública de transformação social como a Rede Cuca, abaixo está disposto um fluxograma das mudanças sociodemográficas parametrizadas na vida dos jovens atendidos pela Rede Cuca.

Fluxograma 1 – Mudanças sociodemográficas na vida dos jovens atendidos pela Rede Cuca.



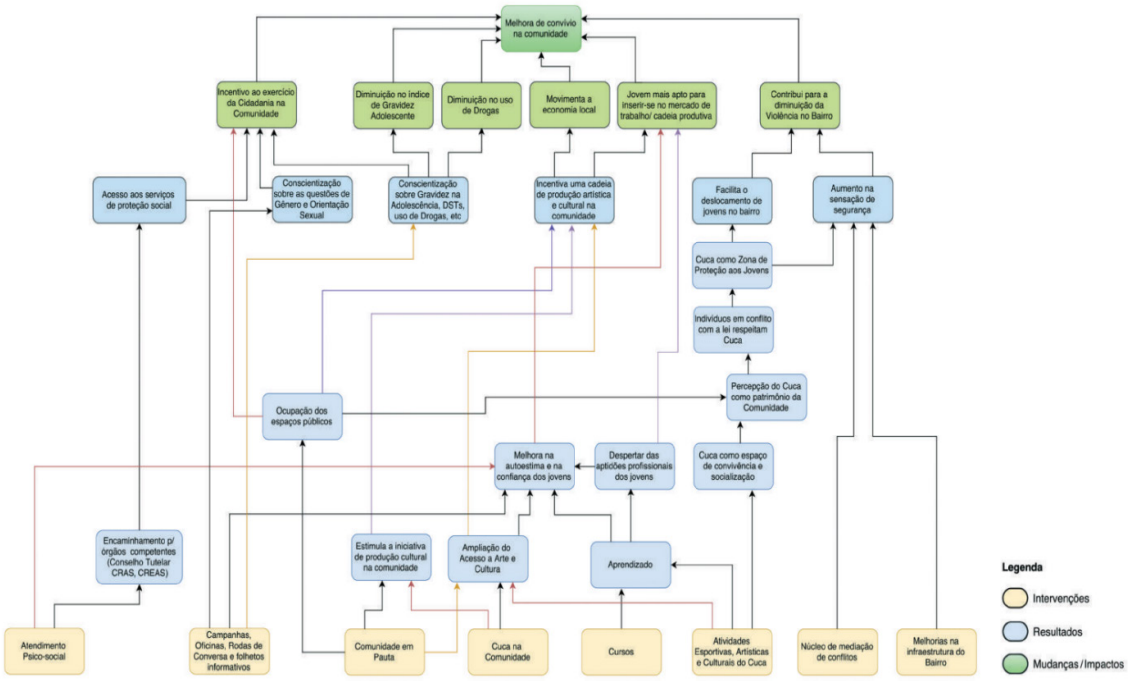
Fonte: Rigout e Marques (2017, p.40)

Assente ao entendimento de Rodrigues (2023), ao abordar temas como fortalecimento da justiça e inclusão social, a autora destaca a importância da mediação da informação como um impulsionador do protagonismo social. Essa perspectiva ressalta o papel fundamental da disseminação de informações e conhecimentos na capacitação dos indivíduos para assumirem um papel ativo na sociedade. Um exemplo concreto desse princípio pode ser observado no trabalho realizado pela Rede Cuca. Através da execução e planejamento de seus programas e projetos, a Rede Cuca busca garantir os direitos da juventude,

demonstrando um compromisso humanitário ao facilitar o acesso à informação e promover a participação ativa dos jovens. Ao adotar essas práticas mediadoras da informação, a Rede Cuca contribui significativamente para capacitar cada jovem a se tornar um membro efetivo de uma sociedade mais justa e igualitária.

Corroborado por essa busca harmônica, a Rede Cuca realiza não apenas transformações individuais, mas também age na coletividade, uma vez que também produz mudanças nas comunidades por ela atendida. Em razão disso, abaixo encontra-se disposto um diagrama de fluxo relativo as mudanças que a Rede Cuca promove nas comunidades e periferias onde seus equipamentos estão instalados.

Fluxograma 2 – mudanças sociodemográficas nas comunidades atendidas pela Rede Cuca.



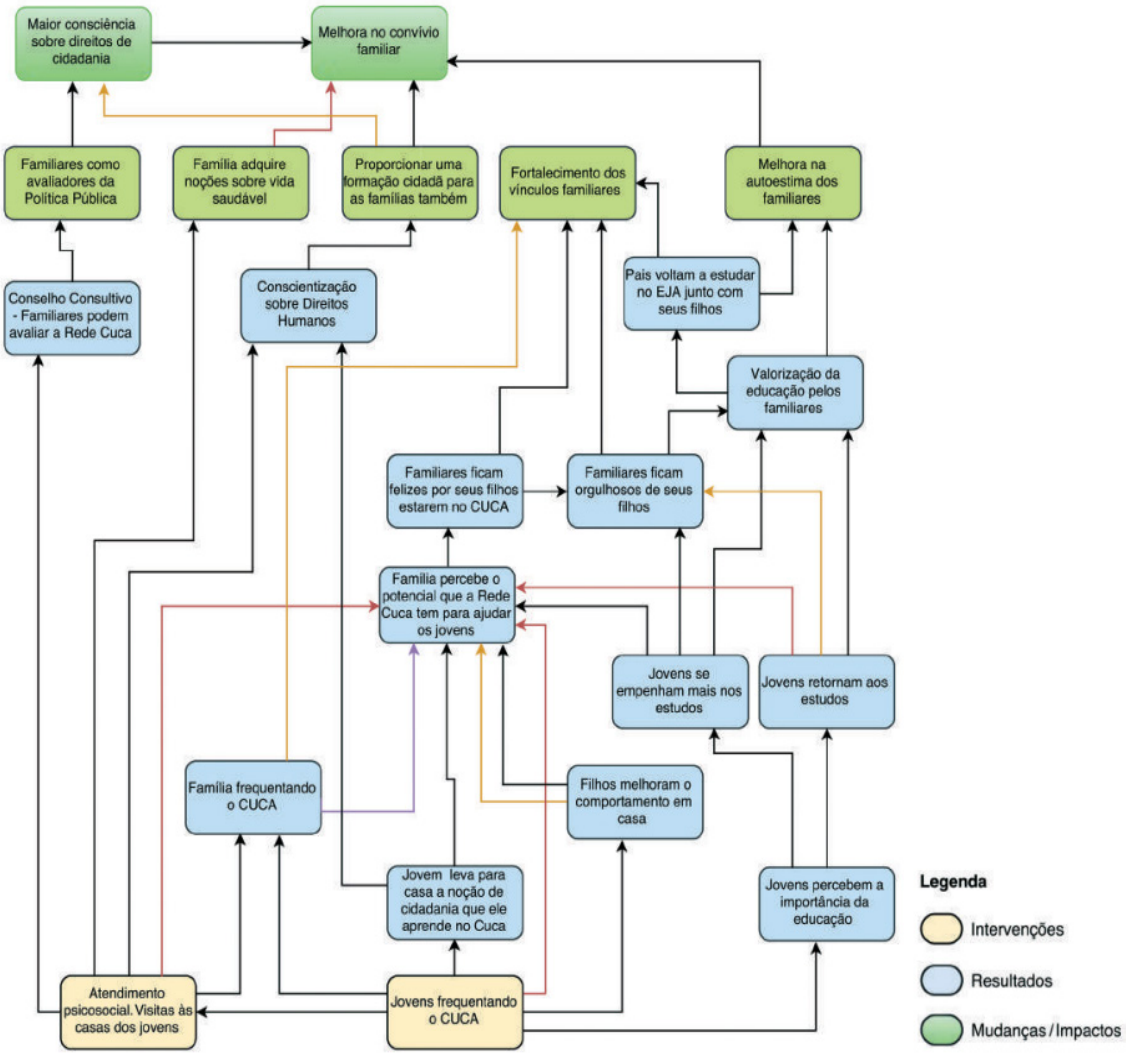
Fonte: Rigout e Marques (2017, p.41)

Acordante a tessitura de Rodrigues (2023), o protagonismo social pode ser fomentado e fortalecido por meio de políticas públicas que priorizem a participação cidadã, a criação de espaços de diálogo e o acesso à informação. Essa abordagem é claramente visível nos espaços oferecidos pela Rede Cuca. Através de uma variedade de atividades educativas, culturais e esportivas, os jovens encontram um ambiente propício para expressar suas identidades, explorar seus interesses e serem ouvidos e acolhidos. Além disso, esses espaços proporcionam uma oportunidade valiosa para os jovens compreenderem seus direitos e deveres como cidadãos plenos. A educação desempenha um papel crucial nesse processo, pois desde a infância, é essencial que os ensinamentos promovam o pensamento crítico, a criatividade e o engajamento social. Essas habilidades não apenas capacitam os jovens a se tornarem protagonistas em suas próprias vidas, mas também têm o potencial de fortalecer as interações familiares e contribuir para uma sociedade mais participativa e inclusiva.

Proporcionalmente a expositiva, Marques (2017) revela que tanto familiares quanto os próprios jovens reconhecem os impactos positivos do envolvimento em atividades esportivas e cursos oferecidos pela Rede Cuca no campo da educação, seja no âmbito da educação e desenvolvimento socia. Em geral, observa-se uma melhoria significativa no comprometimento e na responsabilidade em relação aos estudos, na disciplina, na pontualidade e no desejo de alcançar um melhor desempenho

na educação formal. Essa mudança de comportamento é resultado, principalmente, de uma transformação na percepção da realidade social, enquanto descobertas de suas potencialidades, na qual os jovens passam a compreender melhor a importância de melhorar seus níveis de conhecimento.

Fluxograma 3 – Mudanças sociodemográficas nas famílias atendidas pela Rede Cuca.



Fonte: Rigout e Marques (2017, p.42)

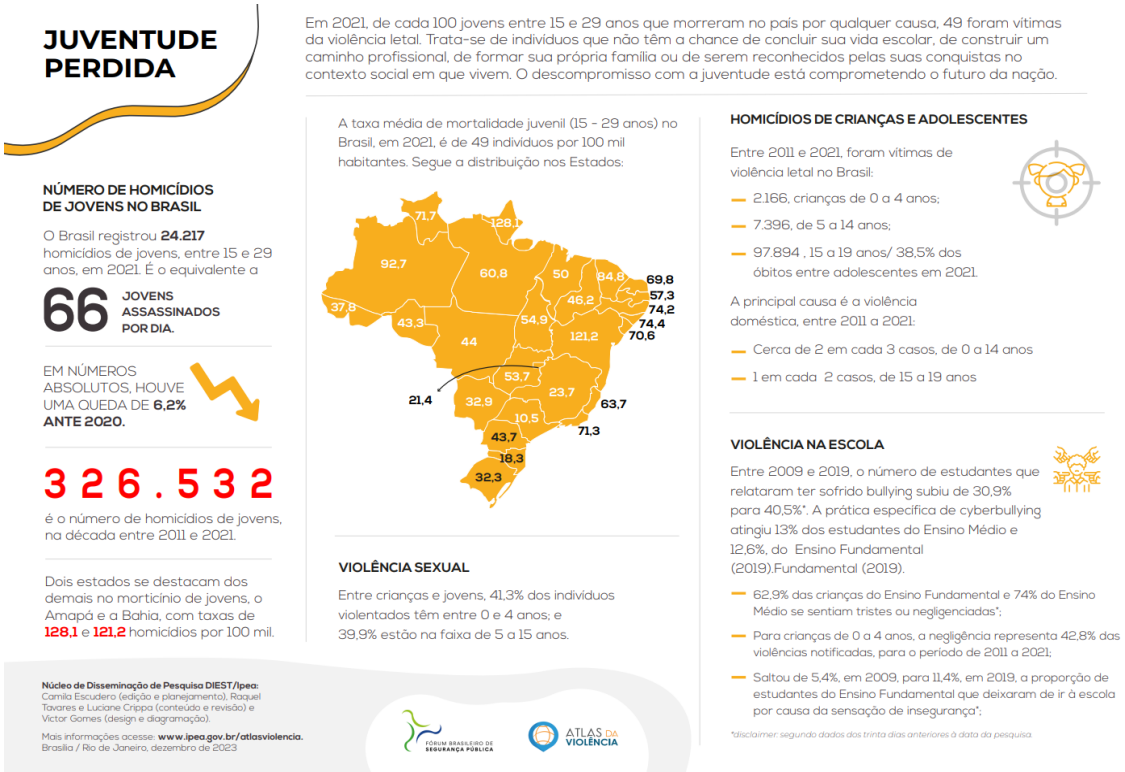
Esse cenário impacta diretamente o ambiente familiar, onde podem ocorrer mudanças significativas quando o jovem passa a adquirir confiança em si mesmo e em suas capacidades. À medida que ele se envolve em atividades na Rede Cuca e alcança um bom desempenho, essa autoconfiança é fortalecida, permitindo que ele desconstrua a percepção negativa que a família pode ter sobre ele.

Gadelha (2023) parte da discussão sobre a relação entre Estado/governo e cidadania/cidadãos e avançando em direção a um modelo de sociedade democrática progressista, destacamos a importância da implementação de políticas públicas em várias frentes para garantir e defender os direitos sociais/humanos. Reconhecemos a necessidade de intervenções para alcançar uma utopia social, considerando que a estrutura atual da sociedade é moldada pelo sistema capitalista. Ao focarmos nas necessidades da implementação de políticas públicas, percebemos que estas não apenas buscam reparar injustiças passadas, ainda presentes, mas também promovem uma formação crítica e reflexiva dos cidadãos, especialmente no que diz respeito ao acesso à educação pública, gratuita e de qualidade.

De acordo com o Atlas da Violência (2024) em 2021, de cada 100 jovens entre 15 e 29 anos que morreram no país por qualquer causa, 49 foram vítimas da violência letal. Trata-se de indivíduos que não têm a chance de concluir sua vida escolar, de construir um caminho profissional, de formar sua própria família ou de serem

reconhecidos pelas suas conquistas no contexto social em que vivem. O descompromisso com a juventude está comprometendo o futuro da nação. Esses jovens, ceifados pela violência, são privados da oportunidade de concluir sua educação, de construir uma carreira profissional sólida, de formar suas próprias famílias e de contribuir com suas realizações para o tecido social em que estão inseridos. É essencial compreender que a juventude é um ativo fundamental para qualquer sociedade, representando não apenas o presente, mas também o futuro. Investir na proteção e no desenvolvimento integral dos jovens não é apenas uma questão moral, mas também uma estratégia imperativa para garantir um crescimento sustentável e inclusivo.

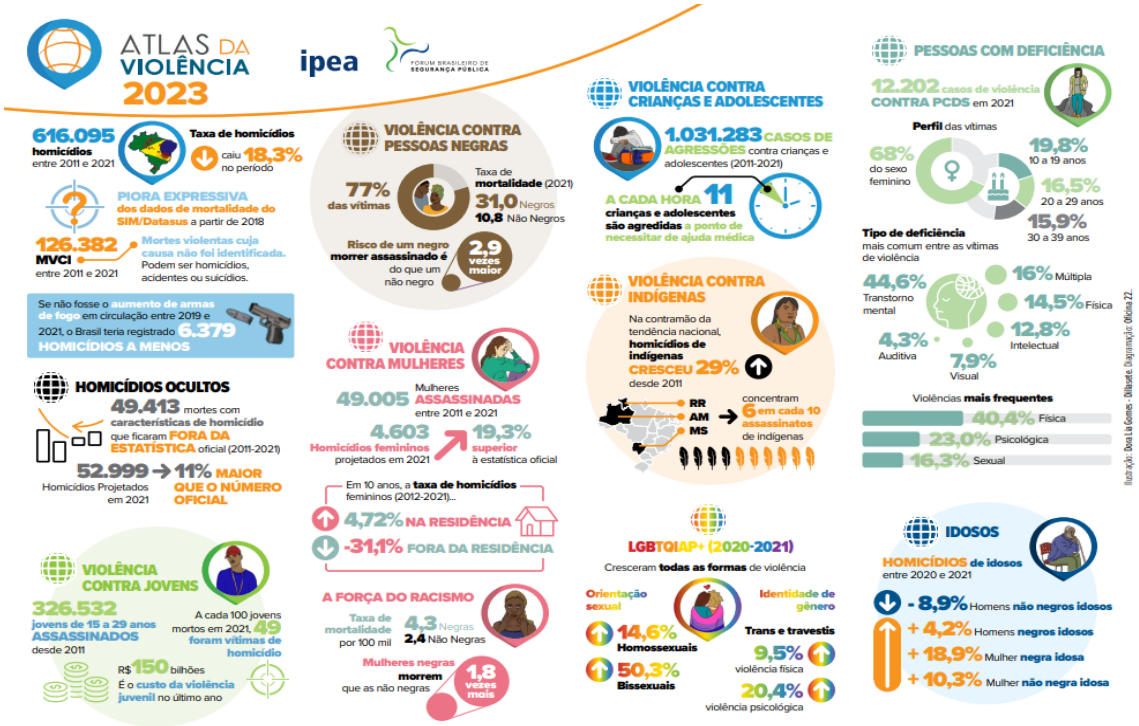
Figura 4 – Disseminação da violência na juventude.



Fonte: Altas da Violência, 2024.

Nessa acepção, a violência mostra ser uma variável deveras preocupante. Por meio do Atlas da Violência (2023) foi possível constatar uma multiplicidade que pode recair sobre os jovens. Ao reconhecer e abordar as causas subjacentes da violência letal entre os jovens, como a falta de acesso a oportunidades, desigualdades socioeconômicas e a presença de grupos criminosos, podemos começar a construir um futuro mais promissor para a juventude e, consequentemente, para o país como um todo. A priorização da juventude não apenas salva vidas, mas também é fundamental para a construção de uma nação mais justa, próspera e resiliente. Em razão disso, abaixo foi explicitada uma figura relativa à multiplicidade de violência de incide sobre os jovens, independente de identificação étnico-racial ou de gênero.

Figura 5 – Multivariedade da violência incidente sobre jovens.



Fonte: Altas da Violência, 2023.

De forma equipolente, ainda conforme os ensinamentos de Marques (2017), versa que a implantação dos equipamentos da Rede Cuca em bairros caracterizados por uma significativa vulnerabilidade social já promoveu uma mudança perceptível no ambiente local. As melhorias urbanas associadas à instalação desses equipamentos, como a pavimentação de vias, a instalação de iluminação pública, a canalização de córregos e a limpeza das áreas circundantes, não apenas elevaram a autoestima dos residentes das comunidades vizinhas, mas também influenciaram positivamente a sensação de segurança entre aqueles que vivem ou transitam na região. No entanto, é importante destacar que o aumento da sensação de segurança não significa necessariamente que as raízes da violência tenham sido abordadas pela instalação dos equipamentos da Rede Cuca. Esse sentimento é amplamente compartilhado por membros das comunidades, pelos pais dos jovens frequentadores e pelos próprios jovens, evidenciando a necessidade de uma abordagem mais abrangente para lidar com as questões subjacentes à violência nessas áreas.

Resignado pelos ensinamentos de Sousa (2019) no tocante as políticas públicas buscam que fomentar a participação juvenil por meio de modelos pré-estabelecidos, há o risco de limitar a autonomia dos jovens, uma vez que sua atuação fica restrita aos aspectos técnicos definidos por organizações, projetos e políticas governamentais. Nesse contexto, a participação social dos jovens muitas vezes é encarada como um mecanismo de ajuste

e integração individual, onde o jovem se vê como o único responsável por garantir sua própria inserção em uma sociedade que não oferece segurança ou garantias. O equipamento público de juventude, que se destaca como uma referência na capital e no estado, opera com base no paradigma do protagonismo juvenil. É interessante observar como a política de juventude influencia a forma como os jovens pensam e percebem a realidade ao seu redor. No entanto, é importante considerar que o estímulo ao protagonismo juvenil deve ser acompanhado por um ambiente que promova a liberdade, a criatividade e a capacidade dos jovens de influenciar ativamente as decisões que afetam suas vidas, ao invés de apenas seguir modelos pré-definidos.

De acordo com Medeiros (2021), para gerir os Centros Culturais, foi instituído o Instituto CUCA, uma Organização Social sem fins lucrativos que presta serviços à Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude. Essa coordenadoria, vinculada à administração municipal de Fortaleza, é encarregada do desenvolvimento e coordenação de políticas públicas voltadas para jovens, visando garantir direitos e promover a cidadania. Seu foco principal está nas áreas mais carentes da cidade, identificadas pelo baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). No contexto da Rede CUCA, conforme estabelecido pela Prefeitura, o objetivo é expandir a presença desses centros, buscando estabelecer um CUCA em cada regional do município, o que ampliaria consideravelmente o alcance e o impacto da Rede.

No âmbito da segurança, Rigout e Marques (2017) relatam ser inegável que o impacto positivo da Rede Cuca na redução da violência nos bairros onde estão localizados é consideravelmente limitado. Embora os Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte tenham desempenhado um papel claro no desenvolvimento das comunidades, a presença e atividade de facções criminosas nessas áreas prejudicam significativamente a sensação de segurança tanto dentro quanto fora dos equipamentos da rede. Embora esse resultado não seja surpreendente, é crucial ressaltar que os efeitos esperados da atuação da Rede Cuca na percepção de segurança devem ser compreendidos como limitados. A presença de facções criminosas exerce uma influência substancial na dinâmica de segurança local, eclipsando, em muitos casos, os esforços e recursos investidos. Em razão dessa constatação, abaixo foi explicitada uma figura relativa à multiplicidade de violência de incide sobre os jovens, independente de identificação étnico-racial ou de gênero.

3. CONCLUSÃO

Ao reconhecer a importância das diversas relações que os jovens estabelecem com a cidade, como as oportunidades que ela oferece, o acesso aos direitos e o respeito à diversidade, senti a necessidade de aprofundar meu entendimento sobre o assunto e refletir sobre ele. Isso me levou a buscar produzir conhecimento de forma coletiva e dialógica para e com a cidade de Fortaleza.

Dessa forma, minhas preocupações abrangiam questões relacionadas às diferentes experiências das juventudes, às políticas públicas destinadas a garantir seus direitos, à dinâmica urbana e às diversas interações que ocorrem no cotidiano, especialmente as narrativas significativas que emergem desses encontros. Ao direcionar meu foco para a Rede Cuca, evitei adotar uma visão preconcebida e superficial, reconhecendo a importância de compreender o contexto e as realidades locais.

Ao compreender a relevância das diversas conexões que os jovens estabelecem com o ambiente urbano, como as oportunidades disponíveis, o acesso aos direitos e a valorização da diversidade, senti a necessidade de aprofundar minha compreensão sobre o tema e refletir sobre suas implicações. Isso me motivou a buscar a construção de conhecimento de maneira colaborativa e aberta, em diálogo constante com a comunidade de Fortaleza. Dessa maneira, minhas preocupações englobavam uma série de questões relacionadas às experiências variadas das diferentes camadas jovens, às políticas públicas voltadas para a garantia de seus direitos, à dinâmica urbana e às interações cotidianas, especialmente as histórias e narrativas significativas que surgem desses encontros. Ao concentrar minha atenção na Rede Cuca, procurei evitar adotar uma visão simplista ou pré-concebida, reconhecendo a importância de compreender profundamente o contexto local e as realidades específicas que moldam a vida dos jovens em Fortaleza.

Um estereótipo sobre o perfil do jovem participante

ou frequentador da Rede Cuca se destacava, caracterizando-o como residente da periferia e vulnerável socialmente. No entanto, essa visão simplista não resistiu à imersão no campo, às interações e às conversas. Foi possível perceber que dentro dos Cucas, havia uma diversidade de movimentos entre as juventudes, com fluxos que se entrelaçavam e formavam um panorama de possibilidades. Isso também implicou em direcionar o olhar para as atividades que ocorriam em diversos bairros da cidade, onde os jovens desempenhavam papéis ativos e articuladores. Esse cenário revela a importância da existência dos Cucas, a ausência de espaços de lazer nas periferias urbanas e a relação intrínseca com o espaço público, destacando a necessidade de acesso equitativo e o direito à cidade para todos os jovens.

A escolha de explorar a Rede Cuca como objeto de interesse para pesquisa surge da necessidade de compreender como esses espaços públicos são concebidos e operam, especialmente diante dos desafios de vulnerabilidade e violência enfrentados pelos jovens na capital cearense. Ao investigar a estrutura e as propostas desses equipamentos, busca-se também entender como eles podem contribuir para garantir os direitos dos jovens de Fortaleza, oferecendo espaços e programas alinhados com suas necessidades e demandas. É importante ressaltar que, dada a grandeza da capital cearense, com seu número significativo de equipamentos e a diversidade dos jovens que ali residem, é impossível abordar todas as facetas das juventudes e suas demandas de forma abran-

gente. No entanto, o planejamento e a implementação da Rede Cuca representam passos significativos em direção a políticas públicas mais eficazes para a juventude de Fortaleza.

Ao considerar o foco apresentado e, em particular, os desafios envolvidos, destacamos o interesse em explorar a Rede Cuca como objeto de pesquisa, um espaço que suscita questionamentos e busca por entendimento sobre seus propósitos, implementações, contradições e potenciais em uma cidade como Fortaleza. Nosso interesse em investigar esse campo específico é motivado pela percepção da Rede Cuca como parte integrante da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude da Prefeitura de Fortaleza. A Rede Cuca emerge como um espaço significativo e distinto que aborda as demandas dos jovens, as iniciativas do Poder Público e as interações entre diferentes atores em tais territórios urbanos. Essa abordagem visa compreender não apenas o funcionamento da Rede Cuca, mas também sua relevância na promoção do bem-estar e do desenvolvimento dos jovens e da cidade como um todo.

Nas áreas da cidade onde as construções predominantemente horizontais ainda prevalecem, os Cucas se destacam visualmente nos bairros da Barra do Ceará, Mondubim, Jangurussu e Pici. Esses equipamentos estão estrategicamente localizados nas regiões administrativas I, V, VI, VIII e XI, respectivamente, abrangendo áreas com um total de 15 (Regional I), 18 (Regional V), 27 (Regional VI), 9 (Regional VIII) e 14 (Regional XI) bairros. No en-

tanto, a ausência de equipamentos em outras regiões da cidade evidencia a necessidade de expandir ainda mais a Rede Cuca, garantindo uma cobertura mais abrangente e equitativa em toda a cidade.

Diante de todo o exposto fica positivado o tangenciamento dos objetivos da pesquisa uma vez que foi possível circunscrever as perspectivas sociodemográficas de forma direta e indireta sobre a fundamentalidade da Rede Cuca no tecido social da cidade de Fortaleza. Dessa feita o problema da pesquisa foi resolvido, uma vez que se analisar as modificações sociodemográficas resultantes da implementação da Rede Cuca no contexto social da juventude da cidade de Fortaleza mostrando ainda o protagonismo atuante com o qual transforma a realidade de seus participantes, estendendo-se as famílias e por fim alcançando a comunidade circunscrita ao equipamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Nágela Raposo; BARBALHO, Alexandre Almeida. **A política pública para juventude em Fortaleza**. Conhecer: debate entre o público e o privado, v. 4, n. 12, p. 126-145, 2014.

ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra; ELOY, Halana Rodrigues Freire. **Qualificação Profissional: Para além da profissionalização, uma perspectiva social**. Revista Produção e Desenvolvimento Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Brasil ISSN-e: 2446-9580

Periodicidade: Frecuencia continuavol. 2, núm. 1,

2016.

CAMERINO, Larissa de Almeida Morais**. Políticas de atendimento a adolescentes em conflito com a lei: quando as juventudes entram em cena na rede Cuca de Fortaleza-CE**. Humanidades em Perspectivas, v. 4, n. 9, 2020.

GADELHA, José Wescley do Nascimento. **A Rede Cuca em Fortaleza-CE como política pública gratuita de caráter socioeducativo destinada às juventudes**. 2023.

GOMES, Henriette Ferreira. **Mediação da informação e suas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política: um fundamento da Ciência da Informação em favor do protagonismo social**. Informação & Sociedade: Estudos. João Pessoa, v.30, n.4, p.1-23, out./dez. 2020

HENRIQUE, Samaisa dos Anjos Xavier. **Em busca das periferias nas narrativas das juventudes do Cuca Barra: acompanhando processos de comunicação e produção de sentidos**. 2017.

MARQUES, F. G. **Rede Cuca, Impactos Sociais e Econômicos**. Prefeitura Municipal de Fortaleza, 2017.

MEDEIROS, Frederico Pinheiro de Souza. **O lugar de expressão dos jovens comunicadores: discursos sobre concessão e conquista**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Ceará, Instituto de Cultura e Arte, Programa de Pós-graduação em Comunicação. 2021.

OLIVEIRA, Jamilly Ferreira. **Mapeamento da criminalidade na cidade de Fortaleza/CE**. 2019. 66 f. Monografia (Graduação em Economia Ecológica) -

Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

RIGOUT, Fabrizio; MARQUES, Fernando Gonçalves. **Rede CUCA: impactos sociais e econômicos**. São Paulo: Plan Avaliação, 2017

RODRIGUES, Denise Marques. **Dimensões da mediação da informação nos programas e projetos da Rede Cuca**. 2023.

SOUSA, Silva Alexsandra Maria; XIMENES, Veronica Morais. **Políticas públicas e juventude: análises sobre o protagonismo juvenil na perspectiva dos jovens pobres. Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 14, n. 1, p. 1-15, 2019.

SILVA, Aliana et al. **Inclusão social e educação esportiva: Um estudo realizado no Cuca do Jangurussu no município de Fortaleza/Ce**.

TAHIM, J. C. et al. **Processo de territorialização na atenção primária à saúde e o estágio curricular de saúde coletiva: um relato de experiência**. Seminário Internacional de Redes de Atenção à Saúde, Fortaleza-CE. Seminário Internacional de Redes de Atenção à Saúde, 2016.

VASCONCELOS, Rachel Facundo. **Um estudo socioterritorial sobre as políticas públicas de cultura para a juventude em Fortaleza**. O Público e o Privado, v. 16, n. 32 jul. dez, p. 205-228, 2018.

CAPÍTULO 9

A IMPORTÂNCIA DA ESCRITA NA HISTÓRIA DA HUMANIDADE

Leide Daiana Carvalho Cunha[1]
Ana Rosalin Ribeiro Leite[2]
Elizangela Lima Ramos[3]
Michelle Maria dos Santos Feitosa[4]
Raimundo Ferreira Lima[5]
Viviane e Vasconcelos Damasceno[6]

RESUMO

O presente artigo se volta a compreensão de como o ser humano se apoderou da escrita no decorrer da história. Deste modo, compreender a dimensão da importância da escrita nos diversos períodos históricos. Para o cumprimento da nossa investigação teórica foi realizada revisão de literatura sistemática. No início da invenção da escrita, o alfabeto grego desenvolveu uma escrita base-

1 Mestranda pela Universidade Federal do Ceará -UFC , leidecunha@outlook.com
2 Especialista pela Prótere Social, anarosalinribeiro@gmail.com
3 Especialista pelo Centro Universitário Christus-Unichristus, izangelalima@hotmail.com
4 Graduada pelo Centro Universitário Fametro-Unifametro, 35michellefeitosa@gmail.com
5 Especialista pelo Centro Universitário Fametro – Unifametro, raiferreira.540@gmail.com
6 Especialista pela Escola de Saúde Pública – CE, vivianevasconcelos04@gmail.com

ada em sílabas, conhecida por linear b, que pelo fato de permanecer limitada a utilização dos escribas dos palácios, teve o seu desaparecimento no século XIII a.C. depois de um intenso momento histórico de revoltas, ataques e calamidades naturais. A inovação grega na escrita foi dispor de sinais para denominar as vogais, que ao se ajustar a outros, apontavam as consoantes. Após levar em consideração as principais fontes perante uma linha de tempo por determinado período, se consegue deduzir que o caminho percorrido no desenho das letras está diretamente relacionado com o cenário tecnológico e o período social e político de cada sociedade. Tal característica faz com que qualquer fonte apresentada possa ser classificada como uma demonstração de cultura, representação e interpretação do modo de viver de um povo.

Palavras-chave: Escrita; Homem; Humanidade.

INTRODUÇÃO

Para entendermos como o ser humano se apoderou-se da escrita, transformando-se em um leitor e como se portou diante das modificações tecnológicas desenvolvidas no decorrer da história, para tal, se torna necessário regressar ao passado para conhecer o início da história da escrita e da leitura.

Após a Revolução Neolítica (ou agrícola) surgem os primeiros sinais da linguagem escrita, o qual se desmembra em três fases: pictórica (relaciona-se aos desenhos ou pictogramas), ideográfica (símbolos gráficos que repre-

sentavam uma ideia), e alfabética, sendo originada dos ideogramas. Sendo assim, a escrita pode ser considerada uma das primeiras tecnologias da história da humanidade (ANDRADE, 2001).

Foi durante a Revolução Neolítica (ou agrícola) iniciada há aproximadamente 10.000 anos, o homem passa a se apropriar da energia dos conversores (animais e plantas) por meio da pecuária e da agricultura, armazenando energia excedente na forma de alimentos. Um dos maiores avanços ocorridos nesse período foi a invenção da roda, possibilitando o uso da tração animal e, com isso, o aumento da produtividade agrícola (REIS, 2014).

Deste modo, perante a uma necessidade de um modo de expressão definitivo, o homem primitivo criou vários símbolos para a sua comunicação oral, chegando até a fase da invenção alfabética, o que proporcionou ao homem moderno se modernizar em diversas áreas.

Segundo Reis (2019), a escrita somente foi aperfeiçoada no século IV a.C.:"A escrita teve origem num passado relativamente recente, [...]. Apenas nos meados do século IV a. C. a humanidade utilizou uma escrita completa".

A presente pesquisa se legitimou dentro do contexto histórico, considerando que ler, redigir textos, discorrer sobre informações implícitas ou explicitas de um texto são imprescindíveis na construção cognitiva do elo ensino aprendizagem no decorrer da história da humanidade.

Portanto, definimos a pergunta de partida desta in-

vestigação: Qual a importância da escrita na história da humanidade? Também se objetivou compreender a dimensão da importância da escrita nos diversos períodos históricos.

METODOLOGIA

No contexto desse estudo aqui desenvolvido buscamos a utilização de informações e materiais já publicados. Deste modo, foi realizada uma revisão de literatura sistemática, sendo o método empregado na evolução deste estudo. Utilizou-se de artigos disponibilizados nas bases de dados como: Sciello e Google Acadêmico, sendo usado nesse processo de estudo os seguintes descritores: escrita, homem e humanidade. Segundo Brizola e Fantin (2016, p.27), as revisões sistemáticas são definidas como:" A revisão da literatura é de suma importância, já que é realizada para auxiliar o pesquisador a focar no seu verdadeiro objeto de pesquisa e não perder tempo com questões secundárias".

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Todos os modelos de inscrição gráfica se geraram da vontade do homem de se relacionar e manter o registro das suas memórias sobre os seus saberes, tradições, acontecimentos, entre outras finalidades sociais, sendo assim a escrita: "tem origem quando o homem aprende a comunicar seus pensamentos e sentimentos por meio

de signos". (BARBOSA,2013).

Portanto, todos os modelos de inscrição gráfica se geraram da vontade do homem de se relacionar e manter o registro das suas memórias sobre os seus saberes, tradições, acontecimentos, entre outras finalidades sociais:

O homem, através dos tempos, vem buscando comunicar-se com gestos, expressões e a fala. A escrita tem origem no momento em que o homem aprende a comunicar seus pensamentos e sentimentos por meio de signos. Signos que sejam compreensíveis por outros homens que possuem ideias sobre como funciona esse sistema de comunicação. A escrita é considerada um marco de passagem da pré-história para a história (BARBOSA, 2013).

A escrita cuneiforme nasceu na Suméria, região da Mesopotâmia, foi decodificada no século XIX, consistindo no sistema mais antigo conhecido na humanidade. Neste período histórico, os contadores da época catalogavam os seus bens com um tipo de estilete pontudo, utilizando sinais combinados com números na parte superior de placas de argila aproximadamente do tamanho de um cartão de crédito, assim, quando concluídas as inscrições, as placas eram secadas ao sol. O ato de pressionar uma cunha na argila mole foi dado esse nome ao sistema de escrita (REIS,2019).

A proximidade com letras, palavras, vocábulos e expressões, torna a leitura um método adequado; evidentemente para uma pessoa alfabetizada. Todavia nem todos os povos utilizam, ou utilizaram em épocas remotas,

palavras elaboradas por letras. De acordo com Bomeny (2010, p. 18), a escrita apareceu quando os símbolos foram sendo enfileirados paralelamente ou um em cima do outro, equivalendo ao pensamento linear. A utilização de pictogramas foi a primeira forma de escrita surgida por volta de 3.000 a.C (Idade Antiga) na Mesopotâmia, sendo denominada de cuneiforme, certamente utilizada para registrar a oralidade e elaborar contas. Eles surgiram em plaquetas de barro, na Mesopotâmia, na região da Suméria, entre os rios Tigre e Eufrates, região atual do Iraque, entre Bagdá e o Golfo Pérsico.

A escrita cuneiforme era caracterizada por símbolos, cada símbolo correspondia uma palavra. Em determinadas línguas era preciso que se formasse um sistema de escrita que correspondesse a pronúncia especificada de cada vocábulo. Neste período histórico aparece à necessidade de se formar letras para a escrita, para satisfazer a necessidade da pronúncia de cada língua. (DA SILVA MALTA, 2010).

Á vista disso, muitos povos consideram a invenção da escrita uma grande ascensão para o desenvolvimento da humanidade, pois ela simboliza as representações mentais que são capazes de permanecer registradas por vários períodos da história. Logo, a utilização da escrita aprimorou a comunicação entre os homens, colaborando para o seu progresso intelectual (ANDRADE, 2001).

No decorrer de vários séculos, os povos da Antiguidade não tinham um modelo específico para anotar por escrito os vocábulos falados, produzindo várias formas

de escrita, sendo suas ideias baseados especialmente em imagens. Segundo Queiroz (2005), depois de determinadas descobertas, apareceu gradativamente a primeira forma de escrita alfabética, a norte-semítica, constituída por vinte e dois símbolos manuscritos constantemente da direita para a esquerda: uma escrita de fonemas que não formavam sílabas.

O alfabeto é um sistema de sinais gráficos que representam os sons fundamentais da linguagem. A palavra possui a sua gênese do latim alphabetum, constituído com os nomes das duas primeiras letras do alfabeto grego, alpha e beta, que vieram das línguas semíticas (HIGOUNET, 2003).

No início da invenção da escrita, o alfabeto grego desenvolveu uma escrita baseada em sílabas, conhecida por linear b, que pelo fato de permanecer limitada a utilização dos escribas dos palácios, teve o seu desaparecimento no século XIII a.C. depois de um intenso momento histórico de revoltas, ataques e calamidades naturais. A inovação grega na escrita foi dispor de sinais para denominar as vogais, que ao se ajustar a outros, apontavam as consoantes. A notação de fonemas possibilitou uma grande economia de signos (DUARTE, 1998).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, o desenvolvimento do desenho da escrita se efetiva à proporção que a mão do homem começa a gravar, imprensar, delinear, moldar e pintar pictogramas,

fonogramas e letras em cada período da história, se ajustando, gradativamente, a qualquer tecnologia e sustentáculo que vão surgindo (SOUZA,2015).

Após levar em consideração as principais fontes perante uma linha de tempo por determinado período, se consegue deduzir que o caminho percorrido no desenho das letras está diretamente relacionado com o cenário tecnológico e o período social e político de cada sociedade. Tal característica faz com que qualquer fonte apresentada possa ser classificada como uma demonstração de cultura, representação e interpretação do modo de viver de um povo.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Leila Minatti. **A escrita, uma evolução para a humanidade**. Linguagem em (Dis) curso, v. 1, n. 1, 2001. ISSN 1982-4017.

BARBOSA, José Juvêncio. **Alfabetização e leitura**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

BOMENY, Maria Helena Werneck. **Os Manuais de Desenho da Escrita. São Paulo**: Ateliê Editorial, 2010.

BRIZOLA, Jairo; FANTIN, Nádia. **Revisão da literatura e revisão sistemática da literatura**. Revista de Educação do Vale do Arinos-RELVA, v. 3, n. 2, 2016.

DA SILVA MALTA, Renata. **Investigando processos de ensino da leitura e escrita na escola**: contribuições para a formação de professores, 2010.

DUARTE, Adriane da Silva. **A Revolução da escrita na Grécia e suas consequências culturais**. Interface--Comunicação, Saúde, Educação, v. 2, p. 205-206, 1998.

HIGOUNET, Charles. **História concisa da escrita**: Tradução Marcos Marcionilio. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

REIS, Caroline Kirsten et al. **História da escrita**: uma contextualização necessária para o processo de alfabetização. 2019.

REIS, Antonio Gomes dos. . 2014. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

CAPÍTULO 10

O INGRESSO TARDIO NO ENSINO SUPERIOR E SEUS DESAFIOS: REAPRENDENDO A APRENDER

Roseane Carvalho de Souza[1]
Raimundo Ferreira Lima[2]
Evânia Maria Oliveira Severiano[3]

RESUMO

As reflexões contidas neste artigo fazem parte da investigação relacionada com o significado do ingresso tardio de alunos com faixa etária acima ou igual a 45 anos, no ensino superior e seus desafios e motivações para o processo dialético reaprendendo a aprender. O objetivo geral foi identificar e compreender os principais desafios dos estudantes da maturidade no Ensino Superior. Para tanto realizamos pesquisa bibliográfica a fim de contextualizar o tema abordado e pesquisa exploratória de campo realizado na Instituição Unifametro, com um recorte de estudo no Curso de Serviço Social com uso de entrevista

1 Centro Universitário Fametro - Unifametro. roseane_carvalho_40@hotmail.com
2 Centro Universitário Fametro - Unifametro. raimundo.lima@aluno.unifametro.edu.br
3 Centro Universitário Fametro - Unifametro evaniaseveriano@gmail.com

semiestruturada com nove alunos do Curso de Serviço Social. Como resultado, apontamos que a educação por ser um direito de todos, o público maduro ainda usufrui pouco, por falta de maior investimento e incentivo do Estado, com efeito repercutindo na motivação ou pouca iniciativa de ingresso tardio de educandos no ensino superior, todavia, há desafios a se enfrentar e Institutos de pesquisas apontam um fenômeno em crescimento.

Palavras-chave: Ensino Superior. Maturidade. Educação Tardia.

INTRODUÇÃO

Temos como tema de investigação analisar sobre o ingresso tardio no ensino superior, e, seus desafios e motivações para o processo dialético reaprendendo a aprender. Foi de interesse problematizar o acesso ao ensino superior, público ou privado, por alunos com idade maior que 45 anos, com a intenção de analisar sua presença nas instituições de graduação e suas trajetórias na superação dos obstáculos que provavelmente tivessem que enfrentar devido à faixa etária, até ingressarem nesse segmento da educação.

Ingressar tardiamente no ensino superior é uma realidade vivida por vários brasileiros que entraram em um curso superior com mais de 45 anos. Todo o processo de aprendizagem, até que se chegue à etapa da graduação, é intenso e árduo, sendo necessárias muitas horas de estudo por dia. Para quem está há anos sem estudar,

até mesmo as noções básicas são difíceis de demonstrar um domínio, precisando de um grande esforço, por parte do estudante, para que ele consiga a tão sonhada aprovação no vestibular, demonstrando, também coragem ao enfrentar o novo e buscar conhecimento.

Segundo dados do Censo do IBGE (2010), ao longo dos últimos anos, houve um aumento considerável no número de pessoas que resolveram voltar a estudar ou cursar uma graduação após os 45 anos. Assim, percebemos que esse é um fenômeno em crescimento e sua análise constitui uma ótima oportunidade de pesquisa.

Após determinada idade, é provável que o adulto entre em uma fase de experiências amadurecidas, cujas recordações de diversas histórias vividas e sentimentos – alegrias, dores, decepções e expectativas – se fazem presentes. Depois de já ter realizado o sonho de ter uma família, por exemplo, de ver os filhos criados e bem encaminhados, o adulto mais amadurecido, com mais de 45 anos, vê nessa fase da vida uma oportunidade de desafiar a si próprio e buscar novas experiências que possam trazer significado à sua existência ou, até mesmo, que sejam reflexos de desejos de quando ainda eram mais jovens. É por este motivo que muitos deles resolvem ingressar na educação superior.

Deste modo, especificamente, a investigação teve como objetivos: compreender de que modo ocorre o processo de adaptação desses estudantes; Entender quais as motivações que os levaram a escolha de cursar uma graduação após um longo período tempo; analisar a partir

dos relatos, quais obstáculos são enfrentados pelos estudantes. E por fim, analisar se os desafios enfrentados pelas mulheres são os mesmo enfrentados pelos homens, ou se existem diferenças. Nesse artigo oportunamente apresentamos breve síntese de parte dos objetivos da nossa investigação.

METODOLOGIA

De acordo com Fonseca (2002), a pesquisa possibilita uma aproximação e um entendimento da realidade a investigar, como um processo permanentemente inacabado. Ela se processa através de aproximações sucessivas da realidade, fornecendo subsídios para uma intervenção no real.

A pesquisa foi de abordagem qualitativa com uso de dados quantitativos, que, de acordo com Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis, porém também faremos uso de dados quantitativos, de acordo com Fonseca (2002, p. 20):

> A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem

> matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc. A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente [...].

A ideia inicial da pesquisa foi em um primeiro plano, construir um panorama geral da investigação que nos possibilitasse ter acesso à informação sobre a presença de maturidade no ensino superior. Os dados estatísticos disponibilizados pelo IBGE (2010) acerca dos alunos acima de 45 anos que entraram no ensino superior foram analisados e mostram que a presença desses estudantes, em comparação ao número de discentes em geral, é muito reduzido, pois representa cerca de 0,65% das matrículas.

Para o trabalho de campo, foi investigada a instituição Unifametro, com um recorte de estudo no Curso de Serviço Social e as razões que justificaram a escolha foi que a pesquisadora e aluna desse Centro Universitário, especialmente do citado curso.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para compreender a temática central desse estudo, essa sessão trará os resultados e analise da pesquisa de campo, buscando responder aos objetivos da investigação em sintonia com o que já descrevemos na metodologia utilizada na pesquisa, e entendendo como um conjunto de métodos pelos quais se faz uma investigação científi-

fica, com o intuito de esclarecer ou explicar melhor um conceito e propósitos da investigação de trabalho, com rigor e sistematizações.

Face aos dados apresentados pelo IBGE, observamos a necessidade de garantir que a população mais madura tenha acesso não só ao lazer e à saúde, mas que tenha acesso também à educação. Pesquisas como esta são fundamentais para que haja discussões sobre as estratégias e a política adequada a esse público, que vem crescendo cada vez mais no cenário social. Neste sentido, mostramos o campo investigado, conforme retrata o Quadro 1:

Quadro 1 – Instituição de ensino superior e curso.

INSTITUIÇÃO	MODALIDADE	CURSO	MATRÍCULAS
Unifametro	Presencial	Serviço Social	188 (09 alunos com idade superior a 45 anos)
Total de estudantes matriculados na instituição do município de Fortaleza			188
Total de matrículas de alunos acima de 45 anos			09

Fonte: Pesquisa Direta, 2019.

Os dados apresentados no Quadro 1 mostram que a presença de alunos maiores de 45 anos nesse Curso dessa Unidade de ensino em Fortaleza é muito reduzida e corresponde a aproximadamente 1% das matrículas de 2018.

Depois da coleta das informações acima, conversas informais foram realizadas com gestores, coordenadores

de curso, professores, funcionários e alunos a fim de saber se eles conheciam os alunos mais amadurecidos. Deste modo, foram identificados 01 homem e 08 mulheres, entre 45 e 55 anos, que estavam concluindo a graduação no curso de Serviço Social, na Unifametro, como mostra o Quadro 2 abaixo:

Quadro 2 – Gênero dos estudantes.

Gênero	Faixa Etária	Estado civil	Financiamento	Território/Bairro
Masculino	50-55	Divorciado (1)	Particular (7)	Fortaleza(1) (Mediações da Faculdade).
Feminino	45-53	Divorciada (1) Casada (4) Solteiros (3)	Fies (1) Educa mais Brasil (1)	Fortaleza (04) Crateús (1) Ipueiras (1) São Luiz Curu(1) Maranhão(1)

Fonte: Pesquisa Direta, 2019.

A investigação mostra que as principais motivações dos estudantes adultos para ingressarem no Ensino Superior são as seguintes: a) Falta de recurso foi mencionado várias vezes, sendo esse motivo e o desejo de ingressar numa faculdade; b) A desigualdade entre homens e mulheres se expressa de diferentes formas, como o crescimento a posição ocupada pelas mulheres no mercado de trabalho considerada uma conquista social das mulheres na busca de oportunidades iguais às dos homens; c) "Maternidade/Paternidade" acarretou, inevitavelmente, alterações na vida pessoal, familiar e social dos estudantes, e as alterações que tiveram que operar nas suas

vidas. d) oportunidade para conhecer novas pessoas; e, ainda, novos conhecimentos. e) desejo de se tornarem melhores cidadãos estes adultos mais maduros também referem a dificuldade, sobretudo no primeiro semestre, para se integrarem nos ritmos, linguagens e modelos do mundo universitário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizando o trabalho compreendemos que o governo contribui significativamente com a educação de Jovens e Adultos, e, colabora com a construção de uma Educação que prioriza o desenvolvimento de uma consciência reflexiva, crítica e libertadora, considerando uma nova relação entre educador e educando, entendendo o analfabetismo como um problema social. Além disso, enfatizar que este estudo não se dá por encerrada as discussões em torno da Educação de Adultos na maturidade, mas tem o caráter de contribuir com a produção científica, um recorte a ser somado, representa um estudo bibliográfico capaz de nortear novas pesquisas e, sobretudo abrir um leque de possibilidades para outras pesquisas sobre os discentes na maturidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. IBGE. **Censo 2010**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 03 jun. 2019.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UECE, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 19. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.